

**UFS – POSGRAP – NEREN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM AGROECOSSISTEMAS**

DISSERTAÇÃO

**O trabalho da mulher nos agroecossistemas
um estudo no projeto de assentamento Dandara –
Malhador (SE)**

MARIA ZÉLIA ALVES AMADO

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E ESTUDOS EM RECURSOS NATURAIS



**O TRABALHO DA MULHER NOS AGROECOSSISTEMAS:
UM ESTUDO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DANDARA
MALHADOR-SERGIPE**

MARIA ZÉLIA ALVES AMADO

Sob a Orientação da Professora Doutora

Laura Jane Gomes

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Estudos em Recursos Naturais da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Agroecossistemas**

São Cristóvão/SE
Agosto de 2007

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Amado, Maria Zélia Alves

A481t O trabalho da mulher nos agroecossistemas : um estudo no projeto de assentamento Dandara, Malhador-Sergipe / Maria Zélia Alves Amado. - - São Cristóvão, 2007.
94 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Núcleo de Pós-Graduação e Estudos em Recursos Naturais, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2007.

Orientador: Prof^a Dr^a Laura Jane Gomes

1. AGROECOSSISTEMAS. 2. ASSENTAMENTO RURAL – MUNICÍPIO DE MALHADOR, SE. 3. DESENVOLVIMENTO RURAL. 4. GÊNERO. I. TÍTULO.

CDU 332.2.021.8:633/635(813.7Malhador)-055.2

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP
NÚCLEO DE POS-GRADUAÇÃO E ESTUDOS EM RECURSOS NATURAIS -
NEREN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

MARIA ZÉLIA ALVES AMADO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Agroecossistemas.**

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30/8/2007



Profª. Dra. Laura Jane Gomes
Orientadora
Universidade Federal de Sergipe



Dr. Fernando Fleury Curado
Embrapa Tabuleiros Costeiros



Prof. Dr. Alceu Pedrotti
Universidade Federal de Sergipe

Dedico este trabalho às agricultoras rurais do projeto de assentamento Dandara que diante da situação em que vivem não perdem a esperança e lutam pela transformação de uma sociedade justa e fraterna.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me concedeu a graça de lutar para a conquista de mais uma realização pessoal.

À Profa. Dra. Laura Jane Gomes, minha orientadora, exemplo de competência e comprometimento desde o princípio do Curso, com quem muito aprendi e que sem o apoio incondicional e sábias interferências jamais chegaria até aqui.

Aos professores do Núcleo de Estudos em Recursos Naturais – NEREN pela efetiva e ampla contribuição na minha formação, principalmente aos grandes mestres Dr. Robério Anastácio Ferreira e Dra. Dalva Maria Mota, bem como as professoras do Departamento de Educação da UFS, Dra. Mônica Cristina Silva Santana e Dra. Sônia Meire S. Azevedo de Jesus.

Aos membros da banca de defesa da dissertação, do Departamento de Agronomia da UFS, Profa. Dra. Laura Jane Gomes, Prof. Dr. Alceu Pedrotti, coordenador do NEREN e Dr. Fernando Fleury Curado da EMBRAPA Tabuleiros Costeiros pelas valiosas orientações e recomendações no trabalho.

A todos meus familiares, especialmente minha filha Bárbara Regina, meus pais Antônio de Lemos Amado e Carmelita Alves Amado (in memoriam), meu primo Brício de Lemos Cardoso, meu cunhado José Calasans Andrade, minha sobrinha Alessandra Amado Ribeiro e minha querida irmã Mirian Amado Calasans Andrade, pela valiosa ajuda, compreensão e apoio em todos os momentos desafiadores deste trabalho.

Aos amigos dos momentos difíceis e importantes, em caráter especial Claudionor de Jesus, Emanuel Oliveira, Evanildes Souza e Tilzar Alves, pela colaboração sem precedentes e, incentivo no decorrer de todas as etapas do Curso. Minha eterna gratidão, vocês foram essenciais.

A Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE, através do Ex-diretor Geral, professor Alberto Aciole Bomfim, do Diretor atual, professor Aelmo Gomes dos Santos pela oportunidade que me concederam; ao Coordenador Geral de Ensino, professor José Gomes dos Santos Filho, a Supervisora Pedagógica Ana Carla Meneses, ao professor Erivelto José Coelho, assim como aos colegas, coordenadores e educandos pela compreensão e apoio nos momentos de afastamento.

Aos assessores e técnicos do BB, BNB, CECAC/MST, DEAGRO, DEHIDRO, DER, FETASE, INCRA, Prefeitura Municipal de Malhador, SEPLANTEC, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Malhador, pela receptividade e informações cedidas em prol desta dissertação. Particularmente, agradeço aos ex-colegas do DEAGRO, pelos quais mantenho um grande carinho, especialmente nas pessoas de Ângela Lima, Elizabeth Campos, Eurídice Andrade, Fátima de Sá, Jaci Silva e Wilton Rodrigues.

Às funcionárias da UFS, Alaine Maria da Biblioteca Central e Rogena Amaral do Núcleo de Estudos em Recursos Naturais – NEREN, pela cordialidade no atendimento.

Aos amigos Fátima Diaz, Francisco Faria, José Franco, Marinoé Gonzaga e Vera Minán pela grande colaboração em todos os momentos de dificuldades.

Às amigas Acácia Emanuela, Bértha Montalván e Sandra Ludovice pelo apoio e incentivo.

Aos amigos da turma, Ana Consuelo Fontinele, Débora Bernades, Diana Souza, Emanuel Oliveira, Evanildes Souza, Jane Welma, Lindamar Oliveira, Maria Bernadete Moda, Simone Leite e Tânia Maria Brito Oliveira com os quais tive o privilégio de conviver e de aprender nas valiosas discussões de estudo.

Às mulheres, agricultoras familiares do Assentamento Dandara, pela receptividade e colaboração nas informações, sem as quais seria impossível a realização deste trabalho.

Enfim, à menina Katrin, do assentamento Dandara, pela valiosa colaboração e companhia nas longas caminhadas de acesso às residências e propriedades das famílias ali residentes.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	i
LISTA DE FIGURAS	ii
LISTA DE SIGLAS	iii
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	3
2.1. A Mulher no Meio Rural	3
2.2. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar.	8
2.2.1. PRONAF enquanto Política Pública	9
2.2.2. Previdência Social	11
2.2.3. Programa Bolsa Família	12
2.3. Reforma Agrária no Brasil: um breve histórico	14
2.4. Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil.....	18
2.5. Os Assentamentos de Reforma Agrária no Estado de Sergipe.....	21
2.6. Desenvolvimento Sustentável.....	25
2.7. Sustentabilidade nos Agroecossistemas	28
3. MATERIAL E MÉTODOS.....	33
3.1. Área de Estudo	33
3.1.1. Caracterização da Área de Estudo	33
3.1.2. Projeto de Assentamento Dandara.....	35
3.2. Coleta e Análise das Informações	36
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
4.1. O Projeto de Assentamento Dandara.....	38
4.1.1. A Formação do Assentamento: um breve histórico.....	38
4.1.2. Infra-estrutura Rural e Saneamento Ambiental	41
4.1.3. Recursos Naturais	44
4.1.4. As Mulheres de Dandara	48
4.1.5. O Trabalho da Mulher no Sistema de Produção.....	53
4.1.6. Atividades Não-Agrícolas: fontes complementares de renda.....	63
4.1.7. Organização Social	64
4.1.7.1. Grupo Social e Formas de Organização	65
4.1.8. A Situação da Mulher no PRONAF	69
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
ANEXOS	85

LISTA DE TABELAS

1. Faixa etária das mulheres e companheiros no Assentamento Dandara-Malhador (SE).....	50
2. Sazonalidade das culturas e criação de animais que contam com a mão de obra feminina no Assentamento Dandara-Malhador (SE), 2006	54
3. Contratação com o PRONAF - Estado de Sergipe (SE), 2006	71
4. Contratação com o PRONAF – Malhador (SE), 2006	72

LISTA DE FIGURAS

1. Mapa de localização do município de Malhador - SE, 2006.	33
2. Mapa de localização do PA Dandara – Malhador - SE, 2006.....	40
3. Relacionamento pessoal no PA Dandara -Malhador - SE, 2006.....	41
4. Residência típica de uma família no assentamento Dandara – Malhador-SE, 2006.....	42
5. Primeira estrada aberta na área de Reserva Legal em Dandara-Malhador, 2006.....	45
6. Segunda estrada aberta na área de Reserva Legal em Dandara-Malhador, 2006.....	46
7. Banho de animais dentro do rio Jacarecica – Malhador, 2006.....	46
8. Uso da água do rio Jacarecica para atividades domésticas. Malhador-SE, 2006.....	47
9.Retirada de material arenoso do rio Jacarecica, Malhador – SE, 2006	47
10.Mulheres chefes de família no Brasil, nos PA rurais e em Dandara – Malhador, 2006	49
11.Nível de escolaridade das mulheres e companheiros no assentamento Dandara-Malhador-SE, 2006.....	52
12. Rotina diária da mulher no assentamento Dandara – Malhador, 2006.....	61
13. Número de operações do PRONAF por sexo, em Sergipe, 2006.....	71
14. Número de operações do PRONAF por sexo, em Malhador-SE, 2006.....	72

LISTA DE SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira de Agribusiness
ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ANDEF	Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste Brasil S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CECAC	Centro de Capacitação Canudos
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CEF	Caixa Econômica Federal
CEHOP	Companhia de Habitação e Obras Públicas
CIRAS	Cooperativas Integradas de Reforma Agrária
CNRA	Conselho Nacional da Reforma Agrária
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
COHIDRO	Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CNRA	Comissão Nacional de Reforma Agrária
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPERTREZE	Cooperativa Mista dos Agricultores dos Treze
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão para o Crédito

DEAGRO	Departamento Estadual de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
DEHIDRO	Departamento Estadual de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EMDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário do Estado de Sergipe
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FAO	Food and Agriculture Organization - Organização para Alimentação e Agricultura
FETASE	Federação de Trabalhadores Rurais do Estado de Sergipe
GCAD	Grupo de Cooperação Agrícola Dandara
GERA	Grupo Executivo da Reforma Agrária
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IICA	Instituto Interamericano e cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Desenvolvimento Agrícola
INSS	Instituto Nacional Social de Seguridade
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MA	Ministério da Agricultura
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MPS	Ministério da Previdência Social

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projetos de Assentamento
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNDA	Pesquisa Nacional de Desenvolvimento Agrário...
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PRHOCASE	Promoção do Homem do Campo de Sergipe
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
RA	Reforma Agrária
SEPLANTEC	Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia de Sergipe
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SSR	Serviço Social Rural
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência de Política Agrária

RESUMO

AMADO, Maria Zélia Alves. **O Trabalho da Mulher nos Agroecossistemas**: um estudo de caso no Assentamento Dandara – Malhador (SE). São Cristóvão: UFS 94p. (Dissertação, Mestrado em Agroecossistemas).

Nas últimas décadas, o crescimento e atuação da mulher brasileira no mercado de trabalho têm sido extremamente positivos. Particularmente o desempenho da mulher rural no processo produtivo da agricultura, assegurando através das atividades desenvolvidas, contribuição para a segurança alimentar. A pesquisa teve por objetivo descrever o trabalho da mulher nos agroecossistemas, com vistas a subsidiar o planejamento de instituições que atuam com a mulher no contexto da agricultura familiar. Foi desenvolvido um estudo de caso no Projeto de Assentamento Dandara, município de Malhador - SE. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, coleta de dados secundários e aplicação de um questionário semi-estruturado. Verificou-se que a mulher tem participação efetiva no cotidiano das atividades rurais, contribuindo de forma decisiva na produção de alimentos para a família e o excedente para o mercado consumidor, porém a sua inserção no processo de participação e capacitação técnica ainda não tem favorecido maior poder decisório nas organizações das quais fazem parte. As ações das políticas públicas, elaboradas pelo governo na perspectiva da promoção da igualdade entre homens e mulheres, e do desenvolvimento sustentável, na prática deixa muitas lacunas em termos de avanços na implementação e indicam os desafios que ainda se tem a superar. Evidencia-se, a necessidade de maior participação e conhecimento das mulheres de forma a favorecer a inserção da análise dessa realidade e se busque estratégias para solução dos problemas sob a perspectiva de transformação e de sustentabilidade, nas dimensões sócio-cultural, econômica e ambiental.

Palavras-chave: desenvolvimento rural, políticas públicas, organização.

ABSTRACT

AMADO, Maria Zélia Alves. **The woman work at the Agroecosystems**: a case study at the Settlement Dandara – Malhador - SE. São Cristóvão: UFS 2007. 94p. (Dissertacion, Master in Agroecosystems).

At the last decade, the growth and actuation of brazilian woman in the work market has been extremely positive. In private, the performance of agricultural woman in the productive process of agriculture, assuring through the developed activities, contribution to the alimentary security. The research had for objective to describe the woman work in the agro ecosystems, aiming at subsidizing the planning of the institutions that act with woman in the context of familiar agriculture. It was developed a case study at the settlement project Dandara, Malhador municipality – SE. The research was carried through bibliographical revision, collects of secondary data and application of a half-structuralized questionnaire. It was verified that woman has essential everyday life participation of agricultural activities, contributing of decisive way in the family foods production and the consumer market, but her introduction in the participation process and qualification technique don't have favored their organizations and they don't have decision power. The actions of the public politics elaborated by the government in the perspective of the equality promotion between men and women and sustainable development in the practical still leaves many gaps in advance terms in the implementation and indicate the challenge that still have to overcome. The necessity of bigger participation and knowledge is observed in the woman in such a way to favor the inclusion of analysis of this reality and methods can be searched to problem solution under perspective of transformation support, in the cultural social, economic and environmental dimension.

Key words: farmer development, public politics, organization.

1. INTRODUÇÃO

O sustento das famílias em todo o mundo, é frequentemente garantido e reforçado por mulheres que trabalham fora do lar, quer vivam em países industrializados, ou em países em desenvolvimento, desde aquelas que mantêm plantações de subsistência, ou trabalham em grandes propriedades rurais, onde desenvolvem ações em todo o processo produtivo, até aquelas que trabalham em escritórios e indústrias. No Caribe e na África do Sul, por exemplo, as mulheres produzem cerca de 80% dos alimentos consumidos pelas famílias.

No Brasil, as mulheres representam 51,32% da população e deste total, 45% são afrodescendentes. As trabalhadoras rurais por sua vez, representam 16,14% da população e destas últimas, 24,43% são chefes de família, chegando essa porcentagem um pouco a mais em algumas regiões do país (PINHEIRO, 2004).

A mulher rural, pelo papel que desempenha na família, na comunidade, e principalmente pela sua participação no trabalho direto na agricultura, na produção familiar de alimentos para consumo e comercialização é um importante público para o desenvolvimento social e econômico do país. Tradicionalmente, no espaço rural, ela é responsável pelos afazeres domésticos, pela educação dos filhos, pela saúde da família. Participa também do desenvolvimento de políticas públicas, reivindicando a terra, o crédito, assim como, do processo de produção e reprodução dos agroecossistemas.

Apesar da grande contribuição para a segurança alimentar¹ e todas as conquistas, as mulheres continuam subestimadas e a enfrentar barreiras em uma sociedade patriarcal. Desafiar as atitudes com relação ao trabalho da mulher exige uma abordagem multifacetada. Os governos devem tomar medidas legislativas, financeiras e administrativas a fim de criar um espaço sólido que favoreça o empreendedorismo e a participação da mulher. A proposta de desenvolvimento sustentável através da valorização das diferenças sociais, econômicas e ambientais, possibilita que soluções inovadoras possam ser criadas para os problemas encontrados, adaptados para cada realidade na qual estão inseridos.

¹ A definição de segurança alimentar, de acordo com o IBGE, é o direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam, sociais, econômica e ambientalmente sustentáveis. Segundo a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG, 1993), segurança alimentar, pode ser compreendida como o acesso assegurado ao alimento, essencial a toda pessoa para manutenção de uma vida saudável. Nesse contexto, segurança alimentar é mais que prover alimentos à população; é a condição para existência de uma sociedade organizada, capaz de inserir dinâmica ao seu processo de desenvolvimento, no entanto, riscos podem ocorrer gerados não só pela falta de produção agrícola, mas também ausência de emprego e renda.

Em se tratando do Estado de Sergipe, as mulheres assentadas representam resistência, principalmente por sua capacidade de trabalho, suas diversas formas coletivas de mobilização e manifestação junto às organizações das quais estão inseridas. A luta pela reforma agrária, particularmente em Sergipe já mobilizou centenas de trabalhadores/as rurais, e as mulheres sempre estiveram presentes, pela posse da terra, pela busca do trabalho e vida digna; no entanto ainda não são suficientemente reconhecidas pelo Estado, pela sociedade, como agricultoras familiares e assentadas da reforma agrária. Apesar de importantes transformações nas famílias, se verificam relações de poder expressadas no campo econômico e político.

De acordo com Altieri (1999), os “novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implantados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido”, ou seja, para serem eficazes, “as estratégias de desenvolvimento devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões sociais e econômicas”. Partindo desse pressuposto é possível entender a inserção da mulher na perspectiva da sustentabilidade dos agroecossistemas, não apenas na sua dimensão social, mas na econômica e ambiental.

Dentro do contexto de apropriação dos recursos naturais, do desenvolvimento de políticas públicas, e do setor produtivo, fundamentais para a sustentabilidade dos agroecossistemas nos assentamentos rurais, o papel da mulher merece importância e destaque para a viabilidade desse processo. Com base na afirmativa de Altieri, a sustentabilidade dos agroecossistemas só se concretiza levando-se em consideração as dimensões social, econômica e ambiental.

Sob esta perspectiva, o presente estudo teve por objetivo descrever o trabalho feminino nos agroecossistemas do assentamento Dandara, inserido no Projeto Jacarecica II, área rural do município de Malhador – SE.

Espera-se que esse estudo, contribua para o conhecimento e reflexão, do trabalho da mulher nos agroecossistemas do assentamento Dandara e, sobretudo, venha a subsidiar o planejamento de instituições, que atuam em benefício do desenvolvimento da mulher, enquanto produtora, e cidadã no contexto da agricultura familiar.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A mulher no meio rural

OS ÚLTIMOS TRINTA ANOS FORAM MARCADOS NO MUNDO INTEIRO POR UMA TRANSFORMAÇÃO RADICAL DA SITUAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS MULHERES. AO LONGO DESSES ANOS, AS NAÇÕES UNIDAS TÊM PROCURADO SOLUÇÕES PARA A QUESTÃO FEMININA, RECONHECIDA COMO UM PROBLEMA DE INJUSTIÇA SOCIAL EM TODOS OS PAÍSES DO MUNDO.

As mulheres têm uma elevada participação na agricultura e tendem a aumentar até 2010 conforme projeção efetuada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, em especial na África, Ásia, Oceania, América do Norte e América do Sul. As trabalhadoras da zona rural constituem um contingente em média superior a 50% da força de trabalho total e são responsáveis por cerca de 60 a 80% dos alimentos na maioria dos países em desenvolvimento (SENA, 2003).

A mulher, trabalhando fora e em atividades caseiras, acumula as atividades domésticas, criação de filhos, mundo do trabalho e realização profissional, e mesmo quando participam do mercado de trabalho em empregos remunerados, as mulheres assumem a maior parte do trabalho doméstico. Essa constatação é fundamentada em pesquisas realizadas em países de regiões em desenvolvimento, como por exemplo, no México, Índia e outros.

Embora nas últimas décadas tenha havido progresso na participação das mulheres na força de trabalho, os avanços na melhoria das condições de trabalho, no reconhecimento do trabalho feminino não remunerado, na eliminação de práticas discriminatórias não foram proporcionais.

No Brasil, as mulheres detêm um papel valioso na atividade rural e representam 16 milhões das brasileiras. Enfrentam um trabalho precário, com jornada longa e pesada, não remunerado ou recebem menos que os homens em torno de 25%, embora desempenhem as mesmas funções (IBGE, 2000).

De acordo com Cunha (1998), a concepção quanto ao trabalho “leve” para as mulheres e “pesado” para os homens é construída a partir das diferenças biológicas: a força física do homem, a característica positiva; a fragilidade, própria do sexo feminino. Porém, de acordo com a “necessidade”, ambos fazem de tudo tornando flexível a divisão do trabalho entre homens e mulheres, o que reforça a tese de que a diferenciação entre os sexos é uma questão sócio-cultural.

Particularmente quando os espaços da casa e do trabalho são os mesmos, e dessa forma, numa única jornada e no mesmo ambiente, as mulheres realizam o trabalho produtivo e o trabalho considerado reprodutivo, em tais circunstâncias, e de modo especial na produção familiar agrícola, a atividade doméstica acaba sendo registrada como a principal ocupação das mulheres. No entanto, essas atividades não valorizadas, que incorporam uma forte carga subjetiva, que incluem serviços pessoais conectados com necessidades diversas e indispensáveis para a estabilidade física e emocional dos membros do lar, são precisamente as que estão comprometidas diretamente com a sustentabilidade da vida humana.

Vale acrescentar que a atividade doméstica não assalariada, realizada na esfera reprodutiva, é também uma forma evidente de trabalho, apesar de bastante distinta da forma assumida pelo trabalho assalariado no mundo da produção (NOGUEIRA, 2006).

Apesar das mudanças ocorridas no cenário agropecuário brasileiro, ao longo da segunda metade do século XX, a produção familiar, onde está alocado o maior contingente de trabalhadoras, ainda ocupa um espaço considerável na economia e na sociedade. Essa afirmativa fundamenta-se nos diversos estudos realizados sobre esse importante segmento social, destacando-se (LUZ et al. 2003; Kageyama e Bergamasco, 1989), a partir de dados do Censo Agropecuário de 1980.

Segundo o referido estudo, cerca de 40% da área agricultável total do Brasil encontrava-se, na década de 80, ocupada por unidades de produção familiar, as quais eram responsáveis pela geração de 50% do valor da produção e abrigavam 75% do pessoal ocupado. No âmbito dessas unidades, cuja produção tangencia os 50% da produção nacional de alimentos, cerca da metade da mão-de-obra é constituída por mulheres (SENA, 2003).

Conforme Luz et al. (2003), o alto índice de concentração de riqueza e de terra, e logo de poder, é uma das características do Brasil. Outra característica que podemos observar no meio rural é a alta concentração de poder na mão dos homens em relação às atividades de maior renda monetária. Isso pode ser observado no domínio da tecnologia agrícola e da comercialização pelos homens no meio rural. É muito comum encontrar experiências em que as mulheres dominam todo o processo de produção, mas na hora de comercializar, os homens tomam à frente da atividade, e em alguns casos as próprias mulheres consideram natural.

De acordo com Siliprandi (2002), no que se refere ao uso de tecnologias, a prática se dá também de forma parecida. Em se tratando da mecanização agrícola, por exemplo, essa prática não favorece as mulheres, pois as máquinas introduzidas no campo, ficam na maioria dos casos, sob a responsabilidade dos homens. Essa situação pode ser observada concretamente através de casos reais, em relação ao trabalho e as atividades desenvolvidas em

diversos agroecossistemas das regiões brasileiras e alguns fatores contribuem, tais como: os homens têm mais mobilidade e possibilidade de deslocamento, pois não recaem sobre eles as tarefas da casa e o cuidado com as crianças. É previsível que os homens passem a ser beneficiados não só no conhecimento da tecnologia, mas, inclusive da economia da atividade, mantendo a subordinação das mulheres nos dois aspectos, do conhecimento e da economia.

É necessário encarar a geração de tecnologia, como geração do conhecimento, sejam de cunho alternativo ou convencional, e ainda, é importante lembrar, que a aprendizagem de novas tecnologias requer formação e capacitação, inclusive sob a perspectiva agroecológica, daí, se não forem proporcionadas condições iguais de apropriar-se do conhecimento, de desenvolver a capacidade e a oportunidade de acesso às tecnologias, e ao conhecimento, estaremos contribuindo para reforçar as desigualdades entre homens e mulheres.

Para Melo e Sabbato (2000), as mulheres do meio rural têm a ideologia patriarcal² muito mais introjetada em seu comportamento do que outras. Essa ideologia patriarcal remete a percepção dos direitos, conseqüência da educação familiar e da cultura, através da qual a mulher até de forma inconsciente incorpora e passa a considerar como seus os valores de outrem, fazendo com que as discriminações sejam aceitas como naturais, e a divisão sexual do trabalho pode ser um exemplo vivenciado no seu dia-a-dia.

Dados da Pesquisa Nacional de Desenvolvimento Agrário (PNDA) de 1998 apontam que a proporção de mulheres ocupadas sem remuneração era significativamente mais elevada na agropecuária do que em outros setores da economia. Especificamente com relação à forma de tratar homens e mulheres, carregam-se uma tradição de trabalho no campo em que há uma segmentação bem clara, baseada na aceitação da divisão sexual do trabalho dominante, que se transformam para as instituições, métodos de trabalho e públicos diferenciados (SILIPRANDI, 2000).

Essa afirmativa faz resgatar, o trabalho de instituições, em caráter particular do serviço de extensão rural, que durante todo o período da Revolução Verde e até recentemente trabalhou com a perspectiva de “modernizar” o meio rural, melhorar as condições de vida e de trabalho da família, tanto do ponto de vista agropecuário quanto no chamado “desenvolvimento de comunidades”, sendo que o trabalho voltado para a mulher, foi marcado

² Ideologia – ciência da formação das idéias; tratado das idéias de abstrato. Sistemas de idéias. Pensamento teórico que pretende desenvolver-se sobre seus próprios princípios abstratos, mas que na realidade, é a expressão de fatos, principalmente sociais e econômicos que não são levados em conta ou não são expressamente reconhecidos como determinantes daquele pensamento. Patriarcal – relativo a, ou próprio de patriarca ou patriarcado. Dignidade patriarcal. Diz-se que um tipo ou forma de família que se desenvolveu em certas épocas, como por exemplo, na Antiguidade Clássica, e em que o chefe de família patriarca, duma autoridade absoluta, resumia toda a instituição social do tempo (FERREIRA, 1975).

por um viés de gênero, manifestado basicamente na negação do seu papel enquanto agricultura, cidadã, bem como dos benefícios do desenvolvimento rural. Essa ação contribuiu para a exclusão das mulheres nos espaços onde se tratava as questões tecnológicas e de financiamento da produção agrícola.

Para Abramovay e Silva (2000), a divisão sexual do trabalho condiciona formas diferenciadas de inserção social para homens e mulheres, existindo uma identificação cultural entre atividades e papéis para cada um dos sexos. Às mulheres correspondem atividades de reprodução social da família; aos homens corresponde a função de provedor das necessidades materiais do grupo. Numa sociedade onde prevalecem a ordem mercantil e a cultura patriarcal definidora dos papéis de gênero, a identidade feminina supõe uma posição subordinada e dependente em relação ao homem, obedecendo à hierarquia de poder estabelecida. Além disso, os espaços a serem ocupados por cada um também são definidos a partir disso, correspondendo ao homem o local público e de produção; à mulher a esfera privada ou doméstica.

Na interação associada de pertencer ao gênero feminino e ocupando determinada posição na estrutura socioeconômica, que resulta a identidade, ou as múltiplas identidades da mulher rural. Para melhor entendimento, é fundamental levar em consideração os fatores decorrentes das condições materiais de vida, assim como os valores ideológicos das relações sociais em todo seu contexto.

Segundo Carneiro (1994), estudos sobre o trabalho, realizados no Nordeste e Sul do país, na década de 1990, apontam para uma mudança expressiva sobre o crescimento e participação feminina no mercado de trabalho agrícola. Tal crescimento referia-se basicamente às formas assalariadas, na lavoura para exportação (café, soja, laranja, cana-de-açúcar). Esta situação é fruto das transformações nas relações de produção na agricultura provocadas pela modernização, que ao expulsar a família de moradores das fazendas, cria as condições para a incorporação da mão de obra feminina e infantil.

Nesta situação, o mercado de trabalho volante é ampliado, sendo cada vez mais necessário o assalariamento dos membros da família para garantir o nível de reprodução, e a mulher tem lugar de destaque. Embora essa situação de trabalhadora não remunerada, para a posição de assalariada, possa trazer conseqüências nas condições de vida, no processo de organização da família, inclusive no desempenho do papel feminino no lar, não se verifica uma transformação na posição de subordinação da mulher em relação ao homem.

No Nordeste, de acordo com Carneiro (1994), na década de 1990, a maioria das mulheres que participava desse movimento pertencia à categoria de trabalhadores que já se

encontravam em fase avançada no processo de expropriação (os sem terra, assalariados eventuais e alguns agregados ou moradores). Por outro lado, no Sul, a organização que tinham alcançado maior êxito na mobilização feminina para o Movimento Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais, era conhecida como “As Margaridas”, que assentava a sua base social na pequena produção familiar mecanizada (média de 12 ha), proprietária, ocupada pela policultura em que a soja, o porco e o leite destacavam-se como produtos comercializados via pequenas cooperativas.

As organizações femininas das duas regiões, apesar de distintas, concordavam, com as mesmas reivindicações gerais que tratava do reconhecimento de “trabalhadora” em contraposição à designação social e culturalmente conhecida como “doméstica”; e direitos aos benefícios sociais decorrentes deste reconhecimento.

Na região Nordeste, entre as principais reivindicações, destacavam-se: o salário mais justo, assim como a creche para ajudar a criar os filhos, terra para plantar, divisão no trabalho das atividades domésticas, e o trabalho fora de casa; educação e assistência médica entre outras. Em geral, as nordestinas, não consideram o trabalho na lavoura como um “trabalho” feminino, embora participem ativamente. Na região Sul, a luta pelo preço justo do produto era uma das principais reivindicações, o direito a se associarem às cooperativas com o controle sobre a comercialização das mercadorias que produziam. Entre as mulheres Sulistas, a divisão mais equilibrada das tarefas domésticas também era uma reivindicação, através de uma mudança qualitativa na educação dos filhos, em casa e na escola, além de uma política agrícola voltada aos interesses dos pequenos produtores, entre outras.

Para fins analíticos podem-se distinguir duas espécies de reivindicações presentes nas organizações de ambas as regiões, ainda que, com ênfases e pesos políticos variáveis. Reivindicações relacionadas à condição socioeconômica e reivindicações pela cidadania³. No

³ Um dos fundamentos do regime democrático é o conceito de cidadania. Segundo o sociólogo Herbert de Souza (Betinho), “cidadão é o indivíduo que tem consciência de seus direitos, deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade”. A cidadania está diretamente vinculada aos direitos humanos, uma longa e penosa conquista da humanidade que teve seu reconhecimento formal com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Na época – marcada pela vitória das Nações democráticas contra o nazismo durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ela abria a perspectiva de um novo mundo, em que haveria paz, liberdade e prosperidade: uma esperança que acabou não se realizando. No começo da Idade Moderna, o conceito de cidadania estava associado ao burguês, não ao conjunto da sociedade. Havia uma separação entre o homem urbano e o homem rural, uma vez que a palavra cidadão referia-se somente aos habitantes da cidade. A noção de cidadania, porém, é anterior à Idade Moderna e teve suas origens na Grécia e em Roma antigas. Como termo político, cidadania significa exercício de direitos, compromisso ativo, participação política, responsabilidade. Significa participar da vida na comunidade, na sociedade, no país. Ela poderá ser o agente mediador dos grandes conflitos que afligem hoje a humanidade. Os graves problemas políticos, raciais, étnicos, de desemprego e de exclusão social somente poderão ser superados com o pleno exercício da cidadania (OLIVEIRA, 2004)

entanto, para Carneiro (1994), a reivindicação por melhores salários e / ou igualdade de salários em relação ao homem, convive com a luta pelo direito a terra para plantar. Essa simbiose entre mulher, terra e família, tem um sentido, quando se consideram que a identidade da mulher está centrada nos seus papéis de mãe e esposa que no campo representam também a vinculação com a terra, pois é através da terra que se extraem os produtos para alimentar os filhos e suprir a casa.

Ao tornar público o seu comprometimento com a produção, com a reprodução da família, ao abraçar as reivindicações por melhores condições de vida, esses movimentos se preocupam com outra ordem de demandas que trata da sustentabilidade dos agroecossistemas e que deve ficar visível. Não se pode perder de vista, que as estratégias de desenvolvimento para serem de fato sustentáveis, devem incorporar não somente questões sociais, econômicas, mas também culturais e ambientais.

2.2. Políticas públicas na agricultura familiar

A implantação de políticas públicas no meio rural brasileiro segundo interesse dos grandes proprietários de terra, em detrimento dos agricultores familiares culminaram nas três últimas décadas, na pressão dos movimentos sociais organizados. Pressões internas e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), além do Instituto Interamericano e Cooperação para a Agricultura (IICA), Banco Mundial, também pressionaram o governo federal a criar políticas públicas específicas para a agricultura familiar, daí o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Para Campanhola e Silva (2000), as políticas públicas para o meio rural geralmente são elaboradas com um viés setorial e sem levar em conta os seus efeitos no desenvolvimento local. Essa fragmentação contribui para o avanço de alguns e para estagnação de outros setores, agravando mais os desequilíbrios do que propriamente solucionando os problemas que geraram as desigualdades sociais.

Uma política pública, por exemplo, direcionada a um assentamento rural menos favorecido pelos governos, onde se viabilize o acesso à infra-estrutura e aos serviços básicos, mas sem oferecer acesso ao crédito, sem promover assistência técnica de qualidade ou com mecanismos deficientes no processo de comercialização, pouco poderá contribuir para o seu fortalecimento socioeconômico e para melhorar o padrão de vida das famílias.

Dentre as políticas públicas mais atuantes nas comunidades rurais, em especial nos últimos tempos, destacam-se o PRONAF, a Previdência Social, e o Programa Bolsa Família.

2.2.1. PRONAF enquanto política pública

Até 1993 não se tinham notícias de recursos específicos para o financiamento da agricultura familiar no Brasil. Na realidade, não existia o próprio conceito de agricultura familiar. O agricultor familiar era considerado mini-produtor para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural. Com isto, além do produtor familiar disputar o crédito com os demais produtores, era obrigado a seguir a mesma rotina bancária para obter um empréstimo que tinha o perfil voltado para o grande produtor (CAMPANHOLA; SILVA, 2000).

Para superar estes problemas, o governo Itamar Franco criou em 1994, o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) o qual trabalhava basicamente com créditos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Dois anos depois, no governo Fernando Henrique Cardoso, este programa passou a se denominar PRONAF assumindo maior envergadura e uma concepção diferenciada.

Pode-se afirmar que entre os acontecimentos marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural, no período recente, pode-se destacar a criação do PRONAF.

Criado em 1996, é um programa federal para geração de emprego e renda através do apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias, a partir de financiamentos destinados à implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços. Representa uma conquista dos movimentos sociais e sindicais no campo e ao longo dos anos tem sido construído pela demanda organizada desses movimentos, incluindo o de mulheres trabalhadoras rurais, favorecendo novas possibilidades. Suas lutas podem ser simbolizadas pelos Gritos da Terra Brasil, liderados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pelas ações e pressões da Frente Sul da Agricultura Familiar.

Para Schneider et al. (2003), o surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares, que até então era designada por termos como: pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

A proposta do PRONAF é fortalecer a agricultura familiar que, apesar da sua importância econômica e social como geradora de emprego e renda na área rural, é desprestigiada. Quando comparada ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor “bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades como forma social específica de produção (WANDERLEY, 1997).

Para atingir seus objetivos, o PRONAF fundamenta-se nas seguintes linhas de ação: negociação de políticas públicas com órgãos setoriais; financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios; financiamento da produção agrícola – o crédito rural para custeio e investimento – e capacitação e profissionalização de agricultores familiares.

Quanto à participação da mulher, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2005), existe uma linha de financiamento do PRONAF voltada para a mulher agricultora, criada no Plano Safra em 2003/2004 com o objetivo de gerar uma segunda renda na família. Destina-se às candidatas que já possuem renda familiar anual bruta entre R\$ 2 mil e R\$ 60 mil (grupos C, D e E). O prazo de pagamento é de até oito anos, incluídos até cinco de carência. As taxas de juros são de 4% ao ano para os grupos C e D e de 7,25% ao ano para o grupo E. O limite de financiamento varia entre R\$ 1,5 mil a R\$ 6 mil para agricultoras rurais pertencentes ao grupo C. As trabalhadoras do grupo D poderão acessar, no máximo, R\$ 18mil. As agricultoras do grupo E poderão financiar, no máximo, R\$ 36 mil.

Ainda segundo o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD, 2006) para o fortalecimento da Agricultura Familiar, o Crédito do PRONAF disponibiliza recursos públicos a juros infinitamente menores do que são aplicados pelo sistema financeiro, favorece o pagamento em prazos longos e descontos que estimulam a adimplência. Ainda com relação ao crédito rural, o volume de recursos totalizaram R\$ 7 bilhões na safra 2005/2006, e para a safra 2006/2007 é de R\$ 10 bilhões com expectativa de 2 milhões de contratos.

A sistemática de concessão de crédito através do PRONAF vem sofrendo contínuas alterações desde a criação dessa política específica, especialmente no que diz respeito aos valores para custeio e para investimento, bem como nas taxas de juros que incidem sobre os recursos alocados para o programa.

Com a criação do PRONAF Mulher como linha específica, houve uma melhoria na distribuição regional dos contratos, o Sul passou a responder por 38% das operações, seguido pela Região Nordeste com 32% (INCRA, 2004).

Convém salientar que esses percentuais variam entre as regiões e mais fortemente entre os Estados. Essas variações refletem os diferentes sistemas de produção e outros fatores, como por exemplo, as pressões políticas dos estados, o nível de maior organização dos

agricultores familiares e certa tradição de luta pelo crédito rural mais fortemente incorporada à pauta de reivindicações dos agricultores/as da região sul; uma organização mais limitada dos agricultores/as da região Nordeste, o que se traduz em um baixo poder reivindicatório.

Apesar do PRONAF se constituir como um instrumento chave no desenvolvimento do país, alcançar mais de 90% dos municípios brasileiros segundo pesquisa do MDA/NEAD (2006) as mulheres rurais tiveram um escasso acesso a esse programa até recentemente.

Dados de abrangência nacional referentes à pesquisa realizada em 1999 por Grzybowski, indicam que dentre os/as beneficiários/as do crédito PRONAF, um percentual de 93% equivalia a homens e 7% a mulheres (INCRA, 2004).

2.2.2. Previdência Social

A Previdência Social é a mais importante política social para os agricultores familiares brasileiros. As aposentadorias e pensões mensais recebidas por grande número de beneficiários de famílias pobres, segundo Denardi (2001), fazem da Previdência Rural a política de maior alcance social.

Desde o final do século XVIII, o sistema previdenciário existe, mas somente a partir da Constituição de 1988 os trabalhadores rurais passaram a ter os mesmos direitos que os trabalhadores urbanos no recebimento dos benefícios da Previdência Social.

O Sistema de Seguridade Social, instituído pela Constituição brasileira (Capítulo II do Título VIII da Ordem Social), “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I – universalidade da cobertura e do atendimento; II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV – irredutibilidade do valor dos benefícios (art. 194).

A lógica da Seguridade Social está fundada em duas modalidades de proteção social: Assistência e Seguros Sociais e associa ao mesmo tempo universalidade e seletividade; centralização e descentralização; gratuidade e contributividade. Estes princípios conformam as três políticas: a Assistência, a Previdência e a Saúde, reforçando todos os mecanismos de acesso às políticas públicas e a universalização de direitos sociais (INCRA, 2004).

Entre 1992 e 2004, o número de beneficiários da Previdência Social passou de 13 milhões para cerca de 23 milhões de aposentados e pensionistas, ou seja, um acréscimo líquido anual de mais de 830 mil benefícios, um crescimento exponencial de beneficiários em torno de 77%, nos últimos doze anos, que coloca o Brasil entre os maiores regimes previdenciários públicos de todo o mundo. Os contribuintes da Previdência Social, cerca de 28 milhões de trabalhadores, precisam ser expandidos, uma vez que hoje ainda se tem um montante de 42 milhões de trabalhadores autônomos desprotegidos, que labutam na economia informal sem qualquer proteção em caso de doença, invalidez, morte e em outras situações de perda temporária da capacidade laborativa (MPS, 2004).

De acordo com Biolchi e Schneider (2000), com o programa previdenciário rural alterado a partir da Constituição de 1988, o valor do benefício para aposentadorias e pensões passou a ser de um salário mínimo; as mulheres passaram a ter acesso à aposentadoria; a idade de acesso à aposentadoria ficou fixada em 60 anos para homens e 55 para mulheres; a comprovação do tempo de atividade rural passou a ser documentada na mesma extensão que o período de contribuição mínimo previsto para os segurados urbanos. Essas normas, após regulamentações administrativas e outros procedimentos do executivo, somente entraram em vigor praticamente no último trimestre de 1992. É no ano civil de 1993 que a universalização dos direitos previdenciários rurais fez efetiva entrada no âmbito da seguridade social.

Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2005), a renda das famílias contempladas com o seguro previdenciário rural está em média 16% acima da renda de famílias sem acesso aos benefícios pagos pelo Instituto Nacional Social de Seguridade - INSS.

O pagamento de benefícios previdenciários é fundamental como instrumento para evitar ou amenizar o agravamento da exclusão social no país, assim como é importante para a economia dos estados e municípios.

Considerando as necessidades dos agricultores familiares não somente no que se referem às questões voltadas para a agricultura e pecuária, mas acima de tudo, manutenção da própria família, esta política pública é bem vinda para minimizar problemas econômicos, e pode representar a possibilidade de mudanças qualitativas no perfil socioeconômico do setor rural. Também, pode estar sendo importante meio de reprodução socioeconômica das diversas categorias sociais do campo, especialmente dos agricultores e agricultoras familiares.

2.2.3. Programa Bolsa Família

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias pobres, e extremamente pobres (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extremamente pobres (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Bolsa Família pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: promoção do alívio imediato da pobreza, por meio de transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

O Bolsa Família integra o Programa Fome Zero, que visa assegurar o direito à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.

Os valores pagos pelo Programa Bolsa Família variam de R\$ 15,00 a R\$ 95,00, de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças. Em alguns casos, o valor pago nesse programa pode ser um pouco maior, como acontece com as famílias que migraram de programas remanescentes e recebiam um benefício maior nesses programas.

Ao entrar no Bolsa Família, como contrapartida, a família se compromete a manter suas crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e a cumprir os cuidados básicos em saúde: o calendário de vacinação, para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação.

Em 2006, o programa beneficiou 11,1 milhões de famílias – 45 milhões de pessoas que equivale a 25% da população brasileira. O Estado de Sergipe possui 188.936 famílias beneficiárias, onde Malhador, município onde se insere o presente estudo de caso, se inclui com 1.567 famílias (MDS, 2007).

Embora o programa contribua de fato para amenizar as questões relativas a pobreza e a miséria das famílias, é necessário que se criem programas que reduzam a dependência da população beneficiária com relação à ajuda governamental, a exemplo programas em capacitação, geração de empregos, de forma que favoreça às famílias a se tornarem independentes e a gerar o seu próprio pão.

2.3 Reforma Agrária⁴ no Brasil: um breve histórico

Na década de 1960, o Brasil era basicamente agrícola, a população rural era maioria, embora já se intensificasse o processo de industrialização, e os problemas sociais no campo acumulavam-se pela pressão de enormes contingentes de camponeses pobres, sem existir iniciativa do governo para resolvê-los.

Com o início da modernização da agricultura, o significado de desenvolvimento, passou a ser acrescido de uma dimensão de valor, onde o objetivo era o progresso. Entende-se por modernização da agricultura, a mudança na base técnica da produção agrícola. Um processo que ganhou dimensão social a partir da década de 1960 no Brasil, com a introdução de equipamentos e máquinas na agricultura, uso de insumos químicos (fertilizantes, defensivos etc.), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades. Trata-se de uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, com substituição de determinadas culturas por outras (KAGEYAMA, 1990).

A expectativa de produção farta criada em torno do modelo tecnológico, entre outras, foram mingando diante da realidade concreta dos quinze ou vinte anos subsequentes; e no Brasil, o custo social das mudanças ocorridas com este modelo tecnológico, agudiza o questionamento das suas vantagens econômicas. Diante dos impactos negativos nos campos social e econômico e da destruição dos recursos naturais, buscam-se alternativas para viabilizar um outro modelo de desenvolvimento que garanta o respeito ao meio ambiente e a sustentabilidade da agricultura (GOMES, 1998).

No período de 1961-1964, houve uma intensificação nas contradições entre as classes sociais, tanto no campo como na cidade, além da intensificação das modificações de organização política das massas camponesas, principalmente no Nordeste. A questão agrária assume um papel preponderante na pauta das discussões, grupos e partidos políticos de esquerda mantinham posição contrária ao latifúndio, justificando como sendo o principal responsável pelo atraso econômico, político e social do mundo agrário (MENEZES, 1999)

Com o golpe militar de 1964, o Estado adotou um modelo que estimulava o desenvolvimento do capitalismo na agricultura através de uma política de incentivos fiscais e crédito rural direcionado, basicamente para os grandes e médios proprietários, marginalizando

⁴ De acordo com o Estatuto da Terra, em seu art.1º, § 1 considera-se Reforma Agrária, como um conjunto de medidas, que visem promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

do processo os pequenos e mini-produtores rurais. Para os pobres do campo, que sonhavam com a reforma agrária, e um “pedaço de chão”, só tinham duas saídas: migração para as cidades a fim de servir como mão de obra barata, às indústrias, ou para construção de grandes estradas em regiões mais longínquas do país.

Também com o golpe militar de 1964, as Ligas Camponesas, que mobilizaram durante anos, grandes massas rurais e urbanas, com o objetivo de promover uma reforma agrária com base nos anseios daqueles que vivem no campo, foram colocadas na ilegalidade. As principais organizações de trabalhadores rurais foram proibidas de se manifestar; seus líderes e famílias perseguidos pelos militares, ou quando não escapavam do exílio, foram presos, ou assassinados. Neste mesmo período, casos de horrores são contados e até retratados em filmes, do que os latifundiários, e a polícia militar fizeram com os camponeses, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Na década de 1970, verifica-se no Brasil, a aceleração do êxodo rural, que segundo Romeiro (1994), se explica pela combinação entre, de um lado a exacerbação dos fatores de expulsão ligados às transformações nas relações de trabalho no campo e, de outro, a ampliação das oportunidades de emprego no setor urbano-industrial, em decorrência do forte crescimento da economia. Na década seguinte, chama a atenção o brusco arrefecimento do êxodo rural. Trata-se de um período de forte crise de crescimento da economia brasileira, com a conseqüente redução das oportunidades de emprego, o que certamente desestimulou a migração para as cidades.

Por outro lado, foi no Governo Militar que se criou o Estatuto da Terra, que significou um novo marco para orientar as ações fundiárias, dando origem ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), para executar planos de Reforma Agrária e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), responsável pela colonização, extensão rural e cooperativismo via Cooperativas Integradas de Reforma Agrária (CIRAS) e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), fundidos no INCRA em 1970.

Durante o regime militar, parte da Igreja Católica que sempre demonstrou preocupação com a problemática da terra e dos trabalhadores do campo através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), cria em 1975 a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e então começa a recuperar todo o trabalho de base pastoral e mais tarde, com a eclosão dos conflitos pela terra em todo o país, ela se tornou uma instituição de alcance nacional.

Em 1980 a Igreja produz um documento: “A Igreja e os problemas da Terra”, que foi histórico. Nesse documento, segundo Medeiros (1994), a Igreja denunciava a injustiça social, uma injustiça institucionalizada, que “acontece quando a propriedade é um bem absoluto,

usado como instrumento de exploração. Essa situação tornou-se exacerbada com o caminho do desenvolvimento econômico que vem sendo percorrido em nosso país, escolhido sem a participação popular”.

Ainda segundo Medeiros (1994), num plano mais geral, a Igreja Católica defendia a reforma agrária no mesmo registro em que diversas forças sociais a situavam: ela deveria ser acompanhada de uma política agrícola adequada e de indispensáveis medidas complementares, apresentando-se como saída, tanto para a crise política, econômica e social do país, como para a fome. A redistribuição fundiária aumentaria a produtividade e a oferta de alimentos para o consumo interno; baixando a inflação e o custo de vida, proporcionaria mais empregos, evitaria o êxodo rural e impediria as invasões precipitadas no campo, o inchaço das cidades, diminuindo a violência urbana. Também na sua concepção, a descentralização da propriedade e, conseqüentemente, da renda e do poder, seriam fundamentais para firmar a democracia.

Na segunda metade da década de 1980, com o fim do regime militar, os movimentos sociais rurais em processo permanente de organização, criam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, através do qual elaborou estratégias que são colocadas em práticas através de caminhadas e de ocupações de terras, como forma de pressionar o governo brasileiro para implantar e acelerar a reforma agrária no país. O MST foi fundado em 1984, na cidade de Cascavel-Paraná, com representantes de 16 Estados brasileiros.

Vinte e dois anos após o último processo de redemocratização do país, em 1985, o território brasileiro ainda é marcado por uma estrutura fundiária injusta. As medidas utilizadas pelos governos para enfrentar a questão de acesso a terra, tem sido mais para atender às pressões sociais e políticas e menos para desenvolver de fato um programa de reforma agrária amplo, contínuo e sustentável.

Num período de 40 anos (1964 – 2004), os sucessivos governos assentaram menos de 1 milhão de famílias, embora a estimativa seja de que haja 6 milhões de famílias carentes de terras, segundo a proposta, apresentada em 2003 ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – Plano Nacional de Reforma Agrária (RÓS, 2005).

Segundo o INCRA (2006), em meados de 2005 existiam 6.671 projetos criados ou reconhecidos como assentamentos federais, estaduais, projetos de colonização, reservas extrativistas e outros.

No governo de José Sarney (1985 - 1990), após inúmeras adaptações conservadoras, 83.687 famílias foram assentadas, e os governos que lhe sucederam não fizeram melhor: Fernando Collor (1990–1992) e Itamar Franco (1992-1995) assentaram 56.881 famílias. Entre

1995 – 1999, período do 1º governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), houve um salto em famílias assentadas, 287.994. É importante lembrar que tal situação se atribui às fortes pressões do movimento organizado dos sem-terra. No segundo mandato de FHC, mais 292.773 famílias foram beneficiadas (ROS, 2005).

Porém os números divulgados e os modelos de reforma agrária adotados por seus governos, geraram polêmica e contestação de movimentos sociais, partidos de oposição, estudos universitários e da imprensa.

De acordo com a Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, entidade criada em 1976, o governo considerou em sua contabilidade, a capacidade de acomodação de cada assentamento, e não o número de famílias efetivamente assentadas. Outros levantamentos contabilizaram apenas os assentamentos criados por portarias do Diário da União, ignorando os que supostamente foram criados por Atos Administrativos.

Para Fernandes (2006), acessar os números da estrutura fundiária e da reforma agrária no Brasil é um desafio para qualquer cidadão. Através do banco de Dados da Luta pela Terra-DATALUTA, identificou-se o processo de clonagem de assentamentos no segundo governo FHC. “Encontramos assentamentos criados na década de 1980, sendo divulgados como implantados em 2001”. Essa condição era resultante da judicialização da luta pela terra, com a Medida Provisória 2109/52 de 24 de maio/ 2001, que criminaliza as famílias que participam de ocupações e privilegia o latifúndio, porque não poderá ser desapropriado por dois anos. Esse tempo pode aumentar se houver reincidência. Sem ocupações não há reforma agrária, portanto era preciso fabricar números para atingir as metas.

O governo Lula também não conseguiu cumprir suas metas do programa de regularização fundiária para famílias que já vivem sobre terras públicas ou desapropriadas, tendo atendido em 2004, apenas 4.408 famílias, 3% das 150 mil previstas para o ano. Até 2006, a meta do governo era de atender 500 mil famílias com a titulação de imóveis. Num balanço efetuado pelo MST sobre o desempenho de Lula em relação à reforma agrária em 2003 e 2004, o Movimento reconheceu seu governo como aliado (RÓS, 2005).

Ainda no que se refere ao governo Lula, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a reforma agrária brasileira bate recordes de quantidade. Entre 2003 e 2006 foram realizados no país 381.419 assentamentos, somando-se os últimos governos, pode-se afirmar que um milhão de famílias tornou-se “com terra”, desde a redemocratização do país. Em todo o Brasil, somam-se perto de cinco milhões de estabelecimentos rurais; a reforma atingiu 51,4 milhões de hectares nos últimos 12 anos. Desde a Nova República, a área assentada alcança 60 milhões de hectares. A safra nacional, neste ano, está plantada em 45,5 milhões de

hectares. Somando-se os cultivos permanentes toda área explorada chega a 62 milhões de hectares. Na área agrícola, o sem-terra empatou com o “com terra”.

Entretanto, na opinião de Graziano (2007), tamanho não é garantia de reforma agrária. Nunca se aquilata o resultado produtivo da distribuição de terras. A relação custo-benefício jamais foi calculada. Nunca o INCRA calculou pra valer, o custo total dos assentamentos, inclusive a desapropriação, implantação e os subsídios no financiamento. Sabe-se, é verdade existir assentamentos exemplares. São infelizmente absolutas exceções. Um chamado “censo da reforma agrária” se realizou há cinco anos. Os indicadores eram preocupantes. Má qualidade de vida se juntava a insuficiência da produção rural, com renda baixíssima, além da desistência, sempre muito elevada.

Antigos projetos de colonização, afirma Graziano (2007), cobertos por florestas virgens, sucumbem à motos-serra. Na Amazônia, grileiros e invasores ricos e pobres se aliam para destruir a biodiversidade. A palavra-chave se chama aptidão. Enquanto a invasão de terra, com gente desqualificada continuar passaporte para um lote, jamais o processo dará certo. Aqui está a virtude, na competência, não na grandeza.

As propostas de reforma agrária devem definir um modelo específico, de agricultura e não podem ignorar as transformações ocorridas nos últimos anos no campo, mas principalmente deve enfatizar em todo processo o desenvolvimento em todas as suas dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Para Curado e Gomes (2007), as discussões sobre a sustentabilidade ambiental na reforma agrária têm se intensificado nos últimos anos em diferentes regiões do país e são identificadas, de modo predominante, na forma de conflitos sócio-ambientais. Existe uma significativa disputa no controle da apropriação dos recursos naturais nestes espaços. Tais conflitos evidenciam uma profunda desarticulação entre as políticas públicas ambientais e agrárias, exigindo a maior atenção dos diferentes atores sociais (trabalhadores rurais sem terra, agricultores assentados, Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais e poder público), no processo de implantação dos Projetos de Assentamentos - PAs e na definição de proposições para o desenvolvimento destas comunidades.

2.4. Os assentamentos de reforma agrária no Brasil

O termo “assentamento” apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico, e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para

inúmeros países. De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o re-ordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (BERGAMASCO; NORDER, 2001).

De acordo com Medeiros e Leite (2004), o termo “assentamento rural” criado no âmbito das políticas públicas para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária, unifica e, muitas vezes encobre uma extensa gama de ações, tais como compra de terras, desapropriação de imóveis rurais ou mesmo utilização de terras públicas.

O assentamento significa a incorporação de novas terras ao processo produtivo do país, com conseqüente criação de empregos, distribuição de rendas, beneficiando a camada de pequenos agricultores que formam a clientela da Reforma Agrária (INCRA, 2004).

Segundo o NEAD (2004), no Brasil, os assentamentos rurais representam um universo amplo, formado por mais de sete mil projetos, bastante diversificado e espalhado por todas as regiões do país.

Os assentamentos de Reforma Agrária englobam situações com origens bastante diferenciadas. Existem casos de regularizações fundiárias em terras ocupadas por vezes há décadas por posseiros; áreas de conflitos gerados pela tentativa de expulsão de famílias que já viviam na terra como agregados; áreas improdutivas ocupadas pelo movimento de luta pela terra (MST) ou por sindicatos de trabalhadores rurais, reservas extrativistas, entre outros.

Por sua vez, os beneficiários diretos dos assentamentos são também bastante diversificados. Nas diversas regiões do país se encontra filhos de produtores familiares empobrecidos, sem terra, que optaram pela ocupação como forma de se manterem como produtores independentes; parceiros em busca de terra própria; assalariados rurais, muitas vezes integrados ao mercado de trabalho; populações de periferia urbana com empregos instáveis ou não, aposentados que esperam através da terra produzir e obter um complemento de renda etc.

Nas diferentes situações, mesmo naquelas que se constituem em simples regularizações fundiárias, ocorrem mudanças importantes nas vidas dessas pessoas, pois assim que se reduzem os conflitos e se criam os assentamentos sob a gestão do Estado, surgem os chamados “assentados” que passam a ter maior atenção pelas políticas públicas dos governos.

No diálogo que estabelecem com o Estado, esses grupos, agora “assentados”, passam a se deparar com um conjunto de instituições governamentais, como: INCRA, prefeituras, secretarias de agricultura estaduais e municipais, organismos de assistência técnica, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA); de organizações não

governamentais voltadas o apoio e assessoria às demandas dos trabalhadores, ou especializadas na elaboração de projetos específicos de desenvolvimento; de entidades vinculadas às Igrejas; de entidades locais e regionais de representação, como movimentos de luta pela terra, sindicatos, organizações de âmbito nacional como a CONTAG e o MST, associações de produtores, cooperativas, entidades patronais, entre outros (NEAD, 2004).

Esses demandantes de terra, do ponto de vista de sua mobilização, organização e constituição de identidade política, sofreram influência de diferentes entidades de representação, muitas vezes de várias delas ao mesmo tempo, delineando como conseqüência um complexo campo de disputas políticas.

De acordo com o NEAD (2004), em diferentes tempos e lugares, participaram de mobilização o MST e demais movimentos de luta pela terra que proliferaram na década de 1990, o sindicalismo rural, os movimentos atingidos por barragens, o Conselho Nacional dos Seringueiros – (CNS), e a CPT.

Estudos realizados no Brasil sobre assentamentos, mostram que essas unidades têm sido criadas a partir de uma lógica de intervenção governamental que tem privilegiado a ação pontual sobre situações de conflitos, segundo sua gravidade e/ou a visibilidade dos interesses envolvidos (MEDEIROS; LEITE, 2004).

Segundo Romeiro (1992), estudos efetuados pela FAO/PNUD em projetos de assentamentos na região Nordeste e região Sul do Brasil, mostram que a renda mensal das famílias assentadas, varia de 2 a 3 salários mínimos no Nordeste, até 5 a 6 salários mínimos no Sul. Constatam ainda que, apesar das dificuldades e apesar dos níveis de renda não serem ideais, grande parte desses novos pequenos proprietários têm renda superior a dos trabalhadores rurais e agregados e, em muitos casos, a de muitas categorias de trabalhadores urbanos. O estudo concreto confirma dificuldades, mas desmente o mito difundido pela direita, de que os assentamentos de reforma agrária se transformam necessariamente em favelas rurais.

Em se tratando da capacidade de geração de renda dos assentamentos, em particular da região Nordeste, dois fatores são importantes mencionar: o capital inicial trazido pelos agricultores e a força de trabalho familiar. O capital inicial sugere uma ampla heterogeneidade em termos das condições iniciais dentro dos assentamentos, que explica a maior concentração de renda encontrada nesta região. No caso da força de trabalho familiar, esta é importante para explicar a renda estritamente agrícola. Isto significa que no Nordeste os assentamentos dependem em maior grau do trabalho dos membros da família em outras atividades (assalariamento) para garantir a sobrevivência. Para Romeiro (1992), essa situação não é

surpreendente, considerando-se as condições naturais, bem como o perfil sócio-econômico e educacional da região.

2.5. Os assentamentos de reforma agrária no Estado de Sergipe

Os problemas agrários do Estado de Sergipe, assim como a preocupação em solucioná-los não são recentes. Do período colonial até os dias atuais, predominou em Sergipe a grande propriedade, primeiro escravagista e depois ligada ao trabalho indireto e ao assalariamento (DINIZ, 1996).

Nos séculos XVII e XVIII destaca-se a criação de gado, seguida pela cana-de-açúcar. A lavoura canavieira tem uma posição hegemônica até cerca de 1940, quando a pecuária penetra mais fortemente na região do Vale do Cotinguiba e o Estado volta a ter no gado sua principal fonte de renda agrícola. Apesar dessa situação, também desde o período colonial ocorrem os cultivos de lavouras alimentícias e do algodão, ligados a posseiros, que invadiam as terras desocupadas pertencentes ao grande proprietário e por consideram-se donos das novas áreas conquistadas, acabaram por desencadear um processo latente de conflitos com o proprietário (DINIZ, 1996).

A pequena produção camponesa de Sergipe produzia milho, feijão, arroz e, sobretudo mandioca, sendo a Capitania, desde o período colonial, importante fornecedora de farinha para as cidades, inclusive do recôncavo baiano (Diniz, 1996). Na segunda metade do século XIX com a guerra da Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), passou-se a plantar intensamente o algodão, pois os incentivos foram tantos que o algodão, apesar de predominar nas pequenas unidades, foi cultivado também nas grandes propriedades.

Com a aprovação pela Assembléia Estadual Constituinte do Projeto de Lei número 13, que regulamentou o artigo 15 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em 16 de setembro de 1947, o Governador do Estado assumiu poderes para lotear propriedades fundiárias rurais pertencentes ao patrimônio estadual e distribuir os lotes entre os agricultores pobres. Através dessa medida constitucional foi inaugurado então o processo de colonização em Sergipe.

Assim, entre 1945 e 1954 foram implantadas pelo governo estadual cinco colônias agrícolas, com área total de 11.169 hectares e 1706 famílias assentadas, além de uma outra de iniciativa particular chamada colônia Riachão do Dantas, com 260 hectares e 80 famílias. Todas essas colônias constituíram experiências de pouco êxito, embora não tenham deixado

de contribuir para a expansão da fronteira econômica e demográfica do estado, ao viabilizarem a ocupação de parte do interior sergipano (SILVA, 1996).

Em 1951, o Governo Federal cria a Comissão Nacional da Reforma Agrária – CNRA e o Instituto Nacional de Imigração e Desenvolvimento Agrícola - INIC/ Ministério da Agricultura (1954), para incrementar o Programa Nacional de Colonização pública e privada nas regiões Norte, Centro Oeste e no Nordeste, reforçado pelo Serviço Social Rural – SSR (1955) que estimulava o associativismo. Em 1962, o INIC e o SSR foram substituídos pela Superintendência de Política Agrária - SUPRA desvinculada do Ministério da Agricultura. Porém, nenhum desses órgãos influenciou a distribuição fundiária no estado, pois a iniciativa governamental de colonização só foi incrementada no final da década de 1970 (INCRA, 2004).

Em 1958, foi implantada, a 2ª colônia particular denominada Antônio Martins, no município de Lagarto. Posteriormente, em 1962, os trabalhadores ali assentados, fundaram a Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze - COOPERTREZE. Essa cooperativa instalou sete núcleos coloniais em 5.989 hectares nos quais assentou 1.213 famílias, produzindo basicamente fumo, citrus, culturas de subsistência e maracujá. A Coopertreze foi uma das cooperativas de Sergipe que obteve algum sucesso em suas atividades (SILVA, 1996).

Mas, foi nos anos 1960 e 1970, que ocorreu o maior número de experiências de colonização agrícola, com predomínio de iniciativas não governamentais, cooperativas e entidades assistenciais religiosas, ligadas a Igreja Católica, dioceses de Própria e de Aracaju. Esta última, de acordo com Silva e Lopes (1996), através da Promoção do Homem do Campo de Sergipe - PRHOCASE⁵, que contando com apoio governamental e de organismos financeiros conseguiram instalar algumas colônias.

A maioria dessas colônias foi implantada nos municípios de Lagarto, Boquim, Salgado e Arauá que, constituem junto com mais 16 municípios das regiões denominadas Litoral Sul e Centro Sul do Estado, o pólo citricultor de Sergipe. Por outro lado, segundo Silva e Lopes (1996), as colônias de iniciativa da Igreja Católica se concentraram na região do Vale do Cotinguiba, principalmente nos municípios de Maruim, Santa Rosa de Lima, Carmópolis, Santo Amaro das Brotas e Divina Pastora, com a finalidade de proporcionar o acesso à terra

⁵ A PRHOCASE foi fundada em 11 de fevereiro de 1968; sociedade civil e de fins filantrópicos, teve duração de 20 anos. Nesse período implantou cinco fazendas comunitárias, com área de 3.343 hectares, onde foram assentadas 251 famílias e tinha como objetivo ajudar a resolver o problema dos camponeses sem-terra e dos desempregados de fábricas e usinas da região do Cotinguiba. Por esse motivo, foram compradas fazendas comunitárias para assentar os trabalhadores em pequenas unidades familiares de produção (OLIVEIRA, 1987).

aos trabalhadores rurais da zona canavieira, que viviam praticamente em estado de miséria absoluta.

Porém, tanto as colônias criadas pelas cooperativas, como as da PRHOCASE tiveram o mesmo objetivo – assentar trabalhadores rurais em pequenas unidades de produção. O que diferenciava, além da localização geográfica onde foram implantadas, eram os tipos de culturas selecionadas para serem trabalhadas; no litoral sul e centro sul do estado produtos comerciais, como a laranja, o maracujá, o limão e nas outras as culturas chamadas de subsistência, milho, feijão e mandioca (SILVA; LOPES, 1996).

Na ocasião, ainda Silva e Lopes (1996), as unidades agrícolas da região produtora de citrus utilizavam insumos modernos e tecnologias mais avançadas, o Brasil na época, já importava o pacote tecnológico denominado Revolução Verde, o que vai reforçar o processo de diferenciação social que se observa entre os pequenos produtores de laranja da Colônia Treze e os assentados da área da PRHOCASE.

Os resultados promissores das colônias agrícolas no Litoral Sul e Centro Sul do estado levaram o governo de Sergipe a observar com interesse essas experiências e a torná-las como exemplo para suas incursões futuras no campo sergipano. Assim, a partir de 1976, com o Projeto Tabuleiro Sul, integrante do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE, o governo deu início às intervenções fundiárias visando à redistribuição de terras aos trabalhadores rurais, com base em projetos de assentamentos para pequenos proprietários (SILVA; LOPES, 1996).

No início da década de 1980, o governo federal, sob pressão da classe trabalhadora rural e da própria sociedade, lança o I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Houve forte reação das forças conservadoras, especialmente dos grandes proprietários rurais. No estado de Sergipe, 21 municípios foram selecionados como áreas prioritárias, concentradas no sertão sergipano do São Francisco e no centro sul por se tratar de áreas de tensão social e ou conflitos, com uma estrutura fundiária concentrada de grandes propriedades rurais. Cabia o assentamento 11.700 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, em lotes com área média de 30 hectares correspondendo a uma área total de 350 hectares (SILVA, 1996).

Ao final do período 85/89, ainda segundo Silva (1996), as desapropriações no estado atingiram apenas 14.825 hectares, com uma estimativa de 823 famílias em 13 projetos de assentamentos. Todavia, só foram efetivamente assentados nesse período 468 trabalhadores rurais sem-terra, o que equivale a menos de 10% da meta prevista. Pequenos grupos chegaram a colocar roças comunitárias, porém a experiência foi efêmera. A área trabalhada era menor que 1% e a produção colhida insuficiente para o sustento familiar, dada às dificuldades

iniciais que os assentados se defrontavam. Contavam com o repasse dos chamados créditos de implantação, um salário mínimo por família durante os seis primeiros meses para a compra de alimentos e uma pequena quantia para ajudar na construção da casa de moradia e na aquisição de insumos e instrumentos de trabalho.

Convém ressaltar, entretanto, que a expansão dos assentamentos rurais no período de 1980 e 1990 não indica um processo de reforma agrária em curso, uma vez que tais projetos tinham por objetivo por parte do governo eliminar as tensões sociais e não realizar transformações sociais significativas na estrutura agrária do país (MEDEIROS; LEITE, 1999).

Para os sem-terra em Sergipe, um momento importante consistiu na formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que começou com a participação de representantes no 1º Congresso Nacional em 1985. Naquela ocasião, os conflitos por terra estavam intensificados nos municípios de Própria e Pacatuba.

Em setembro de 1985, com apoio do MST e da CPT, 300 famílias ocuparam a fazenda Barra da Onça em Poço Redondo. No ano seguinte, outras 300 famílias ocuparam a fazenda Borda da Mata em Canhoba, e conseguiram conquistar a terra (MST, 2001). De lá até os dias atuais, inúmeras famílias foram se integrando ao Movimento, e diversas ocupações em áreas de outros municípios foram e vem sendo realizadas. Na opinião de Garcia (2004):

A ocupação é um processo sócio-espacial e político complexo; uma ferramenta de luta contemporânea da classe trabalhadora.

O MST tem conseguido articular e agrupar a mão de obra desempregada de homens e mulheres, não só no campo, mas também trabalhadores da cidade, tornando-se nos últimos anos, um dos grandes movimentos sociais do Brasil, seja pelas forças sociais envolvidas, seja pela resistência e pelo auto-sacrifício dos sem terra.

Para o município de Malhador, os conflitos de terra tornaram-se o teor ideológico dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, movidos por interesses das representações sindicais e apoio de partidos políticos e da Igreja.

Inserido na história de luta pela terra o Projeto de Assentamento – PA Dandara constituiu-se um dos assentamentos de reforma agrária irrigado no município de Malhador, após a ocupação pelo MST, redirecionado pelo governo do Estado de Sergipe para os trabalhadores rurais sem terra da região.

Atualmente, o Estado de Sergipe conta com um total de 149 Projetos de Assentamentos (PAs), com área ocupada de 127.616,0514 hectares, abrangendo 7.624 famílias assistidas através das instituições, como: Departamento Estadual de Desenvolvimento Agropecuário de

Sergipe – DEAGRO, Federação dos Trabalhadores Rurais de Sergipe – FETASE, Centro de Capacitação Canudos – CECAC, entre outras (INCRA, 2007).

2.6. Desenvolvimento sustentável

O debate sobre a questão ambiental surgiu nos anos 1960, e expandiu-se nos anos 70, depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo, em 1972 e representou um importante passo em direção à integração dos conceitos e estratégias relacionados com o “desenvolvimento e o meio ambiente”.

Conforme Leff (2004), naquele momento é que foram assinalados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental ao projeto civilizatório da modernidade. Com a Conferência de Estocolmo, surgiu o conceito de eco-desenvolvimento, que nessa nova abordagem significa transformar o desenvolvimento numa soma positiva com a natureza, através do tripé: justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica. A qualidade de vida é medida pela melhoria do bem-estar das populações, e a qualidade ecológica pela solidariedade com as gerações futuras.

Segundo Fontes (2003), o relatório Brundtland, posteriormente intitulado “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987, pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, difunde o conceito de Desenvolvimento Sustentável e enfoca o tripé: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico, enfatizando a redução do consumo e mudança na forma de exploração dos recursos naturais, redução da dívida externa dos países pobres e reorientação dos recursos destinados aos orçamentos militares, como forma de alterar as relações econômicas internacionais e diminuir as desigualdades sociais.

De acordo com este relatório, problemas como: crescimento demográfico, deterioração do solo pela agricultura, desflorestamento, destruição das espécies e mudanças climáticas, são entraves para o desenvolvimento.

Para Caporal e Costabeber (2004), o desenvolvimento sustentável, tal como concebido no Relatório Brundtland, é aquele “desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades”. Esta genérica formulação engloba em si outros dois conceitos: “o conceito de necessidades, em particular as necessidades essenciais dos pobres, às quais deveriam outorgar prioridade preponderante, e a idéia de limitações impostas pelo estado da tecnologia e a

organização social entre a capacidade do meio ambiente para satisfazer as necessidades presentes e futuras”.

Ainda de acordo com Caporal e Costabeber (2004), na base desta proposta, reside um pronunciado desafio político, pondo em “mãos da humanidade” a responsabilidade de solucionar os problemas sociais, econômicos e ambientais através de rápidas e decisivas ações: o desenvolvimento sustentável não é um estado de harmonia fixo, mas um processo de mudança pelo qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação dos progressos tecnológicos e a modificação das instituições concordam com as necessidades tanto presente como futuras; e para que isso possa concretizar-se, “o desenvolvimento sustentável” deverá apoiar-se na vontade política.

Desenvolvimento sustentável é a base da educação ambiental. Significa a capacidade que as populações, as nações, deverão ter de buscar o desenvolvimento econômico, dentro dos parâmetros, observando os princípios da conservação do meio ambiente, sem esgotar os recursos naturais para a geração atual e as futuras.

Para Martins (2003), a idéia de sustentabilidade coloca-se como contraponto ao caráter perdulário do modelo prevalecente, na medida em que a economia por um lado está baseada no desperdício da matéria prima fornecida pela natureza, num padrão de consumo descompassado com o seu ritmo e capacidade de fornecimento e, por outro, tem tratado a natureza como mero depositário de resíduos sem considerar sua capacidade de absorção e reciclagem.

Uma sociedade sustentável é o que todos almejam, porém homens e mulheres, como centros da questão, numa postura dominante ou até num comportamento contraditório sobre o entorno natural, embasam uma economia que coloca em plano secundário a natureza, priorizando os interesses econômicos. Essa situação materializa-se de inúmeras formas, com o consumismo exagerado, o desperdício e a produção de resíduos em geral, entre outras.

Com a segunda Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, conhecida como a ECO 92, houve a reafirmação da Declaração de Estocolmo e aprovação do documento político, a Agenda 21, com compromissos assumidos pelos Estados em relação ao meio ambiente e desenvolvimento. Neste mesmo documento o discurso do desenvolvimento sustentável foi legitimado e oficializado.

A Agenda 21 apresenta os vínculos entre o meio ambiente e outros assuntos, tais como o bem-estar da infância, pobreza, questões da mulher, transferência de tecnologia e divisão desigual de riqueza. Em seu capítulo 24, onde trata da Ação Mundial pela Mulher, com vistas

a um desenvolvimento sustentável e equitativo, a comunidade internacional endossou vários planos de ação e convenções para a integração plena, equitativa e benéfica da mulher em todas as atividades relativas ao desenvolvimento, em particular, as Estratégias Prospectivas de Nairóbi que enfatizam a participação da mulher no manejo nacional e internacional dos ecossistemas e no controle da degradação ambiental.

O papel da mulher nesse contexto é ter uma participação ativa nas tomadas de decisões políticas e econômicas de forma decisiva para a implantação da referida agenda.

Segundo Capra (2002), a comunidade sustentável é feita de tal forma que seus modos de vida, seus negócios, sua economia, suas estruturas físicas e suas tecnologias não se oponham à capacidade intrínseca da natureza de sustentar a vida. O que é sustentado numa comunidade sustentável, não é o crescimento econômico nem o desenvolvimento, mas, toda a teia da vida, da qual depende a longos prazos a nossa própria sobrevivência.

No decorrer deste novo século, dois fenômenos em específico terão efeitos significativos sobre o bem-estar e os modos de vida da humanidade. Ambos têm por base as redes e ambos envolvem tecnologias radicalmente novas. O primeiro é a ascensão do capitalismo global; o outro é a criação de comunidades sustentáveis baseadas na alfabetização ecológica e na prática do projeto ecológico. Enquanto o capitalismo global é feito de redes eletrônicas onde ocorrem fluxos financeiros e de informações; o projeto ecológico trata das redes ecológicas de fluxos energéticos e materiais. O objetivo da economia global é elevar ao máximo a riqueza e o poder de suas elites e o objetivo do projeto ecológico é elevar ao máximo a sustentabilidade da teia da vida (CAPRA, 2002).

Ainda segundo o mesmo autor, os valores humanos podem mudar, não são leis naturais. As mesmas redes eletrônicas nas quais correm os fluxos financeiros e de informação podem ser programadas de acordo com outros valores. A questão principal não é a tecnologia, mas a política. Segundo Leff (2004), a problemática ambiental converteu-se numa questão eminentemente política. Há um conflito de interesses em torno da apropriação da natureza que vão além da internalização dos custos ecológicos para assegurar um crescimento sustentado. Os valores da natureza não podem ser contabilizados e regulados pelo sistema econômico.

O grande desafio do século XXI de acordo com Capra (2002) é a mudança do sistema de valores que está por trás da economia global, de modo a torná-lo compatível com as exigências da dignidade humana e da sustentabilidade ecológica. Com efeito, vimos que esse processo de remodelação da globalização já começou.

Para Leff (2004), os efeitos da globalização econômica se combinam hoje com processos ecológicos em escala planetária, gerando uma espiral negativa de degradação ambiental que está alterando a dimensão dos problemas.

Enfim, para alguns analistas, essa crise ecológica de caráter global e irreversível das alterações causadas ao meio ambiente, provocadas pelas práticas produtivas e consumo em excesso de recursos naturais, representa uma história sem precedentes para a humanidade.

2.7. Sustentabilidade nos agroecossistemas

Um agroecossistema é um local de produção agrícola – uma propriedade agrícola, por exemplo, compreendido como um ecossistema. O conceito de agroecossistema proporciona uma estrutura com a qual podemos analisar os sistemas de produção de alimentos como um todo, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção e as interconexões entre as partes que os compõem (GLIESSMAN, 2001).

O homem, aliado à concepção utilitarista e ao estilo de vida influenciado pela técnica, vem explorando incondicionalmente a natureza como se não fizesse parte dela. Na opinião de Holanda (2004) esta relação tem sido construída a partir das mudanças nas concepções do homem sobre o significado da natureza.

Para Schindwein e D'Agostini (2003), agroecossistema, na nova visão de mundo, necessariamente tem que (re) integrar o homem à natureza, de forma a não percebê-lo mais como um espectador privilegiado dela, abstraído, mas protagonista do diálogo (e não da tortura) que com ela deve estabelecer. A definição parte do princípio de que Agroecossistemas devem ser considerados uma modalidade de sistemas adaptativos complexos: adaptativos, porque estes sistemas “aprendem” e se adaptam no “limite do caos” e, complexos porque de interações locais e não locais os agroecossistemas manifestam propriedades emergentes. Propõe-se, portanto, um conceito de agroecossistema que incorpora aspectos espaços-temporais (estruturais), funcionais e os por nós denominados de conjunturais, ou seja, um conceito que não se limita a considerar somente os elementos do meio físico, em seus componentes biótico e abiótico e suas inter-relações, mas que reconhece aspectos de ordem sócio-econômica e cultural, como elementos que se situam na gênese dos distintos agroecossistemas. O agroecossistema não pode ser entendido como estável e definitivamente pronto, mas uma estrutura que se estabelece em permanente processo.

Teóricos trabalham a dimensão de valor da atitude de respeito à natureza, como a disposição ao respeito a todos os seres vivos nos ecossistemas naturais da terra, admitindo que eles possuam “valores intrínsecos”. Também afirmam que, “pensarmos que temos completo controle sobre o meio ambiente, ou que o teremos algum dia, é um sinal de arrogância e uma ilusão de grandeza” (HOLANDA, 2004).

O modelo agrícola, denominado pela literatura de “agricultura convencional”, tem sido tema de discussões e críticas no que se refere à sustentabilidade dos agroecossistemas.

Este modelo objetiva a maximização da produção e do lucro, utilizando práticas do chamado “pacote tecnológico”, como cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizantes químicos, controle químico de pragas, manipulação genética de plantas cultivadas, sem a preocupação com suas conseqüências não intencionais, de longo prazo e, muito menos sem considerar a dinâmica ecológica dos agroecossistemas. O referido modelo, afirma Gliessman (2001), foi intensificado após a Segunda Guerra Mundial, culminando na década de 1970, com a intitulada Revolução Verde que se expandiu em diversos países em desenvolvimento, em especial da Ásia e da América Latina, que buscavam o sucesso do padrão, obtido nos Estados Unidos, Europa e Japão. Vale notar que os objetivos, então estabelecidos, eram consistentes com o cenário do período, de crise mundial no mercado de grãos alimentícios (aumento da demanda) e de rápido crescimento demográfico.

Não se pode negar que a aplicação dessa revolução industrial na agricultura, encontrou uma forma de produção mais eficiente, e aparentemente mais eficaz em seus propósitos produtivistas. Ocorre, no entanto, que essa prática se tornou possível a um custo social e ambiental muito elevado o que coloca em “cheque” ou relativiza também a sua eficácia econômica (PAULUS, G; SCHLINDWEIN, S. L., 2001).

É necessário evidenciar, que a opção por esse modelo de desenvolvimento que tinha como base um conjunto de tecnologias “avançadas ou modernas”, necessárias para assegurar às atividades agropecuárias níveis crescentes de produção e produtividade, trouxe conseqüências indesejáveis, e muitas vezes incontroláveis, seja pela forma como se implantou, seja pela natureza em si das tecnologias difundidas, principalmente, no que se referem ao uso dos insumos e dos tipos de manejo de solo que adotaram.

Na opinião de Caporal (2004), um dos problemas mais graves e ainda extremamente preocupantes da agricultura convencional diz respeito ao uso dos agrotóxicos. Os gastos com pesticidas agrícolas no Brasil superam a casa dos US\$ 2,7 bilhões por ano. Dados da Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas (ANDEF), dá conta de que, em 1999, as vendas totais de agrotóxicos no Brasil foram superiores a 288.000.000 de kg de produtos

comerciais, o que significou um valor total de vendas na casa dos US\$ 2.329.067.000. Isto é, no Brasil gastamos mais de 8 bilhões de reais em venenos agrícolas somente em 1999 (se tomarmos com referência a cotação atual de R\$ 3,6 por dólar).

Ainda no aspecto ambiental, com a substituição dos sistemas de rotação com alta diversidade cultural por sistemas simplificados, baseados no emprego de insumos industriais químicos e de variedades geneticamente melhoradas e padronizadas, a estabilidade ecológica da produção agrícola foi afetada. Com isso, o equilíbrio químico, físico e biológico do solo foi alterado, afetando as suscetibilidades das lavouras ao ataque de pragas e doenças, principalmente em áreas caracterizadas por elevada diversidade. Ressalta-se ainda, a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão e degradação dos solos, a poluição e esgotamento dos recursos naturais e a contaminação dos alimentos, como conseqüências do modelo em questão (ALMEIDA, 1995).

Os impactos negativos que o mundo vem sofrendo desde os anos 1970, devido à Revolução Verde, possibilitaram que a sociedade começasse a tomar consciência das conseqüências atuais e futuras deste modelo produtivo, não só pelos danos causados ao meio ambiente e à saúde da população, como também pelos efeitos sócio-econômicos. Segundo Caporal e Costabeber (2004), se têm buscado estabelecer estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, de forma que possam proteger os recursos naturais e que sejam duráveis no tempo, ou seja, um modelo que garanta a sustentabilidade dos agroecossistemas.

Nenhuma ação isolada é capaz ou tem alcance suficiente para superar os desafios do complexo sistema produtivo. Mas o que é um Agroecossistema Sustentável? Em primeiro lugar é preciso entender o que é sustentabilidade. Para Gliessman (2001), a sustentabilidade deve ter uma base ecológica, representando “a condição de ser capaz de perpetuamente colher biomassa de um sistema, porque sua capacidade de se renovar ou ser renovado não é comprometido”.

Como uma alternativa sustentável de uso dos recursos naturais, o extrativismo praticado pelas populações tradicionais vem sendo valorizado e os produtos extraídos da natureza ganham espaço em um mercado cada vez mais global. No Brasil, a valorização dos produtos é visível pela intensificação da disponibilidade de frutas naturalizadas ou nativas nas gôndolas dos supermercados, a exemplo do caju, jenipapo, cajá, umbu e mangaba, encontrados, até poucos anos atrás, apenas nas feiras livres (MOTA et al., 2003).

De acordo com Mota et al. (2003), o estado de Sergipe, apesar da pequena dimensão territorial, ainda existe uma rica biodiversidade que sustenta formas de produção tradicionais,

sustentáveis e dependentes dos recursos naturais, notadamente na zona litorânea, em áreas remanescentes de restinga, várzeas, matas e manguezais.

Sustentabilidade, segundo Conway (1987), pode ser definida como a habilidade de um agroecossistema manter a produtividade quando submetido a forças perturbantes maiores. Essa perturbação atual ou potencial pode ser causada por um estresse intensivo ou por um choque. O estresse é definido como uma perturbação de natureza freqüente ou contínua, pequena, previsível e de efeito acumulativo, como por exemplo, a salinidade, toxicidade, erosão. Já o choque é uma perturbação de natureza ocasional, relativamente grande, imprevisível, como uma seca severa, uma inundação, uma nova praga, ou a elevação súbita dos preços dos insumos. De uma maneira geral, a sustentabilidade determina a persistência ou durabilidade da produtividade de um agroecossistema sob condições conhecidas ou possíveis. Entretanto, ao se avaliar a sustentabilidade de um agroecossistema deve-se considerar a natureza hierárquica de tais sistemas.

Conforme Altieri (1999), a sustentabilidade é definida como a habilidade de um agroecossistema em manter a produção através do tempo, em face de distúrbios ecológicos e pressões sócio-econômicas de longo prazo. A maioria das definições de sustentabilidade inclui pelo menos três critérios:

- a) manutenção da capacidade produtiva dos agroecossistemas;
- b) preservação da diversidade da flora e fauna e;
- c) capacidade do agroecossistema para automanutenção

Segundo Almeida (1995), o desenvolvimento agrícola sustentável tem como filosofia neutralizar os efeitos das perturbações antrópicas no ambiente e apresenta alguns itens para uma agricultura sustentável:

- a) manutenção em longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola;
- b) retorno financeiro-econômico adequado aos agricultores;
- c) minimização de impactos adversos ao ambiente;
- d) otimização da produção das culturas com o mínimo uso de insumos químicos;
- e) satisfação das necessidades humanas de alimentos e de renda;
- f) atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

Observa-se que existem inúmeras definições para agricultura sustentável, no entanto, esses conceitos demonstram a necessidade de se integrar à produtividade dos agroecossistemas aspectos econômicos, sociais e ambientais (ALMEIDA, 1995).

Como distinguir se um agroecossistema é ou não sustentável, uma vez que a sustentabilidade é um teste de tempo, sua prova está sempre no futuro. É dito sustentável

quando continua produtivo por um longo período de tempo, sem degradar a sua base de recursos naturais. Mas o que exatamente constitui um “longo período de tempo”? Como se determina se houve degradação de recursos? (GLIESSMAN, 2001).

Na opinião de Xavier e Dolores (2001), numa escala global, a sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas está relacionada com os efeitos, positivos ou negativos, sobre a biosfera. Isto é, os efeitos que os agroecossistemas têm sobre as condições de sobrevivência de outros agroecossistemas, ao longo do tempo. Existem problemas ambientais globais, como o efeito estufa e a mudança climática, que são gerados na atualidade, mas que somente serão sofridos por outras gerações. Assim, um agroecossistema sustentável, desde uma perspectiva global, será aquele que tenha impacto nulo sobre agroecossistemas futuros.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1. Área de estudo

3.1.1. Caracterização da área de estudo

De acordo com a Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC (1997), o município de Malhador situa-se a 49 km da cidade de Aracaju, na região central do estado de Sergipe, mais especificamente no limite oriental da microrregião Agreste de Itabaiana, a 10°39'33" de latitude sul (S) e 37°18'12" de longitude oeste (W) (Figura 1). O território, de aproximadamente 121km², é banhado pelos rios Jacarecica e Dangra, além de diversos riachos que se estendem num relevo ondulado, com uma altitude média de 100 metros.

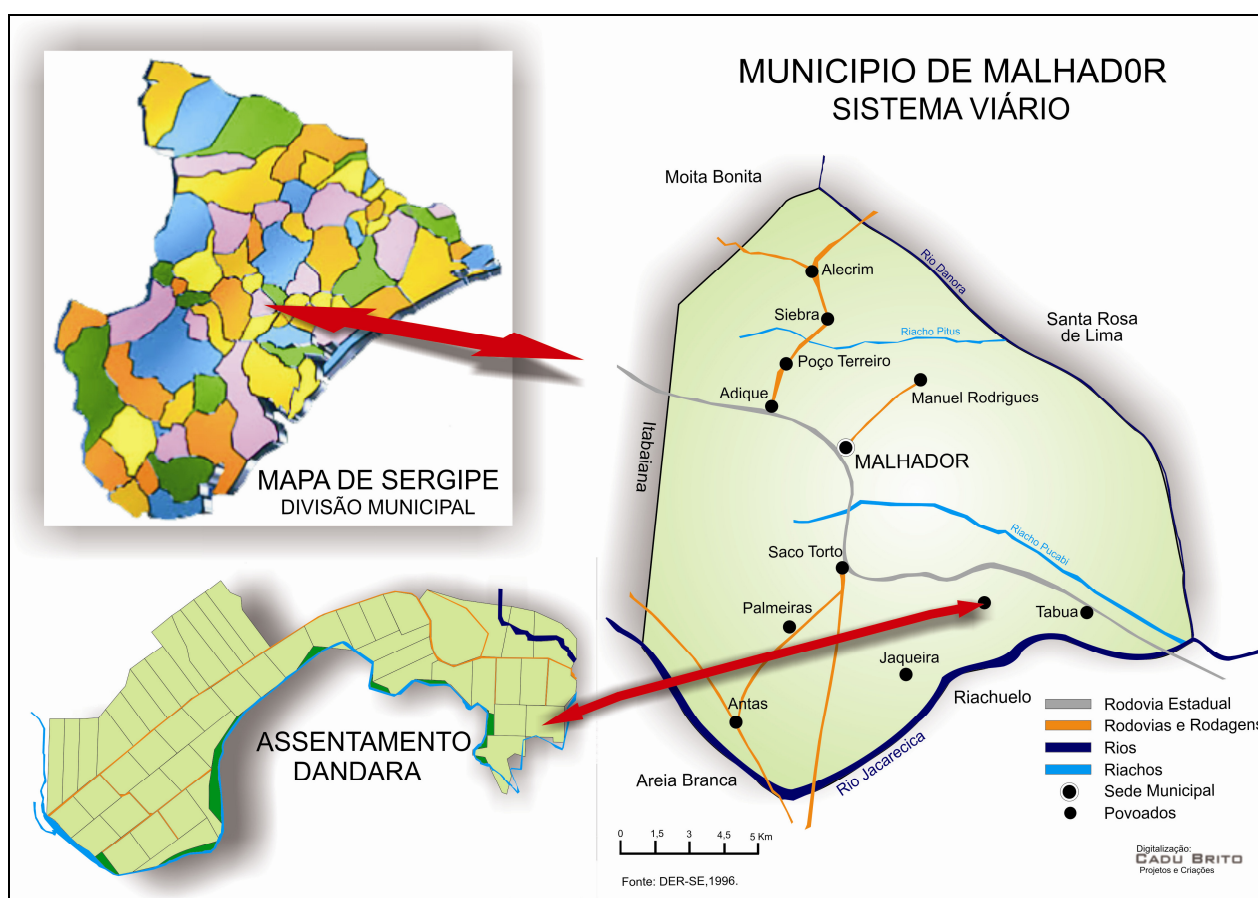


FIGURA 1. Mapa de localização do município de Malhador – SE, 2006.

Fonte: DER-SE

De acordo com a divisão fisiográfica do estado de Sergipe, o município de Malhador está integrado à microrregião homogênea do Agreste de Itabaiana. Fazem fronteira com

Malhador os municípios de Santa Rosa de Lima e Riachuelo, ao leste, Moita Bonita, ao norte, Itabaiana, ao oeste e Areia Branca ao sul (SEPLANTEC, 2000).

A principal rodovia que passa pelo município é a SE-210. Conforme os dados do último censo demográfico IBGE (2000), o município possui uma população estimada em 11.481 habitantes, com uma densidade demográfica de 112,60 habitantes/ km², concentrando-se a maior parte (6.614 habitantes) na zona rural.

O modelo de desenvolvimento sócio-econômico de Malhador, de acordo com o EMDAGRO (1997), assemelha-se aos municípios circunvizinhos; e no que se refere ao meio ambiente, com a derrubada das matas, desde os meados de século XVIII favoreceu a diminuição da cobertura vegetal, incluindo as matas ciliares, ocasionando a degradação das áreas de preservação permanente e inexistência de reserva legal em grande parte das propriedades rurais. Possui um clima predominantemente tropical quente, com temperatura máxima de 34°, mínima de 22° e média anual de 28°C. O regime pluviométrico se encontra entre 1.100 a 1.200 mm de chuvas como média anual, sendo abril/julho os meses mais chuvosos e outubro/janeiro os meses mais secos.

As principais bacias hidrográficas do município são: rio Sergipe, Jacarecica, Pedra Lisa, e Cajueiro dos Veados; e as serras existentes no município são: Capunga, Canção e Quizongo (FIGUEIREDO, 1979).

Segundo o DEAGRO (2006), na distribuição fundiária de Malhador predominam as pequenas propriedades variando de 3 a 10 hectares, atingindo aproximadamente 90% dos proprietários. A economia do município está assentada nos agronegócios de culturas de ciclo curto com importância para raízes e tubérculos em escala de importância conforme relação a seguir: inhame, mandioca, macaxeira e batata doce. A pecuária tem pouca expressão econômica, com predominância de raças mistas onde se exploram o leite e a carne em pequenas propriedades.

Predominam no município solos do tipo Argissolos vermelho amarelo, complementado com solos de textura arenosa, pouco profundos e afloramento de rochas, com manchas de areia Neossolos Litólico e Flúvico quartzosas, de baixa fertilidade, topografia ligeiramente ondulada, contudo rico em afloramento de água de boa qualidade, servindo para consumo humano, animal e projetos de irrigação. Estes solos apresentam-se com aptidão para o desenvolvimento da fruticultura menos exigente em profundidade (DEAGRO, 2006).

3.1.2. Projeto de assentamento Dandara

Localizado no município de Malhador, encontra-se o Projeto de Assentamento denominado Dandara, criado pelo governo do estado de Sergipe, conforme Portaria de Reconhecimento INCRA/SR-23/Nº. 0022, de 26 de setembro de 2002; é registrado no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, com código SE 0100000, com área de 3.085,7781 (três mil e oitenta e cinco hectares e setenta e sete ares e oitenta e um sesteares), visando a atender famílias de pequenos produtores rurais (INCRA, 2002).

Segundo a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe - COHIDRO (2002), o assentamento encontra-se na área pertencente ao Projeto de Irrigação Jacarecica II, da COHIDRO, numa localidade denominada anteriormente Fazenda Passagem. A primeira etapa deste projeto consistiu na desapropriação das fazendas e sítios pelo governo de Sergipe e a segunda etapa foi a execução da barragem Jacarecica II, pela Companhia de Habitação e Obras Públicas.

As famílias do assentamento em estudo possuem uma área de 175 hectares de terras, divididas em 50 lotes. O assentamento localiza-se a 9 km da sede do município de Malhador, e a 40 km da capital. Limita-se ao norte, com a estrada estadual SE -210 que ligam as cidades de Riachuelo e Malhador, ao sul com o rio Jacarecica, ao leste com o povoado Penha e ao oeste com as propriedades rurais do povoado Tabua.

A estrada que dá acesso ao projeto de assentamento Dandara inicia-se a partir da Rodovia SE-210, estrada Malhador / Riachuelo, e prossegue por cerca de 800 metros entre os lotes de número 20 e 43, até uma bifurcação que se estende para a posição leste e oeste, onde estão localizadas as residências e suas respectivas propriedades.

Os lotes da área de estudo foram entregues às famílias, com o sistema de irrigação já estruturado pelo Departamento Estadual de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe - DEHIDRO, com uma extensão de aproximadamente 50 km projetados pelo CECAC/MST.

Segundo as famílias assentadas, o nome Dandara foi escolhido em homenagem a uma mulher que não fugia da luta nem do trabalho. A guerreira Dandara, mulher que lutou junto com Ganga Zumba pelo Quilombo dos Palmares, contra o sistema escravocrático no século XVII no Brasil. Por falta de registro de onde nasceu e da sua descendência africana, supõe-se que ela nasceu no Brasil e, desde menina, foi para o Quilombo, na Serra da Barriga, no estado de Alagoas, por ocasião da rebelião dos primeiros negros contra a escravidão.

A líder Dandara além de participar de todas as lutas travadas pela resistência palmarina, também chegou a questionar os termos do acordo de paz entre Ganga Zumba e o governo

português, ficando juntamente com outros líderes, ao lado de Zumbi dos Palmares, enquanto Ganga Zumba partia do Quilombo para as terras no vale de Cucaú-AL. Em 06 de fevereiro de 1694, ela suicidou-se se jogando da pedreira mais alta de Palmares, que ficava nos fundos do principal mocambo - a Cerca dos Macacos, quando da queda do Quilombo dos Palmares para não voltar à condição de escrava (ALVES FILHO, 1988).

3.2. Coleta e análise das informações

A pesquisa teve como base um estudo de caso⁶ das trabalhadoras rurais, envolvendo diretamente 34 mulheres. A seleção da área de estudo iniciou-se a partir de uma visita ao assentamento Dandara e participação em uma reunião, onde na ocasião foram efetuadas apresentações, exposto a intenção da pesquisa e objeto de estudo.

É fundamental salientar que para seleção dessa área de estudo, alguns fatores foram observados, como: ser um projeto de assentamento rural reconhecido pelo INCRA e as famílias estarem desenvolvendo atividades no local há quatro anos; a população ser composta predominantemente por agricultores familiares; está vinculada organicamente ao MST, recebendo orientações através de técnicos e lideranças do CECAC/MST.

O estudo realizou-se a partir de procedimentos metodológicos de caráter qualitativo e quantitativo, com pesquisa bibliográfica e de campo, dados secundários procedentes das instituições que direta ou indiretamente contribuem para o desenvolvimento do assentamento Dandara como: CECAC, MST, Banco de Brasil - BB, Banco do Nordeste do Brasil - BNB, FETASE, INCRA, DEAGRO e DEHIDRO.

Entrevistas foram efetuadas com o técnico agrícola, coordenador do Grupo de Cooperação Agrícola Dandara (GCAD), (Anexo 1 e 2), e todas mulheres (34) de Dandara (Anexo 3). Também foram realizadas entrevistas com o Coordenador do Centro de Capacitação Canudos (CECAC), no local de trabalho em Aracaju, e com um dos dirigentes do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Malhador, naquela cidade.

⁶A terminologia “estudo de caso” surge na pesquisa médica e psicológica, como uma forma de análise aprofundada de um caso individual de certa patologia. Nas Ciências Sociais, caracteriza-se como uma metodologia de estudo que se volta à coleta de informações sobre um ou vários casos particularizados. É também considerado como uma metodologia qualitativa de estudo, pois não está direcionada a se obter generalizações do estudo e nem há preocupações fundamentais com tratamento estatístico e de quantificações dos dados em termos de representação e/ou de índices (ef Chizzotti, 1991) Pode-se realizar o estudo de caso tipificando um indivíduo, uma comunidade, uma organização, uma empresa, um bairro comercial, uma cultura etc. (BARROS; LEHFELD, 2004).

As entrevistas com as mulheres ocorreram nas residências ou unidades de produção, a depender da atividade que naquele momento estivessem praticando, de forma que a pesquisa não prejudicasse o trabalho ou a rotina diária das mulheres.

Elaborou-se questionário semi-estruturado em tópicos padronizados, aplicados no período de abril a outubro de 2006, possibilitando o registro de opinião e argumentos das mulheres.

Na execução da pesquisa foram abordados aspectos relativos à história do acampamento ao assentamento, composição da família, trabalho da mulher, produção, uso dos recursos naturais, atividades geradoras de emprego, renda mensal, educação, assistência técnica e extensão rural, organização e pluriatividade.

Ferramentas do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)⁷ foram utilizadas, como rotina diária e calendário sazonal. É importante salientar que os nomes das entrevistadas foram substituídos por números.

⁷ O Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) é uma derivação do Rapid Rural Appraisal (RRA), um método trabalhado por técnicos das agências de desenvolvimento européias que atuam no setor agropecuário em países asiáticos e africanos. Ele foi criado para sanar problemas graves nas áreas de pesquisa e de difusão de tecnologias agrícolas, onde desníveis sócio-culturais impossibilitavam uma relação adequada científica e saber-fazer dos agricultores. No Brasil, é utilizado em trabalhos de planejamento de assentamentos de reforma agrária; por técnicos ligados a agricultura familiar como instrumento auxiliar na gestão de associações e agência de desenvolvimento (GOMES, 2006).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. O projeto de assentamento Dandara

4.1.1. A formação do assentamento: um breve histórico

A passagem das famílias do acampamento para o assentamento promoveu um lugar social, “novos horizontes” em aspectos econômicos sociais e políticos, o que traz conseqüências promissoras não somente para as suas vidas, mas, para o município onde estão inseridas. O acesso a terra, a habitação e o crédito em alguns casos atuam até como mecanismo de consolidação ou reconstituições familiares.

As famílias que hoje residem no assentamento Dandara, primeiramente ocuparam terras⁸, iniciando pela Fazenda Escuta município de Riachuelo, em 28 de agosto de 1998, com um total na ocasião de 297 famílias.

Alguns dias de acampamento ocorreram também às margens da Usina Pinheiros, município de Laranjeiras, na estrada que liga as cidades de Riachuelo e Areia Branca, tendo sido os dias que antecederam a posse da terra vividos na estrada que liga Riachuelo à Malhador, nas proximidades do povoado Tinguí. Durante esse período as famílias não receberam nenhum tipo de recurso para a produção, tendo sido a sobrevivência por conta dos próprios acampados⁹ que por muitas vezes tiveram de se desfazer de bens materiais para adquirirem bens de primeira necessidade.

Na mesma ocasião, foram efetuados trabalhos de formação sob a coordenação do MST incluindo a história dos movimentos sociais, técnicas de plantio, divisão de tarefas a exemplo o preparo de alimentos para o coletivo, vigilância noturna do acampamento, e atividades que incentivassem a participação e o entrosamento entre os acampados. Por muitas vezes, segundo as atuais famílias assentadas, plantaram em terras que não sabiam se seriam desapropriadas, porém a esperança as manteve unidas na luta.

Para as mulheres, fazer parte de um acampamento significa uma atitude de coragem e vontade de melhorar as condições de vida, pois são inúmeras as dificuldades e os preconceitos

⁸ Durante o processo de ocupação as famílias passaram por uma série de despejos determinados por ordem judicial ocupando localidades como: Fazenda Santa Maria, Jurema, Fazenda Belchior, entre outras.

⁹ Entende-se por acampado, aquele que se encontra organizado coletivamente no campo, pleiteando sua inclusão como beneficiário dos programas de reforma agrária, desenvolvendo atividades em área de terra pertencentes a terceiros (MPS, 2004). Segundo Fernandes (2002), acampado é aquele sem terra, que tem por objetivo ser um assentado, constituindo assim duas categorias com uma identidade em formação.

que enfrentam da sociedade como um todo. Segundo uma entrevistada: *“para muitos que desconhecem o Movimento, os sem terra são um bando de desocupados para não falar coisas mais degradantes...”* Na escola, no princípio, nossos filhos são olhados com desprezo pelos colegas, isso sem contar com os inúmeros despejos efetuados pela polícia a mando da justiça ou do governo. *“Mas, somos nós que damos força e coragem para os homens não desanimar”* (Entrevistada nº1).

Apesar das dificuldades, em diversos aspectos *“no acampamento, tudo era motivo de festa; final de semana, pela noite era escuro, fazia uma fogueira e com violão cantávamos canções do movimento”* (Entrevistada nº28). *“O lema era: a luta sem a mulher vai pela metade. Tem que ser meio a meio”* (Entrevistada nº. 1).

Para todas as mulheres entrevistadas o Assentamento significa o gosto da vitória. Representa a “terra prometida”, o “porto seguro”, o ponto de parada definitivo de seus processos migratórios de acampamentos.

Em geral, das famílias que acamparam e hoje estão assentadas, participaram do movimento a convite do coordenador regional do MST, militantes e dos próprios familiares.

A transição de acampamento para assentamento, ocorreu em 07 de setembro de 2002, após 4 anos, quando na ocasião as áreas foram distribuídas através de sorteio respeitando-se os critérios de seleção, os quais exigiam que o beneficiário do lote pertencesse ao acampamento e estivesse comprovadamente desempregado, bem como pessoas que estiveram envolvidas em militâncias pelo MST e que ainda não tivessem sido beneficiadas com lotes em assentamentos.

Os lotes foram divididos e enumerados pela COHIDRO e CECAC/MST com participação das famílias. Segundo informação do técnico do CECAC que trabalha na área, alguns assentados, por motivos particulares, trocaram de lote e até de assentamento.

Constatou-se que, das 49 famílias selecionadas para residirem nos respectivos lotes, somente 34 são constituídas por mulheres agricultoras e donas-de-casa. Nas demais famílias, os casais são separados ou os lotes pertencem a proprietários que trabalham na sede regional do CECAC/MST ou estudam na UFS, encontrando-se no lote apenas no final de semana.

A presença da mulher nas famílias é representada pelos lotes de cor verde (Figura 2); e aqueles com uma estrela, conforme a legenda significa que as mulheres residentes nos respectivos lotes são também chefes de família.

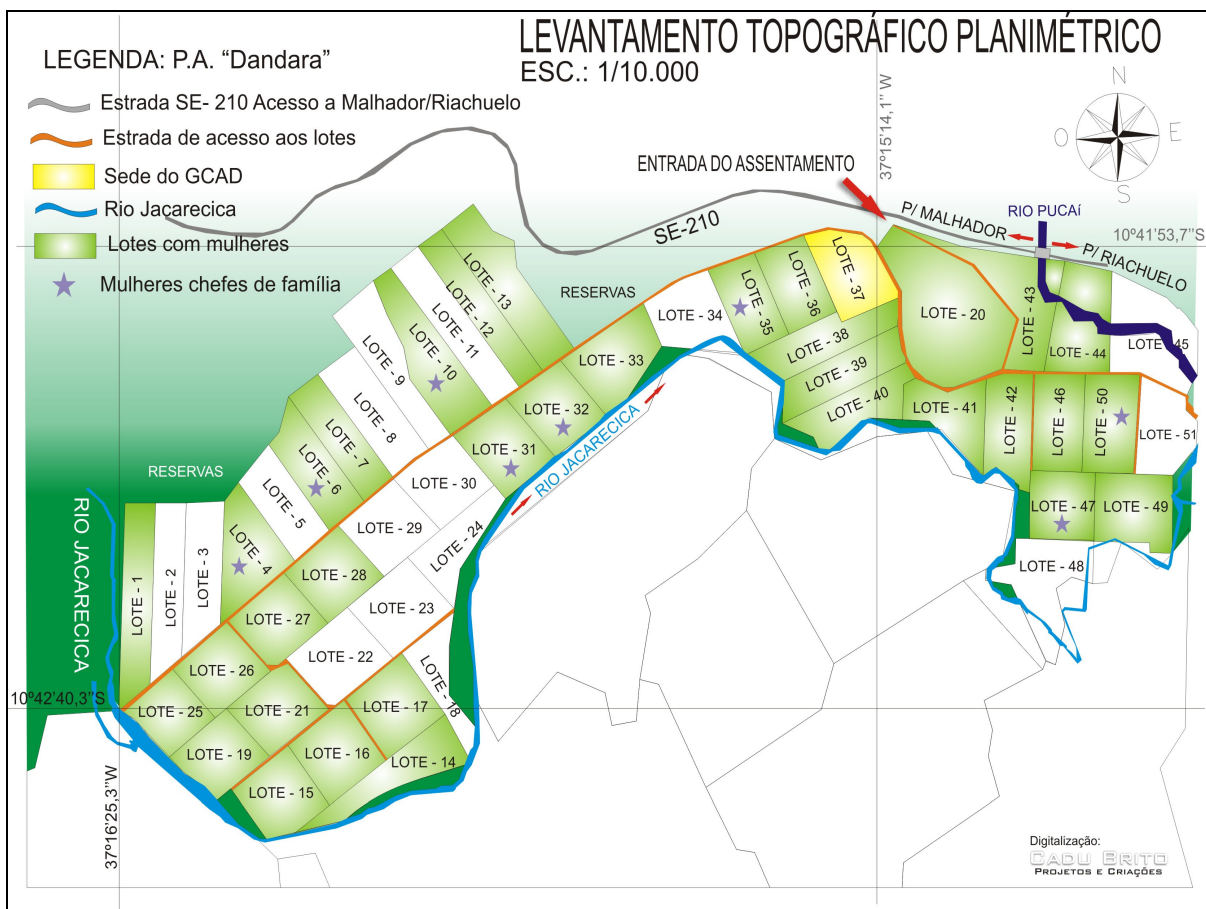


FIGURA 2 Mapa de localização do PA Dandara e situação das mulheres nos respectivos lotes, Malhador - SE, 2006.

Fonte: COHIDRO (2002).

Questionadas se pretendem morar sempre no PA Dandara, 94,11% responderam que sim, estão satisfeitas e entre diversos argumentos da mudança na vida ressaltaram:

“Sinto-me livre, autônoma, trabalhava nas terras dos outros, hoje tenho uma casa boa e terra para plantar. A saúde melhorou, pois antes não dormia bem; crio os filhos mais soltos e com tranqüilidade; antes tinha que andar de 2 a 3 horas para chegar à roça e trabalhar”.

“Antes morava num barraco. Hoje tenho uma casa, terra para plantar e sossego para criar os filhos. Na cidade, tem de comprar de tudo” (Entrevistada nº 46). As outras duas mulheres que não pretendem morar para sempre no PA Dandara argumentaram as dificuldades vivenciadas relacionadas a motivos pessoais

Questionadas quanto ao relacionamento pessoal entre famílias no Assentamento, 35,29% responderam ser bom, 52,94% considera regular e 11,76% considera ruim (Figura 3)

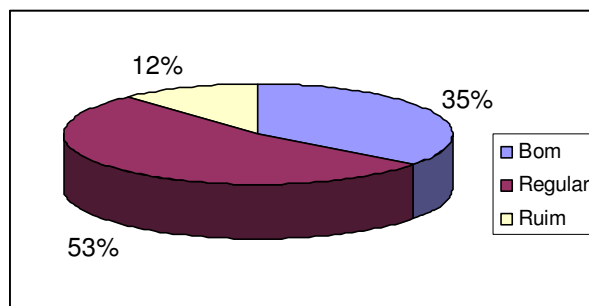


FIGURA 3. Relacionamento pessoal no PA Dandara – Malhador - SE, 2006.

Com a conquista dos assentamentos, a população começa a procurar solução para outros problemas e desafios superando-os gradativamente através de sua própria luta, com trabalho e organização. Essas histórias revelam a importância da participação das mulheres não somente como donas de casa e agricultoras, mas especialmente enquanto cidadãs na busca da transformação da realidade, justiça social e, conseqüentemente, melhores condições de vida. Tais aspectos se misturam, gerando uma grande diversidade de interesses e afinidades.

4.1.2. Infra-estrutura rural e saneamento ambiental

Para Campanhola e Silva (2000) a disponibilidade de infra-estrutura básica, rede de esgotos, água para abastecimento, eletrificação, serviços de saúde, educação, segurança, sistema viário, rede de comunicações etc. – aos pequenos municípios do interior brasileiro ainda se constitui um grande desafio para que o desenvolvimento local se manifeste por inteiro.

A falta de autonomia financeira suficiente de muitos municípios tem dificultado a implantação de empreendimento de infra-estrutura, além da falta de recursos, pela desarticulação política e pela sua marginalização histórica, os municípios mais pobres não conseguem ter acesso a fontes hierarquicamente superiores da esfera pública, pois estas já se encontram “loteadas” por oligarquias de poder e por segmentos mais organizados da sociedade. A mobilização local e a sua organização por meio de associações e cooperativas parece ser o caminho mais adequado para o rompimento do estado das coisas. Porém, a forma como se dá esse processo é que vai ou não validar a sua legitimidade social (CAMPANHOLA; SILVA, 2000).

No meio rural, a situação ainda é mais crítica, uma vez que as restrições impostas muitas vezes pela inexistência de alguns serviços públicos básicos, acabam por inviabilizar o

desenvolvimento de atividades não-agrícolas que poderiam contribuir para a maior oferta de renda e emprego para a população local rural.

Em se tratando de infra-estrutura no assentamento Dandara, com grande esforço, as famílias estão construindo suas casas de alvenaria, cobertas de telhas de cerâmica, planejadas com área de 60m². O número de cômodos oscila entre dois a dez, a depender do tamanho da família, e da condição econômica do proprietário.

As casas dispõem de energia elétrica, sanitário dentro de casa, com fossa séptica, mas sem esgoto. As famílias estão com as casas quase prontas, destas, mais de 90 % estão pintadas por fora e por dentro (Figura 4); uma casa já se encontra totalmente construída devido às condições econômicas do proprietário.



FIGURA 4. Residência típica de uma família no PA Dandara - Malhador - SE, 2006.

A moradia significa para a mulher o abrigo, a proteção do sol e da chuva, para si e seus familiares, além do sonho da casa própria que se tornou realidade. De casa nova, sentem-se mais estimuladas até para o trabalho, contribuindo também para a auto-estima.

Embora estejam felizes pelas moradias, um problema enfrentado pelas famílias, é a falta de infra-estrutura escolar adequada e falta de professores. As crianças do assentamento que fazem o pré-escolar, alfabetização e 1^a à 5^a série do ensino fundamental estudam durante o dia na Escola Rural Barroco, no Povoado Tabua, localizada a uma distância de 1 a 4 km das suas residências, o que penaliza não só as crianças, mas também seus pais, pelo deslocamento diário, a pé ou de carroça de casa para a escola e da escola para casa.

Mas, em uma ação coletiva, com o sonho de possuir um ambiente acolhedor para o lazer e trabalho, as famílias do assentamento se uniram visando construir a sede do Grupo de Cooperação Agrícola Dandara (GCAD), no lote de n^o37, cujo projeto beneficiará a população através de uma escola para crianças, jovens e adultos, casa de farinha, centro de formação

comunitária, posto de saúde, quadra de esporte, campo de futebol, laboratório fitoterápico e uma casa para o morador vigilante.

Embora os lotes sejam irrigados com água procedente da barragem Jacarecica II, as famílias não dispõem de água encanada em suas residências. Os moradores afirmam que a água não é recomendável para consumo humano. O abastecimento domiciliar tem sido obtido através de poços, fontes, coleta das chuvas e do rio Jacarecica.

No Brasil, segundo o Censo 2000, apenas 62,2% dos domicílios brasileiros são atendidos pela rede de coleta de esgoto ou possuem fossa séptica. Ainda mais alarmante é a informação de que apenas 12% do esgoto coletado são tratados, sendo o resto despejado nos rios ou no mar sem nenhum tipo de tratamento.

Com relação ao destino do lixo produzido no assentamento 2,94 % é transformado em adubo; 29,41% enterram; e 67,64 % queimam na propriedade. A Prefeitura Municipal não coloca transporte coletor de lixo à disposição do assentamento e a queima dos resíduos sólidos produzidos sejam eles domésticos e/ou agrícolas geram poluição atmosférica, não só para aquela localidade, mas também para outras áreas vizinhas causando danos à saúde da população com conseqüências a curto e a longos prazos. Toda e qualquer tentativa de reduzir a quantidade, alterar sua composição ou mesmo dar um destino adequado pressupõe mudanças de comportamento social.

Esse tipo de atitude é comum em vários locais do Estado de Sergipe como, por exemplo, os lixões a céu aberto, a falta de destino e tratamento adequado, pois o que se verifica são ações pontuais sem conscientização e continuidade.

Uma outra carência da comunidade em relação à infra-estrutura é a falta do posto médico, dificultando ainda mais o acesso das mulheres ao direito a saúde. Segundo as mulheres, entre as doenças mais comuns que acometem os moradores por ordem decrescente encontram-se as Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, dengue, verminose e gripe. “Só é possível assistência médica uma vez por semana, no Povoado Tabua, quando o médico aparece”. Em caso de acidentes no trabalho ou de outra natureza, buscam apoio de vizinhos ou de um agricultor que dispõe de veículo para transportá-los até o hospital de Malhador, Riachuelo ou Aracaju a depender da gravidade do caso.

Em se tratando das mulheres sindicalizadas, elas dispõem de assistência médica nas áreas de ginecologia, oftalmologia e odontologia, atendendo uma vez por semana na sede do próprio Sindicato em Malhador. O Sindicato também presta assessoria jurídica para resolver questões de pensões em caso de acidentes. Daí, representar um instrumento de grande apoio

para as sindicalizadas. Os programas públicos voltados para a Saúde da Mulher, não chegam ao assentamento, necessitando se deslocarem até Aracaju, caso queiram ser beneficiadas.

O município de Riachuelo é o mais procurado, para as questões da saúde, porque atende ao paciente; no entanto, segundo a senhora agricultora (nº49) “é preciso pagar R\$ 15,00 por consulta médica mesmo sendo assistida por um serviço de saúde pública, o que é um absurdo, pois não é legal”. Segundo a mesma agricultora, “*está aqui nas mãos de Deus; seja o que Deus quiser, pois se não tiver o dinheiro morre*”.

4.1.3. Recursos naturais

Segundo Flores (2001) entende-se por sustentabilidade ecológica o desenvolvimento de uma agricultura familiar que tenha preocupações explícitas com o uso racional dos recursos naturais renováveis, sendo extremamente importante para as políticas de gestão ambiental e territorial. A diversidade de formas e arranjos agroecossistêmicos assumida pela agricultura familiar é um antídoto à homegeinização paisagística, cultural e específica assumida pela monocultura latifundista.

Desta forma a agricultura familiar mantém uma relação positiva com o território, o que se revela, sobretudo, na capacidade de valorizar as potencialidades próprias aos agroecossistemas naturais em que está inserida, inscrevendo suas potencialidades em suas estratégias de reprodução econômica. Por outro lado, dada a grande multiplicidade de estratégias sobre um território definido, a agricultura familiar termina por encorajar o desenvolvimento local, favorecendo o planejamento e a gestão coletiva dos recursos naturais, sua distribuição mais eqüitativa e sua administração mais descentralizada (FLORES, 2001).

No assentamento Dandara verificou-se que as famílias adquiriram a área ainda com mata, entretanto durante o acampamento e mesmo já no assentamento, mais de 50% das mulheres afirmaram usar a mata como estratégia de sobrevivência, como saída para a marginalização imposta às suas famílias. As mulheres percebem o uso dos recursos naturais como um bem maior, uma dádiva de Deus. *É importante para a vida do ser humano, dos animais e todo ser vivo; as militantes e muitas mulheres do assentamento têm plena consciência e age procurando preservar os recursos naturais* (Entrevistada nº 28).

Entretanto, sem condições de retirar do lote o sustento e sem soluções adequadas para a sua problemática, as famílias ali residentes, utilizaram o meio natural, a mata nativa para a

construção de barracos, fabricação de ripas, caibros e também como lenha para cozimento dos alimentos, além de desmatamentos para aproveitamento total do lote na agricultura.

Arruda (2001), afirma que os desmatamentos e as queimadas são ainda práticas comuns no preparo da terra para a agropecuária, o que, além de destruir a cobertura vegetal, prejudica a manutenção de populações da fauna silvestre, a qualidade da água e o equilíbrio do clima e do solo. Para Sirvinskas (2003), com a finalidade de evitar tais agressões, o poder público vem estabelecendo normas protecionistas das áreas de preservação permanente, visando à conservação, preservação e regeneração do meio ambiente.

Segundo as mulheres entrevistadas, a população do assentamento Dandara abriu na área de reserva legal¹⁰, uma estrada (Figura 5) para pedestre, partindo da Rodovia SE-210 para o assentamento, dando acesso direto ao lote de número 37 onde funciona a sede do GCAD, porque no período da noite, pela estrada considerada oficial, ocorriam diversos assaltos às pessoas, inclusive com graves agressões físicas.



FIGURA 5. Primeira estrada aberta na área de Reserva Legal em Dandara - Malhador - SE, 2006.

De acordo com os assentados do PA Dandara, posteriormente, famílias do Povoado Tabua (vizinhos), foram avançando sobre a citada área de reserva transformando-a não só em pastagens para animais, mas desmatando-a para abertura de estradas (Figura 6).

¹⁰ A Reserva Legal (RL), segundo o inciso III do art. 1º do Código Florestal, é a área localizada no interior da propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas. No Nordeste a RL deve ser equivalente a 20% da área total (IBAMA, 2002). De acordo com o Art. 1º, Inciso II do Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771/65), é de preservação permanente a área protegida nos termos dos Artigos 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico, de fauna e flora, além de proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (IBAMA, 2002).

Tem-se acesso por essas estradas para o assentamento Dandara através de diversos tipos de transporte, como: motos, carroças, veículos de passeio e até caminhões e caçambas.



FIGURA 6. Segunda estrada aberta na área de Reserva Legal em Dandara – Malhador - SE, 2006.

A Direção do GCAD articulou-se com o Ministério Público e com o IBAMA e oficialmente denunciou a situação, mas nenhuma providência foi tomada até o presente momento. Enquanto isso, o problema tem se agravado e a área de reserva legal continua sendo utilizada; neste caso, ainda se questiona, onde está a participação feminina e a consciência ambiental da população?

O rio Jacarecica, situado no assentamento é bastante explorado e tem servido para diversas utilidades (Figura 7), a saber: banho de pessoas e animais, lavagem de roupas, uso da água para beber e para atividades domésticas, além de retirada de material arenoso para construção civil.



FIGURA 7. Banho de animais dentro do rio Jacarecica, Malhador - SE, 2006.

Das famílias residentes, 50% tomam banho e lavam roupa; 61,76% banham os animais sem observar que aquela mesma água é usada para as pessoas. A água do rio Jacarecica é usada também para consumo doméstico (Figura 8).



FIGURA 8. Uso da água do rio Jacarecica para atividades domésticas Malhador - SE, 2006.

É possível constatar também a presença de erosão e assoreamento em determinados locais da extensão do rio Jacarecica, provocados pela retirada de material arenoso, segundo as famílias para construção civil, por pessoas estranhas ao assentamento e sem licença ambiental (Figura 9).

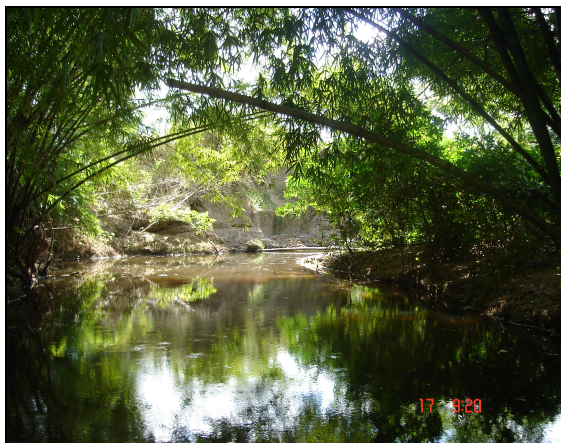


FIGURA 9. Retirada de material arenoso do rio Jacarecica, Malhador - SE, 2006.

A prática de se utilizarem os recursos naturais de forma predatória, justificando o sustento da família ou crescimento econômico, vem ao longo dos anos contribuindo para a degradação dos recursos naturais gerando como consequência, impactos negativos para toda a sociedade. Por outro lado, constatou-se que mais de 80% das mulheres são orientadas através de palestras com o MST sobre questões ambientais, no entanto, a realidade exposta acima não demonstra haver de fato uma prática sustentável.

Castro e Abramovay (2005), em seus estudos sobre gênero, apontam para intensa participação das mulheres em movimentos e organizações não governamentais, voltadas para as questões ambientais.

No caso estudado, há uma grande contradição entre ter o conhecimento, mas não colocar em prática, não mudar de atitude. É preciso transformar o conhecimento em ação. Caso contrário pode-se dizer, que são causadores da situação, mas ao mesmo tempo são vítimas desse processo. Compromisso ambiental é uma obrigação de todos nós.

A insuficiência ou não implementação de políticas públicas voltadas para saneamento ambiental condicionam a população a uma estrutura social desfavorável, com possibilidades de desencadeamento de doenças infecciosas, de origens diversas.

4.1.4. As mulheres de Dandara

Das 34 mulheres entrevistadas, 64,70% vieram do campo e 35,29% da zona urbana; são procedentes de Aracaju, Areia Branca, Brejo Grande, Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras, Malhador, Maruim, Poço Redondo, Porto da Folha, Riachuelo, Salgado, São Cristóvão, Socorro, Umbaúba, além de estados, como: Alagoas, Paraíba, Pernambuco e São Paulo.

Na sua quase totalidade, as mulheres e seus familiares participaram de todo processo de ocupação, dos diversos despejos efetuados pela polícia por ordem judicial e finalmente da implantação do Assentamento. Foram considerados como membros da família, além de filhos e cônjuge, genro, nora, sobrinhos e netos. O tamanho médio das famílias das mulheres entrevistadas é de 5,29 pessoas.

As mulheres procedentes da cidade trabalhavam anteriormente como donas-de-casa, empregadas no comércio, empregadas domésticas e ainda autônomas comercializando desde jóias em determinado período das suas vidas, até mariscos e frangos em hotéis, ou nas portas das residências. Quando questionadas a respeito da sua relação com o campo, 97,05% responderam que facilmente se adaptaram e se identificaram com a agricultura e suas características, somente 2,94% manifestaram dificuldades para se adaptar e gostar do meio rural. As mulheres que vieram do campo, são egressas da agricultura de subsistência e desde crianças convivem com a terra e desenvolvem atividades como: plantio, manejo, limpeza, preparação, colheita, organização, beneficiamento etc.

Das mulheres entrevistadas, 50% são titulares da propriedade da terra, mostrando um índice superior à realidade brasileira que é de 12,6% dos beneficiários diretos da Reforma Agrária (NEAD, 2006) e que, apesar de prevista na Constituição Federal desde 1988, não havia o instrumento legal que a tornasse obrigatória. Assim, sua implementação vinha ocorrendo precariamente e, em caso de separação do casal, vários conflitos eram gerados.

Muitas vezes a terra era comercializada e a mulher só tinha conhecimento posteriormente, porque nesse processo, sua autorização, acordo ou assinatura eram dispensáveis.

Com a Portaria nº. 981/2003 do INCRA, a titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos constituídos por um casal passa a ser obrigatória. A titulação é conjunta e obrigatória em situações de casamento e de união estável. Se a terra ainda estiver em processo de titulação e houver uma separação, de acordo com o Código Civil, a terra ficará com a mulher desde que ela tenha a guarda dos filhos (MDA/NEAD, 2006).

Diante de uma separação os homens ou as mulheres devem requisitar outra vez o acesso a terra e serão os primeiros (as) beneficiados (as) com a criação de novos assentamentos da reforma agrária. Se houver uma falsa separação, a atitude será considerada fraude e sofrerá as penas previstas em lei. Quando já está em curso o processo de assentamento, o casal deve ir ao INCRA requerer a inclusão do nome da mulher na titularidade da propriedade, apresentando os documentos que comprovem a união entre ambos (MDA/NEAD, 2006).

Das mulheres entrevistadas, 38,23% são casadas no civil; 11,76 % são casadas no religioso; 26,47% foram separadas, porém já estão com outro relacionamento habitando no mesmo teto; 11,76 % são solteiras; 5,88% são desquitadas; 2,94% divorciadas e 2,94% viúvas

De todo, esse universo, 23,52% são chefes de família e assumem todo o trabalho na roça e em casa com ou sem ajuda de filhos. Esse número de chefes de família corresponde à média brasileira, que segundo Pinheiro (2004) é de 24,43% (Figura 10). Em se tratando de famílias chefiadas por mulheres assentadas no Brasil que é de 14,7% (NEAD, 2006), os dados obtidos do Assentamento Dandara estão acima, da média brasileira.

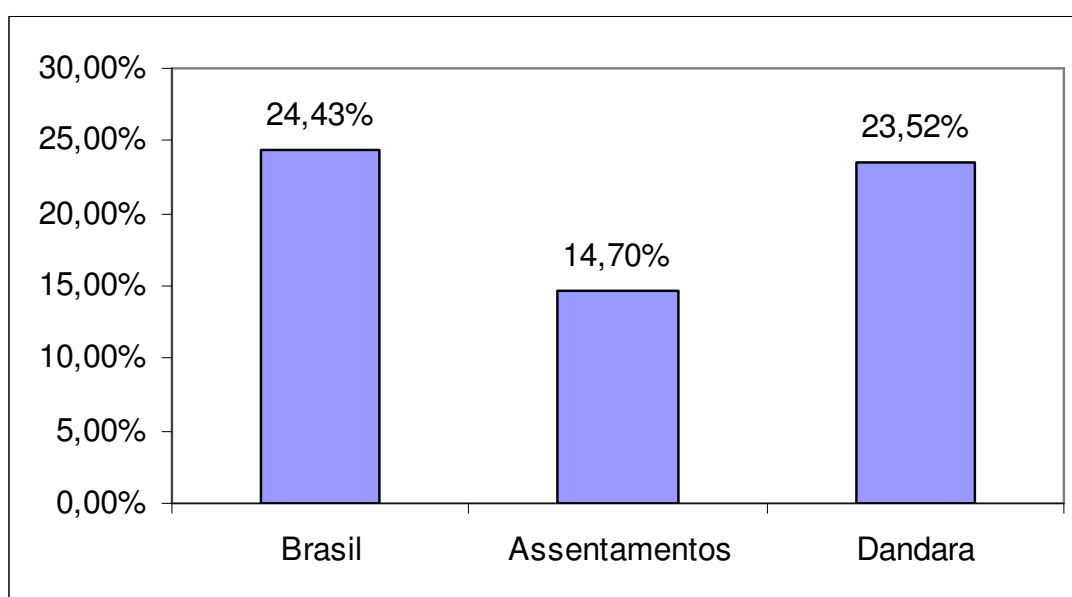


FIGURA 10. Mulheres chefes de família no Brasil, nos assentamentos rurais e em Dandara Malhador - SE, 2006.

Constatou-se pelas idades das mulheres e seus companheiros, que há predominância de um público em fase adulta, o que pode significar plena atividade produtiva (Tabela 1). Outro fato que merece destaque é o número de pessoas acima de 50 anos em ambos os gêneros, com predominância para o masculino; homens até na 4ª idade, o que leva a associar a situação à aposentadoria através do INSS.

TABELA 1. Faixa etária das mulheres e companheiros no assentamento Dandara-Malhador, (SE), 2006.

Faixa etária (anos)	Mulheres (%)	Homens (%)
25 - 29	17,64	11,53
30 - 39	29,41	26,92
40 - 49	17,64	11,53
50 - 59	32,35	34,61
60 - 69	2,94	7,69
70 - 79	--	--
80 - 89	--	7,69
Total	100,00	100,00

Cresce o número de idosos no Brasil, estimado segundo os dados da PNAD (2003), em 16,7 milhões, equivalente a quase 10% da população brasileira. Destes 16,7 milhões, 56% são mulheres (ou 9,3 milhões). Dentre estas, um pouco mais da metade recebe aposentadorias e 76,2% são contempladas com aposentadorias ou pensões. O estudo ainda revela que 1/5 das mulheres com mais de 60 anos mantêm-se ocupadas em 2003, e que a taxa de inatividade nesse grupo é decrescente nos últimos 25 anos, tendência, aliás, também verificada no agregado que contemplam ambos os sexos (FASE, 2005).

Atualmente a aposentadoria para mulheres rurais se dá na faixa etária de 55 – 60 anos, e o Regime Geral da Previdência Social exige que a mulher tenha trabalhado no campo no mínimo há 15 anos, comprovado através de documentos considerados fundamentais, como: a) ser sócia do sindicato, apresentar carteira de identidade e CPF; b) apresentar título eleitoral; c) apresentar comprovante de empréstimo em agências bancárias para projetos agrícolas, além de ser entrevistada por uma equipe do INSS.

Segundo as entrevistadas no PA Dandara a aposentadoria para mulheres rurais não tem sido fácil e um indício dessa situação pode-se atribuir ao fato de que quando por ocasião do casamento ou do registro de nascimento do(s) filho(s) ela se identifica na profissão como dona-de-casa e não agricultora.

Em setembro de 2004, foi confeccionada uma Cartilha de Procedimentos de Comprovação da Atividade Rural, atendendo a um pleito da CONTAG, durante a realização

do Grito da Terra / 2004. A alegação principal da referida entidade é que a falta de uma cartilha contendo exemplos práticos estava dificultando a uniformização do entendimento na aplicação da legislação, ocasionando o indeferimento indevido de muitos requerimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Assim sendo, foi confeccionada a Cartilha pela equipe técnica da Diretoria de Benefícios, com a participação da Auditoria do INSS e da própria CONTAG (MPS, 2004).

Das mulheres entrevistadas, 5,88 são aposentadas e 35,29% sindicalizadas, esse número limitado como sócia nos permite compreender que as mulheres ainda não estão conscientes da complexidade que reveste tal prática, o que pode gerar no futuro dificuldades no processo de aposentadoria.

Constatou-se através das mulheres entrevistadas que 80% se enquadram como agricultoras, executando atividades sob as mais variadas condições de trabalho, o que exige grande esforço físico e exposição ao sol. Participam efetivamente da unidade de produção como mão de obra familiar, desde o preparo do solo, plantio, tratos culturais, colheita e até comercialização das inúmeras culturas trabalhadas. Dedicam-se a uma variedade de atividades em um regime de trabalho intenso, normalmente começam o trabalho às 5 horas da manhã e terminam às 22 horas. Dormem em média 7 horas por noite e trabalham 12 horas por dia, sem tempo para o lazer e atividades sociais.

Embora tenha uma dupla jornada de trabalho, porque além do trabalho da roça, absorvem todas as tarefas domésticas, seu trabalho na agricultura é visto como complementar e sua renda, quando recebem é sempre inferior à do homem, mesmo quando realizam as mesmas atividades. A desigualdade de renda (R\$/mês) é o traço que mais impressiona na sociedade brasileira, e representa uma ferida aberta na luta contra a discriminação da mulher.

No que se refere à escolaridade (Figura 11) constatou-se que 20,58% das mulheres, e 15,38 dos homens são analfabetos; os homens estiveram envolvidos em atividades rurais ou na construção civil desde a infância ou adolescência, enquanto as mulheres não tiveram oportunidade onde moravam para estudar, casaram muito jovens e assumiram como prioridade a família.

A partir do ensino fundamental completo, percebe-se um avanço significativo do grau de escolaridade feminina. Observou-se ainda um acréscimo de mulheres com 3º grau completo e 3º grau incompleto, sendo em ambos os casos superiores aos homens.

Os estudantes que cursam o ensino médio necessitam se deslocar para a sede de Malhador, ou municípios circunvizinhos. Outros jovens deixaram de estudar argumentando

necessidade de trabalhar ou porque o ônibus da Prefeitura de Malhador não entra no assentamento e o horário de retorno pela noite é bastante tarde e consideram perigoso andar na estrada que dá acesso as suas residências, pois as casas são localizadas dentro dos próprios lotes de produção o que aumenta a distância entre elas.

O baixo índice de escolarização dos assentados jovens e adultos, assim como a falta de infra-estrutura escolar no próprio assentamento, tem sido uma preocupação constante por parte das famílias ali residentes. A insuficiência ou ausência de políticas públicas voltadas para a educação, condiciona a população a uma situação desfavorável, interferindo na qualidade de vida e no trabalho.

Embora os dados de analfabetismo em Dandara, estejam abaixo em relação à realidade nacional que é de 32% (NEAD, 2004), refletindo um índice melhor, não se deve “cruzar os braços” diante da situação. Convém chamar atenção para o fato de que mesmo sendo a educação um processo gradual que exige tempo, ela exerce um papel dinamizador de novas atividades e é também geradora de empregos, inclusive em atividades não agrícolas.

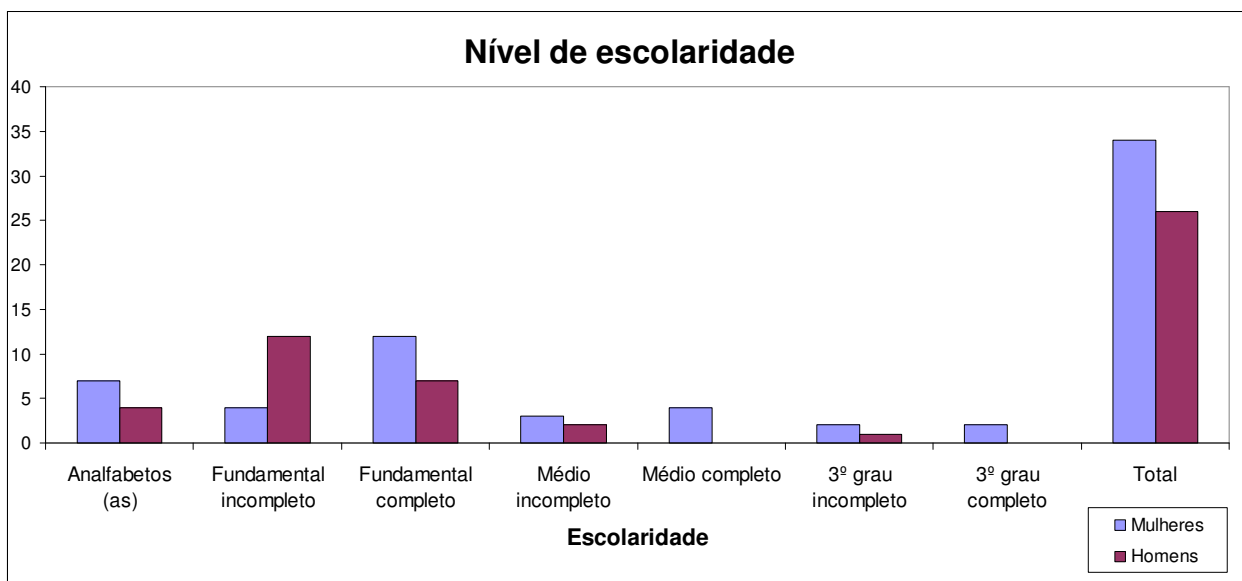


FIGURA 11. Nível de escolaridade das mulheres e seus companheiros, no assentamento Dandara-Malhador (SE), 2006.

Vale salientar também, que o exercício da cidadania se dá de forma plena quando o indivíduo é consciente dos seus direitos e deveres e essa consciência é favorecida pelo processo educativo. As mulheres de Dandara, que tiveram oportunidade de cursar o 3º. Grau de estudo ou estão cursando têm condições de contribuir através de um processo educativo com a população do assentamento em diversos aspectos, a exemplo no que se refere a cidadania, a sustentabilidade dos agroecossistemas entre outros.

Também a desigualdade social, tão presente no Brasil, não deve ser encarada exclusivamente como sinônimo de desigualdade de renda. O conhecimento e a participação política, também fazem parte e se operacionalizam por meio do percentual de pessoas e número de anos de estudo.

Apesar de todas as dificuldades, o MST tem investido na formação e capacitação dos assentados. Atualmente está em desenvolvimento um Curso de nível superior em Agronomia na Universidade Federal de Sergipe com um total de 40 alunos, onde do PA Dandara 3 assentados participam, além do Curso de Pedagogia, previsto para ser implantado em 2008.

Na Universidade Federal da Paraíba, também há um Convênio com o MST, onde uma jovem mulher do assentamento Dandara faz o Curso de História.

4.1.5. O trabalho da mulher no sistema de produção

A agricultura familiar, pensada do ponto de vista da gestão dos recursos naturais renováveis, põe em destaque o papel da diversificação produtiva observada nos agroecossistemas familiares. Ela também, é desenvolvida por homens e mulheres que exercem importantes papéis, seja produzindo, elaborando ou proporcionando as matérias primas e os alimentos essenciais para a sobrevivência da população.

No Assentamento Dandara, entre as plantações mais cultivadas e de maior retorno econômico se destacam em ordem decrescente a macaxeira, a batata doce, o inhame e a banana. Culturas como: graviola, caju, manjêlo, melancia, acerola, abóbora, maracujá, abacaxi, laranja, goiaba, mamão, jenipapo, jaca, serigüela e abacate encontram-se plantadas nos quintais ou arredores da casa. Observa-se também que a mulher tem participação ativa como mão de obra familiar, executando atividades desde o preparo do solo, plantio, tratos culturais até a colheita das referidas culturas.

Durante todo ano os agricultores familiares desenvolvem inúmeras atividades na lavoura e na criação de animais, e a mulher encontra-se inserida nesse contexto, apesar de não ser reconhecida por ela mesma e pela sociedade em geral enquanto agricultora. Através do calendário sazonal (tabela 2), podem-se constatar mês a mês as atividades desenvolvidas pela mulher e a intensidade de trabalho no sistema de produção.

TABELA 2. Sazonalidade das culturas e criação de animais que contam com a mão de obra feminina no Assentamento Dandara – Malhador (SE), 2006/2007.

ATIVIDADES	MESES											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Limpeza da roça para plantio de culturas: macaxeira, batata doce, inhame, banana, mandioca, milho, feijão.		X	X	X	X			X	X			
Plantio das culturas: macaxeira, batata doce, inhame, banana, mandioca, milho, feijão.			X	X	X			X	X			
Hortaliças: cebolinha, pimentão, tomate, coentro, couve, quiabo, repolho...	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Tratos culturais e colheita das culturas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Produção de farinha, tapioca e beijus	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Comercialização dos produtos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Criação de galinhas e porcos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Criação de ovelhas patos e gansos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Criação do gado	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Corte do capim e preparação da ração	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ordenha do leite	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

É fundamental ressaltar que as mulheres agricultoras também cultivam outras lavouras como: milho, mandioca, feijão entre outras. O milho é também uma das culturas trabalhadas pelas mulheres não somente na época considerada tradicional em Sergipe, plantando em março, no dia de São José, para colher no final de maio ou meados de junho, mas em outros períodos do ano por contar com a irrigação, seja pelo processo de gotejamento ou outro tipo.

Em se tratando da cultura da mandioca, a presença feminina no processo produtivo é registrada em todas as fases, do plantio à colheita. Em alguns casos, a sua atuação se dá na fase de preparo do solo, incluindo limpeza e abertura de covas.

Com relação ao processamento da mandioca, esta é considerada como categoria de trabalho feminino por excelência, pelo fato de se relacionar com as atividades historicamente atribuídas às mulheres, o preparo de alimentos. Entretanto, no Assentamento Dandara, a casa de farinha se encontra em fase de construção, e quando as famílias necessitam processar a

mandioca deslocam-se até a casa de farinha situada na comunidade vizinha, a Tabua. É importante frisar que a casa de farinha é um ambiente que favorece a interação social das mulheres, pois, ao mesmo tempo em que trabalham de forma coletiva, conversam, trocam idéias, o que pode favorecer no processo de organização social.

Considerando ainda, que as famílias são descapitalizadas, precisam acessar o BNB linha do PRONAF A e PRONAF A/C (específicos para assentados dos programas de reforma agrária) para implantar as culturas exigentes.

Os perímetros irrigados são de fundamental importância sócio-econômica para os assentados, uma vez que fornecem água e suportes aos agroecossistemas, através do processo de irrigação, possibilitando o cultivo de plantações mesmo nos meses secos, o que mantém uma produtividade mais estável ao longo do ano.

Nesses perímetros irrigados, ajustes são necessários, a exemplo economia de água e energia elétrica, pois, percebe-se vazamento em diversos pontos ao longo da extensão da canalização. A água da barragem Jacarecica II, na percepção dos moradores, não é de boa qualidade: “é escura, existindo um teor de ferrugem que chega a prejudicar as plantações”.

No entanto, em análise comparativa do resultado da qualidade da água da barragem em relação ao teor de ferro total expresso em mg/L e, outros indicadores, efetuados antes e depois da descarga de fundo, evidenciaram que a renovação da água resultou em melhoria significativa da qualidade da água, inclusive com a redução de teor de ferro. Ainda, segundo informações pessoais do Engenheiro da Gerência de Operações e Manutenção dos Perímetros Irrigados do DEHIDRO (2007), a coloração escura da água, podendo até ser esverdeada, se atribui à presença de matéria orgânica vegetal em decomposição.

Em relação ao plantio de hortaliças, verificou-se que cerca de 30% das mulheres possuem hortas em seus lotes, sendo 29,41%, hortas domésticas e 5,88%, comerciais. Entre as principais hortaliças plantadas em ordem decrescente se destacam: cebolinha, pimentão, tomate, coentro, couve, cheiro verde, quiabo, repolho, hortelã e chuchu.

Apenas uma família, entre as entrevistadas, planta durante todo o ano e vende ao intermediário para ser comercializado em Aracaju e Itabaiana; essa comercialização efetuada ao intermediário resulta na redução de ganhos para o produtor. Outra família só planta no verão e comercializa nas feiras livres: cebolinha, pimentão, cheiro verde, pimentão, maxixe, quiabo e couve.

Constatou-se que o cultivo de hortaliças não é uma das atividades agrícolas significativas para aquelas famílias, no aspecto comercial, nem para o consumo familiar,

embora as mulheres que cultivam utilizem parte do seu tempo com o sistema produtivo que estas plantas exigem.

Verificou-se que 50% das famílias usam defensivos químicos nas plantações, e não costumam utilizar Equipamentos de Proteção Individual - EPI na aplicação do produto às culturas. Essa situação segundo os relatos ocorre porque não dispõem de recursos financeiros para aquisição dos equipamentos de proteção ou quando os utilizam, sentem-se incomodadas. A maioria queima os vasilhames dos defensivos, outros enterram e alguns ainda guardam e dizem reaproveitar os sacos para enrolar cachos de banana, e assim “agilizar” o processo de amadurecimento da fruta.

Observa-se com isso, que a referida população ainda não internalizou as graves conseqüências do uso inadequado dos agrotóxicos para si, o meio ambiente e conseqüentemente para as futuras gerações.

De uma forma geral, a sustentabilidade do desenvolvimento rural e agrícola pensada sob a perspectiva da agricultura ecológica significa o bom aproveitamento do espaço, a eliminação das práticas agrícolas que envolvem o uso indiscriminado de agrotóxicos, substituindo-se pelo uso do controle biológico de pragas e doenças, da conservação dos solos e dos recursos hídricos, da proteção da biodiversidade, da adubação verde, compostagem, rotação de culturas, entre tantas outras práticas que melhoram a eficiência do uso de recursos naturais renováveis (FLORES, 2001).

No que se refere à criação de animais, 85,28% das mulheres se ocupam nessas atividades e se distribuem assim: 35,29% criam galinhas; 29,41% criam gado; 11,76%, suínos, e 8,82%, ovelhas, gansos e patos. As mulheres que criam gado exercem práticas desde o corte do capim para alimentação do animal até a ordenha do leite para consumo da família. Por não contar com a assistência técnica de médico veterinário, criam os animais com base em conhecimentos empíricos.

Neste caso, torna-se necessário enfatizar, que desprovidas de assistência técnica, as famílias só têm a perder em termos de qualidade do que gera na propriedade, como também em preço dos seus produtos, o que nada contribuirá para a melhoria no seu poder aquisitivo.

Embora as mulheres tenham uma atuação marcante enquanto agricultoras, elas possuem pouco controle sobre a renda monetária da família, sendo um quase monopólio masculino. Essa dependência financeira tem gerado uma sensação de desvalorização do trabalho que realizam. É necessário enfatizar o trabalho da mulher no sistema produtivo e entendê-las tão capazes quanto os homens em adotar técnicas inovadoras, gerenciar projetos e recursos. De acordo com o NEAD (2006), é significativo o avanço da organização das trabalhadoras rurais

nos últimos anos na sociedade brasileira, que têm exigido terra e reconhecimento profissional: do lar, não, trabalhadoras rurais, lema que traduz muito bem a denúncia da invisibilidade do trabalho feminino e a luta pelos direitos da cidadania e da classe.

As famílias organizam sua produção primeiramente para o autoconsumo familiar, e o excedente para o mercado consumidor. A renda obtida, através da venda de sua produção vegetal e/ou animal, corresponde ao seu poder de compra e determina conseqüentemente suas condições de vida.

A comercialização dos produtos pelas famílias tem sido efetivada através de dois canais básicos, muitas vezes utilizados simultaneamente. A venda é processada diretamente ao consumidor nas feiras livres do mercado local, municípios vizinhos e até em Aracaju. Neste último caso, quando a quantidade do produto compensa as despesas com o transporte. O segundo canal é a venda aos atravessadores/intermediários nos mais diversos níveis de negociação. Os intermediários são geralmente das cidades próximas, e na sua maioria coletam a mercadoria diretamente na unidade de produção.

Apesar de a agricultura brasileira ser responsável por mais de 70% da produção de alimentos do país, ser a base econômica de cerca de 90% dos municípios, responder por 35% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, abrigando 40% da população economicamente ativa, mantendo empregados milhões de brasileiros e conservando a paisagem rural ocupada e produtiva, mesmo que em menor grau, a agricultura familiar depara-se com dificuldades em responder aos desafios de maior competitividade interna e globalizada. Os agricultores familiares, principalmente os excluídos da integração com a agroindústria, defrontam-se com mais dificuldades agravadas pela carência de alternativas como a oportunidade de trabalho nas cidades e no meio rural (ROSA, 2001).

Pode-se afirmar que a agricultura familiar em Dandara depara-se com realidade nem sempre promissora, por diversos fatores, entre eles pode-se ressaltar a queda dos preços dos produtos primários, despreparo para se inserirem em novo contexto de alta competitividade e de busca de produtos de qualidade na produção. Atualmente com o apoio da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, através do governo federal, os problemas com a comercialização reduziram, especialmente no que se refere ao preço da mercadoria, gerando um estímulo para os (as) agricultores (as) e suas respectivas famílias. Verificou-se também que de forma atuante, 23,52% das mulheres participam ativamente do processo de comercialização, as demais não participam ou têm uma participação pouco expressiva.

A assistência técnica vem sendo executada pelo CECAC / MST, que atualmente conta com 28 profissionais de nível médio e 12 de nível superior; de forma que prestam serviços a

66 assentamentos da reforma agrária em todo Estado de Sergipe entre os quais o assentamento Dandara está incluído.

A assistência técnica tem sido efetivada através de um técnico agrícola, durante todo o dia, inclusive nos fins de semana a depender da necessidade das famílias ali residentes. É fundamental deixar claro que essa assistência se estende também para outras áreas circunvizinhas abrangendo aproximadamente um total de 160 famílias. Apesar da assistência, algumas famílias têm manifestado insatisfação não somente pelo número limitado de visitas de caráter técnico efetivadas, mas especialmente no que se refere à qualidade da assistência, e um exemplo citado foi a criação de animais com base em conhecimentos empíricos por falta de um profissional capacitado.

É importante também citar que, sendo a assistência técnica terceirizada, funcionando à base de convênios, existem questões administrativas e burocráticas que chegam a atrasar em meses os salários dos técnicos. Essa situação desestimula os profissionais provocando ausência dos mesmos, nas respectivas áreas de trabalho, e, como consequência maior, interrompe o andamento das atividades prejudicando as famílias assistidas.

Ainda no que refere à assistência técnica, as mulheres em particular, ou são excluídas, ou têm participação minoritária e eventual nos cursos voltados para a capacitação e o aprofundamento de conhecimentos técnicos da produção agrícola ou agrossilvopastoril. O acesso limitado das mulheres a esse tipo de recurso constitui restrição para a igualdade de oportunidades entre os gêneros e reforça a discriminação já existente.

De acordo com Sena e Canto (2004), existem desigualdades no acesso de homens e mulheres às tecnologias e processos inovadores com visíveis prejuízos para os seres femininos. Na agricultura familiar, a política e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER) incorporaram a dimensão de gênero. Conteúdos, critérios de seleção de projetos a serem financiados e orientações metodológicas passaram a levar em consideração as necessidades das mulheres trabalhadoras rurais. Dos 45 projetos do PRONAF Capacitação que foram apoiados no Brasil no ano de 2004, 10 foram destinados a projetos protagonizados por mulheres trabalhadoras rurais, o que equivale a mais de R\$ 1,3 milhão (NEAD, 2005).

Quanto à mão de obra, das 34 famílias das mulheres entrevistadas, 35,29 % usam somente a mão de obra familiar; uma família composta somente por marido e mulher (idosos) por não terem boas condições físicas, utilizam o sistema de parceria com um agricultor jovem capaz de produzir sem restrições e dividem os lucros da produção; e 61,76% usam a mão de obra familiar e também contratam temporariamente, pagando por dia às mulheres de R\$ 10,00

(dez reais) a R\$ 15,00 (quinze reais). A renda média das famílias procedente da agricultura oscila de 1 a 2 salários mínimos. Observou-se que as mulheres recebem normalmente um valor 20 a 33% menos que o homem pelo trabalho realizado, mesmo quando se trata da mesma atividade.

As desigualdades salariais entre homens e mulheres representam uma ferida aberta no mundo do trabalho. Esta situação é semelhante à realidade brasileira identificada pelo IBGE em 2000. Dados estatísticos da PNAD em 2001 indicam também que em média as mulheres ganham pouco mais de 60% do salário dos homens e estão concentradas nas faixas mais baixas de rendimento. E são as mulheres negras as mais pobres entre os pobres. Entre toda a população ocupada, elas ganham 51% da média de rendimento das mulheres brancas e 70% do rendimento dos homens negros (OLIVEIRA, 2005). Nesse caminho de exclusão e discriminação está o quadro de violência contra a mulher no Brasil.

Para Oliveira (2005), a violência contra a mulher assume aspectos físicos, psicológicos e sexuais, além da violência simbólica. No trabalho ela acontece no âmbito das desigualdades salariais entre mulheres e homens que exercem a mesma atividade, e se refletem nas formas sutis de assédio moral e no assédio sexual. O tráfico nacional e internacional de mulheres, a exploração do corpo feminino pela mídia; o tratamento desumano que recebem muitas vezes no momento do parto ou em abortos, principalmente, nos serviços públicos são exemplos que expressam a violação aos direitos humanos que atinge plenamente a cidadania das mulheres e acontece em todo o mundo, com as mais variadas nuances, independente da idade, grau de instrução, classe social, cor, raça, etnia e até mesmo de orientação sexual.

Constatou-se, após descrição das atividades desenvolvidas pela mulher por meio do trabalho nos sistemas de produção e as práticas efetuadas na agricultura, que a rotina diária da mulher agricultora é pesada (Figura12).

No assentamento Dandara, das mulheres entrevistadas, 80% se enquadram como agricultoras, executando trabalhos leves e pesados no seu dia-a-dia. As mulheres consideram trabalhos pesados toda atividade que exige grande esforço físico como: “desmatar áreas para plantio, arrancar mandioca, cortar lenha no mato, carregar madeira nos ombros, carregar cestos de mandioca na cabeça, mexer farinha no forno com rodo, quando a massa está molhada”.

Trabalho leve é considerado todo o trabalho doméstico, geralmente efetuado pela mulher e filhas. “É um trabalho custoso e chato. Todo o dia se faz a mesma coisa” (Entrevistada n.º. 49)

De acordo com Oliveira (2004), toda atividade desenvolvida pelo ser humano, seja ela física ou mental, que resulte em bens ou serviços é considerada trabalho. Para Costa (2002), o capitalismo vê a força de trabalho como mercadoria, mas é claro que não se trata de uma mercadoria qualquer. Enquanto os produtos, ao serem usados, simplesmente se desgastam ou desaparecem, o uso da força de trabalho significa, ao contrário, criação de valor.

O exemplo a seguir das entrevistadas de nº 12, 28 e 40 do assentamento Dandara, poderá expressar o cotidiano realizado pelas mulheres nos diferentes espaços ocupados.

Em casa:

- faz café, varre a casa, lava os pratos, lava roupa, faz o almoço;
- organiza a cozinha, passa ferro nas roupas, varre o terreiro, agoa as plantas;
- ajuda os filhos nos deveres de escola, cuida dos animais (gato, cachorro);
- faz jantar ou café da noite, lava pratos e organiza a cozinha.

Na roça:

- roça o mato; tira o excesso de tocos; limpa e toca fogo para plantar;
- cava a terra para plantar;
- faz os tratos culturais e colhe os frutos;
- corta e mói o capim para o gado
- tira leite da vaca;
- cuida dos pequenos animais (galinhas, patos, porcos, ovelhas).
- faz cerca junto com o companheiro

Na casa de farinha:

- raspa a mandioca, corta no cerrado;
- espreme a massa e tira a goma para peneirar;
- faz farinha, tapioca e beijus.

Nas feiras livres:

- vende os produtos diretamente ao consumidor: macaxeira, banana, batata doce...

De acordo com o resultado da pesquisa, a grande maioria das mulheres acredita que as tarefas domésticas são de responsabilidade das mulheres, assim como, a responsabilidade com os filhos. Foi observado também que, embora as mulheres trabalhem ativamente nas atividades produtivas do lote, dedicando tempo e esforço, quando entrevistadas muitas mencionam que “ajudam” o marido.

Ao se referirem aos afazeres domésticos, usam o termo “eu faço”, pois são tarefas desenvolvidas e compreendidas culturalmente desde a infância como sendo “ trabalho de

mulher”. Por outro lado, em atividades como as de roça, usam o termo “eu ajudo”, pois são atividades pela divisão naturalizada do trabalho “serviço de homem”. Esse termo “ajuda” com relação ao trabalho da mulher, é referido dessa forma por elas, quanto por eles. O homem diz: “eu ajudo” a mulher em casa.

Para Freire e Noronha (2005), o significado da palavra “ajuda” provavelmente está relacionada mais com as decisões tomadas pelos homens do que a participação no trabalho.

Todavia, nas entrevistas, não foram poucos os maridos e companheiros que elogiavam as suas mulheres, alguns afirmavam que “tudo que possuíam” foi produzido meio a meio, ou até com maior participação das companheiras.

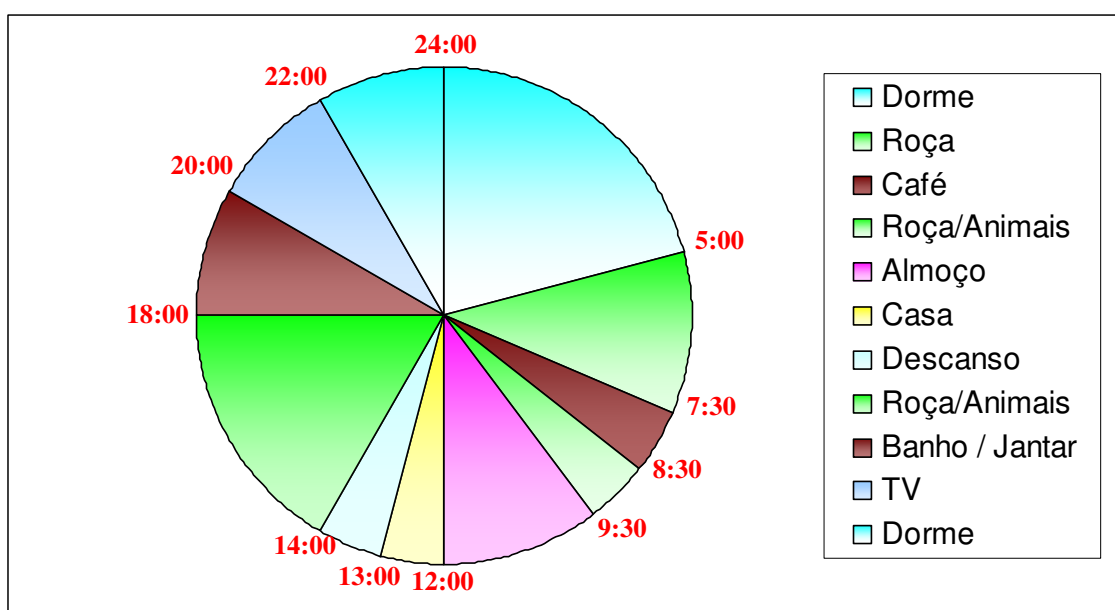


FIGURA 12. Rotina diária da mulher no assentamento Dandara – Malhador, 2006.

Na opinião de 47,05 % das mulheres, quem sustenta a família é o homem. Somente 23,52% defendem ser de responsabilidade do casal, o que reforça a permanência da cultura em que homens e mulheres têm papéis claramente definidos.

Além das atividades na propriedade rural, as mulheres desenvolvem outras atividades de caráter doméstico, o que lhe sobrecarrega e constitui como jornada dupla de trabalho e até tripla quando participam como militantes dos assentamentos.

As atividades em casa vão, desde o preparo e cozimento dos alimentos, de todas as refeições, até a limpeza da casa, lavagem das roupas até cuidados básicos com a saúde da família e educação dos filhos.

As suas atividades diárias começam antes de todos. Ela é quem primeiro levanta-se para preparar o café da manhã para a família. Algumas até preparam o almoço para o outro dia e é a última que se deita para dormir. Essa rotina de trabalho é desempenhada inclusive pelas

mulheres idosas, que faz de tudo um pouco e são muito importantes para a família. Dinamizam no dia-a-dia seu espaço de forma seqüenciada e lógica, conciliando tarefas da casa e da propriedade rural em toda sua amplitude. Enfim, as mulheres exercem papéis importantes em toda a trajetória da família, seja na criação dos filhos e no suporte da vida doméstica, seja trabalhando e ganhando o sustento familiar.

Segundo a assentada nº 28, a resistência das mulheres no trabalho da terra está ligada ao seu processo histórico, sua origem, ou seja, faz parte da cultura, reproduzir a prática e os ensinamentos empíricos passados pelos pais no decorrer da vida, além das necessidades dentro de casa, faz com que ela produza, tenha determinação e seja resistente.

É fundamental salientar que a rotina da mulher oscila de acordo com as necessidades, o tamanho de cada família, enfim de acordo com a sua realidade. Algumas mulheres, por exemplo, têm crianças na fase escolar, precisando de ajuda nos deveres da escola; outras ainda, cuidam da administração da casa, dos filhos e da roça sozinhas porque não tem um companheiro, o que evidentemente a sobrecarrega. Para as mulheres, nem sempre as atividades da casa são valorizadas.

Essas atividades não valorizadas, que incorporam forte carga subjetiva, estão diretamente vinculadas com a sustentabilidade da vida humana. Incluem a alimentação, o afeto e, por vezes, aspectos pouco agradáveis, repetitivos e esgotadores, mas absolutamente necessários para o bem-estar das pessoas. Envolve atividades complexas de gestão e organização, necessárias para o funcionamento, diário do lar e, de seus moradores, realizadas nos 365 dias do ano, no lar e fora dele, no bairro e desde o posto de trabalho assalariado, que cria redes familiares e sociais, oferece apoio e segurança pessoal e permite a socialização e o desenvolvimento das pessoas (FARIA; NOBRE, 2003).

A concentração de poder unilateral impede a mulher de se reconhecer como sujeito de direito. A representação de uma hierarquia de poder, de prevalência do homem sobre a mulher, ainda persiste como parte da ordem simbólica cultural nas diversas formas de relação de um casal. Uma mulher que vive em regime de sujeição, e que ainda infelizmente constitui maioria, dificilmente consegue ver a si mesma como sujeito de direito, com uma identidade própria para lutar por sua independência como pessoa de sua própria família (CUNHA, 1998).

Segundo Cunha (1998), essas representações de poder dominante do homem sobre a mulher só podem ser revertidas através de práticas sociais que levem a mulher a uma reflexão maior sobre a sua vida, como mulher, trabalhadora e cidadã, e rompa com o isolamento doméstico do seu cotidiano.

4.1.6. Atividades não agrícolas: fontes complementares de renda

As atividades não-agrícolas são consideradas todas aquelas que não se enquadram na definição de atividade agrícola ou para-agrícola. Em geral, são atividades de outros ramos ou setores da economia, sendo os mais tradicionais a indústria, o comércio e os serviços. Refere-se a um fenômeno que pressupõem a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consangüinidade entre si, podendo a ele pertencer, outros membros não consangüíneos, que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho e se identificam como uma família (SOBER, 2006).

As pessoas vêm paulatinamente se ocupando com atividades não agrícolas, o que significa a existência de pluriatividade que é gerada a partir da interação entre atividades agrícolas, para-agrícolas e não agrícolas e tende a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas forem às relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados. Daí a necessidade de se refletir sobre o lugar e o papel das unidades de produção familiares sob o único ângulo das relações de produção agrícola. Reforça-se então a necessidade de discussão da importância da busca de soluções para o papel e o futuro da agricultura familiar (CTTC, 2001).

Para Graziano (1997), pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano, do ponto de vista espacial; e do ponto de vista de organização de atividade econômica, as cidades não podem ser mais identificadas apenas com a atividade individual, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

Essa urbanização nas últimas décadas se atribui como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e de outro lado, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. O espaço rural se urbanizou e a agricultura, que por vocação possuía seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno, se integrou no contexto da economia.

A pluriatividade pode se configurar de duas formas básicas:

a) Por meio do mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas etc.);

b) Por meio da combinação de atividades tipicamente urbanas do setor terciário como o “management” das atividades agropecuárias

É pela segunda forma que, de um lado, milhares de profissionais liberais urbanos, atraídos pelas facilidades decorrentes dos novos serviços disponíveis para apoio das atividades agropecuárias, passaram a olhar os campos como oportunidade também para seus negócios. E, pela primeira, que milhões de agricultores por conta própria e até mesmo trabalhadores rurais assalariados não especializados buscam formas de prestação de serviços tipicamente urbanas (Graziano, 1997).

Em Dandara, aproximadamente 30% dos jovens filhos das mulheres entrevistadas trabalham em outras atividades que não a agricultura, nos municípios circunvizinhos e até na cidade de Aracaju, em setores de serviços e comércio, com a finalidade de contribuir para a renda familiar.

Um aspecto importante a ser ressaltado é que, embora esses jovens não estejam desenvolvendo diariamente atividades agropecuárias permanecem constituindo a população rural, uma vez que retornam diariamente ou no final de semana para a unidade de produção do assentamento. Verifica-se também que essa procura por atividades não agrícolas se deve, mais pela necessidade de sobrevivência, haja vista a lavoura não ter proporcionado os resultados esperados, do que por opção ou alternativas de trabalho.

A renda mensal das famílias, procedente da propriedade rural, oscila entre um e dois salários mínimos, a depender da época. No verão, a situação melhora porque, segundo as mulheres, não há alagamentos que prejudicam as lavouras. Outras rendas também foram detectadas, como por exemplo, existem famílias (17,64%) que recebem ajuda financeira de R\$ 95,00 do governo federal, correspondente ao Programa Bolsa Família; 14,70% contam com ajuda de aposentadoria, procedentes do filho deficiente, do marido, dos pais do casal que contribuem com a despesa da família e da própria mulher aposentada ou pensionista. Existem casos também de duas assentadas, que recebem ajuda de custo, pelo trabalho que executam na Secretaria Estadual do CECAC/MST em Aracaju.

É importante salientar, que os recursos procedentes das aposentadorias ou pensões são considerados fontes de renda de suma importância para as famílias, uma vez que contribuem para aquisição de gêneros alimentícios e bens de consumo em geral. Azevedo (2006) ao estudar populações rurais de Nossa Senhora da Glória-SE, também constatou a importância que as aposentadorias e pensões exercem na formação das rendas das famílias de agricultores daquele município.

4.1.7. Organização social

4.1.7.1. Grupo social e formas de organização

É historicamente comprovado que desde os tempos remotos, o homem procurava viver em grupo para satisfação de muitas necessidades, entre elas necessidades cívicas, políticas, religiosas, esportivas etc. Nos grupos sociais há normas, funções e posições sociais definidas, e a família é um exemplo.

Para se obter participação ativa e consciente do homem e da mulher, necessário se torna educá-los através de grupos. É no grupo que se aprende a cooperar, a relacionar-se com os outros, a debater, a concentrar esforços no sentido de realizar ações conjuntas de interesses e problemas comuns. É no grupo que se pode tratar com sucesso os problemas sociais, pois são geralmente problemas, que transcendem a capacidade de ação e realização individual.

O primeiro grupo informal de Dandara, constituído somente por mulheres, foi iniciado no ano 2002, precisamente no início do assentamento, durou cerca de um ano. Na ocasião as atividades desenvolvidas foram voltadas para a saúde da família, por meio de cursos sobre Farmácia Viva onde se aprendia a processar desde produtos de higiene, a exemplo xampus, sabonetes, perfumes, detergentes, até remédios caseiros, oriundos das ervas existentes na mata, popularmente denominadas de: sambacaitá, malva branca, marcela, capim cidreira, boldo da índia, folha da cana, jurema branca sem espinho, tipi, corona e chapéu de couro, além de doces.

Segundo as próprias mulheres, com o passar do tempo, o grupo se acomodou, perdeu o entusiasmo, chegando à desativação total, sendo atribuída essa situação à “falta de comunicação, união entre as mulheres e a falta de quem puxasse o grupo”. Na verdade, manter um grupo coeso depende de mecanismos de sustentação e entre os principais estão a liderança, as normas estabelecidas e os valores sociais.

De acordo com Oliveira (2004), é na vida em grupo, que os indivíduos da espécie humana tornam-se realmente humanos. O indivíduo se socializa quando participa da vida em sociedade, assimila suas normas, valores e costumes e passa a se comportar segundo esses valores, normas e costumes. Assim, quanto mais adequada for sua socialização, mais sociável ele tenderá a se tornar.

Essas colocações nos levam a compreender o que vem a ser um grupo social, entretanto não significa a impossibilidade de existir dominação, manipulação, subserviência, competição e até conflitos entre os elementos do grupo.

No grupo social ou na sociedade, assim como num assentamento rural, os indivíduos e os grupos se reúnem, mas também se separam, associam-se e dissociam-se. Os processos associativos estabelecem formas de cooperação, manifestado através da convivência harmoniosa no grupo, enquanto os processos dissociativos estão relacionados a divergências, que podem se manifestar das mais variadas formas. Esse grupo constituído somente por mulheres, vivencia a segunda situação, havendo perspectivas de uma retomada, de acordo com a maioria das próprias mulheres.

O Grupo de Cooperação Agrícola Dandara (GCAD) grupo formal, criado em maio de 2002, cuja sede localiza-se no lote de nº. 37, possui uma adesão atualmente de 100% das mulheres, mas, em comparecimento às reuniões e participação efetiva, constata-se ainda pouca expressão, o que pode gerar desestímulo, distanciamento do grupo e pouco contribuírem para superar os obstáculos e o seu poder decisório; costumam-se reunir uma vez por mês, geralmente no último domingo, às 15 horas. O dia e horário, segundo as próprias mulheres, são convenientes para todas participarem, no entanto, das entrevistadas, 76,47% são assíduas, as demais raramente comparecem argumentando atividades para realizar em casa, ou ainda que “vão perder tempo porque nas reuniões quem decide tudo são os homens”.

Considerando o tamanho do assentamento e as distâncias entre as residências, o grande grupo se divide em 5 subgrupos distintos com 10 participantes, iniciando da 1ª casa à 10ª, da 11ª a 20ª e assim sucessivamente, de forma que se reúnem em pequenos grupos, discutem as questões e levam as decisões para a assembléia. Para cada subgrupo existem dois coordenadores sendo eleitos um de cada gênero. Neste caso, as mulheres se fazem presentes, ocupando postos de menor poder político. Por consistir numa tarefa coletiva, a participação torna-se mais eficiente com a distribuição de funções, coordenação de esforços individuais, o que demanda persistência, organização e responsabilidade das pessoas que compõem o grupo.

Conforme a Ata da Reunião da Assembléia Geral de Fundação do GCAD, eleição e posse da Diretoria e Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva é composta por: 1 Coordenador, 1 Secretário, 1 Coordenador de Finanças, 2 Suplentes da Diretoria, 3 Conselheiros Fiscais e 2 Suplentes do Conselho Fiscal, totalizando 10 membros. Desse total, 3 são mulheres ocupando cargo de Secretária (1) e Suplentes do Conselho Fiscal (2).

Essa realidade vem confirmar um levantamento realizado no Brasil, em 2003, quando indica que as mulheres são 13,41% do total dos/as conselheiros/as, e sua distribuição nos cargos concentra-se na suplência, e um percentual bem menor em cargos de maior destaque: presidência e secretária executiva (NEAD, 2005).

Quanto à participação das mulheres no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Malhador, verificou-se que corresponde a 35,29%, um percentual pouco expressivo, considerando a importância que um sindicato tem para um associado e essa pouca adesão pode ser atribuída a uma quantia de R\$7,00 que é cobrada mensalmente a cada associado (a) para funcionamento e manutenção do sindicato; mas para a maioria das mulheres este valor significa muito se retirado do orçamento doméstico, face ao seu baixo poder aquisitivo, embora como consequência se prive dos direitos estabelecidos.

Os dados da pesquisa confirmam que, o referido Sindicato desenvolve uma série de atividades, dentre as quais se citam: articulador nas discussões no que se refere às questões da reforma agrária e da agricultura; orienta, organiza e acompanha o processo de aposentadoria dos assentados/as e pensões; faz encaminhamento para o salário maternidade; presta assessoria jurídica, além de assistência médica, odontológica e um bom relacionamento com o MST. Diante do exposto, constata-se a importante atuação desta entidade perante a comunidade assentada, no entanto, ainda continua pouco expressiva a adesão das mulheres.

É importante frisar que as associações, direta ou indiretamente, são suportes fundamentais nas relações dos assentados com outras entidades e/ou atores externos aos assentamentos (NEAD, 2004).

Para Grzybowski (1987), é através dos movimentos sociais, que os trabalhadores rurais rompem com o seu isolamento geográfico, social e cultural. Inserindo-se num mundo mais amplo, aprendem a reconhecer a diversidade de formas de vida, a buscar alianças e a prestar solidariedade. Também no movimento aprendem a conhecer seus adversários, suas táticas, e suas organizações.

Percebe-se que as agricultoras familiares, juntamente com seus companheiros buscam a associação na perspectiva ou esperança de haver mudanças em suas vidas, apoiados através de projetos de infra-estrutura, ou através dos empréstimos bancários, os quais se constituem de fato uma estratégia para fortalecimento das unidades de produção familiar.

É importante observar que a participação é um processo multidimensional e varia de situação para situação em respostas às circunstâncias particulares. Não existe um único modo de compreender esse processo e sua interpretação está mais em função da perspectiva de análise empregada. Participação é um termo que possui diversos significados, graus e níveis, mas pode também estar associado aos seguintes significados: colaboração, desenvolvimento de comunidade, organização e *empowering* (ALENCAR, 2001).

A organização social para atividade econômica tem sido apontada como uma das responsáveis pelo sucesso de projetos de fortalecimento da agricultura familiar e do

desenvolvimento local. Projetos bem sucedidos no desenvolvimento sustentável da economia popular passam não só pela educação, profissionalização, mas também pela organização das pessoas e incorporação de tecnologias à atividade econômica para a sustentabilidade em suas várias dimensões (CTTC, 2001). Não existe projeto ou programa específico desenvolvido com ou para a mulher do assentamento Dandara.

Entre os problemas vivenciados pelas mulheres e abordados em reunião, se destacaram:

- . A água para consumo doméstico é de péssima qualidade;
- . Não há escola para crianças e jovens no próprio assentamento;
- . Transporte coletivo não entra no PA Dandara;
- . O problema da irrigação permanece ainda sem resolução;
- . A assistência técnica é deficiente;
- . Falta assistência médica e odontológica no assentamento.

Das entrevistadas, 70,58% já participaram de encontros promovido pelo MST, onde abordaram temas sobre saúde da mulher, financiamento para a produção agrícola, história dos trabalhadores rurais, educação, terra, gênero e classe social ressaltando-se os direitos da mulher na sociedade; as demais, nunca participaram de encontros de qualquer natureza.

Outro aspecto merecedor de evidência é que as mulheres participavam de mutirões na época do acampamento. Atualmente, não tem havido atividades de caráter coletivo em prol de uma pessoa ou mesmo de uma família. Observa-se que a situação de acampados de certa forma conduz à união como forma de se sentirem fortalecidos e cada família se apóia na outra como proteção; a partir do assentamento se sentem independentes, surge uma concorrência política e a união é enfraquecida.

Para ocorrerem mudanças ou transformações profundas nas condições de vida dos diferentes segmentos da população rural, propostas, estratégias e recursos para implementação são fundamentais. Iniciativa formal como o associativismo supera dificuldades, bem como geram benefícios em níveis econômico, social, cultural, ambiental e político.

Pode-se verificar através dos problemas relacionados e vivenciados pelas mulheres, que são situações que afetam a população do assentamento como um todo e devem ser discutidos, analisados e resolvidos com a participação de todos e todas.

Com base nas afirmações do Coordenador Geral do GCAD, entre os principais projetos desenvolvidos no assentamento se destacam: o projeto de eletrificação, a construção das casas dos associados e projetos de investimentos (plantio e criações) com apoio do PRONAF. Atualmente, as parcerias se resumem na Compra Antecipada da Produção, através da CONAB, e assistência técnica através do CECAC / MST.

As atividades da Associação basicamente estão relacionadas com infra-estrutura e financiamento, deixando a desejar nos aspectos relacionados ao fortalecimento do associativismo, ou questões que dependem fundamentalmente dos membros do GCAD e não especificamente do governo ou instituições.

Com a criação do assentamento, novas demandas se abrem para possíveis negociações com o governo principalmente para obtenção de crédito. Observa-se também que algumas associações têm existência predominantemente formal, outras, envolvem-se nos mais variados aspectos da vida do assentamento. O fato é que a associação tem importância fundamental para o assentamento e quando bem administrada contribui em diferentes perspectivas conferindo ao assentado (a) uma identidade social.

4.1.8. A situação da mulher no PRONAF

Quanto às ações das políticas públicas, verifica-se que o governo federal tem desenvolvido um conjunto de programas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres nos assentamentos da RA. São ações voltadas para ampliação de acesso ao crédito, à terra, à documentação civil, além de capacitação de técnicos para atuarem na área. Entretanto verifica-se, particularmente no assentamento Dandara, que parte significativa das mulheres foram pouco esclarecidas, contribuindo para perda de benefícios e o apoio dado pelo governo através do PRONAF ainda não foi suficiente para causar impactos na agricultura familiar.

A discussão sobre as ações do PRONAF na agricultura familiar direcionadas à mulher é bastante complexa, uma vez que os fatores que contribuem para o desenvolvimento¹¹ não se baseiam apenas em crescimento econômico ou dados quantitativos, mas principalmente em um processo que se fundamenta na transformação qualitativa da sociedade.

¹¹ Alguns autores consideram o desenvolvimento como simples sinônimo de crescimento econômico, ou seja, o aumento substancial da produção de um país. Para eles, o desenvolvimento é um processo de expansão quantitativa do produto e da renda. Se considerarmos o subdesenvolvimento como o conjunto de características vistas até agora (indicadores vitais e sócio-econômicos), podemos perceber que o desenvolvimento é um processo muito mais amplo que o mero crescimento. O verdadeiro processo de desenvolvimento consiste na transformação qualitativa da sociedade, na mudança de suas características. Para que haja desenvolvimento – atualmente é mais comum a utilização do conceito de *desenvolvimento sustentável*, é necessário que se verifiquem alterações profundas na distribuição de renda, nas condições de higiene e saúde da população, nas condições de emprego, na propriedade da terra, no acesso à educação etc., tudo isso realizado de tal forma que respeite o equilíbrio ambiental. Enfim, é necessário que exista uma participação de todos na riqueza produzida, e não apenas um crescimento dessa riqueza. Alguns países subdesenvolvidos podem experimentar crescimento econômico, como ocorre com o Brasil, sem que estejam passando por um verdadeiro processo de desenvolvimento – embora o desenvolvimento só seja possível com crescimento econômico (OLIVEIRA, 2004).

Conforme Metzen et al. (1980), o desenvolvimento de uma comunidade deve ter como finalidade maior a melhoria da qualidade de vida, portanto devem-se incluir em sua mensuração múltiplos indicadores que reflitam não somente os aspectos concretos da realidade, mas também as percepções e avaliações subjetivas, que formam o contexto da experiência de vida dos indivíduos, dos grupos e das famílias.

De acordo com Forattini (1992), existem duas maneiras de analisar a qualidade de vida: de forma individual ou de maneira coletiva. Ambas estão necessariamente interligadas, visto que, embora as aspirações individuais tenham caráter independente das coletivas, em certa proporção elas se sobrepõem.

Para Leff (2004) o conceito de qualidade de vida foi considerado como uma reivindicação social, produto da sociedade “pós-materialista” desviando a atenção das necessidades básicas promovidas pelas políticas do bem-estar do Estado, para satisfação de necessidades de caráter mais qualitativo.

Desta forma, a qualidade de vida pareceria estar acima das condições de pobreza e sobrevivência. Entretanto, na ótica do Terceiro Mundo, a qualidade de vida toma sentido próprio dentro das condições de desenvolvimento de diferentes culturas que definem seus estilos de vida, suas normas de consumo, seus gostos, desejos e aspirações (Leff, 2004).

A Portaria nº. 121 de 22 de maio de 2001 estabeleceu que um mínimo de 30% do PRONAF deveria ser destinado preferencialmente às mulheres agricultoras. Esta portaria, contudo não alterou a realidade do acesso das agricultoras ao crédito, uma vez que não foi acompanhada de nenhuma estratégia para garantir a sua efetivação. No mesmo ano, o MDA reconheceu, através de pesquisa, como problema o fato de que os créditos destinados às mulheres não ultrapassavam 10% do total concedido.

De 2004 para cá, o governo federal ampliou de 5 para 14 as modalidades de crédito do programa e entre as principais novidades está a criação do PRONAF Mulher, especialmente destinado a esposas e companheiras de agricultores familiares, sejam atividades de criação de galinhas, hortas ou artesanato (BNB, 2006).

No governo Lula, novas medidas foram estabelecidas para assegurar o direito das mulheres ao crédito e, em se tratando do PRONAF enquanto política pública, as contratações do BNB chegaram a um valor nunca antes atingido no Estado de Sergipe. Foram aproximadamente R\$ 65,5 milhões contratados durante o ano de 2005, ultrapassando em mais de 30% a meta prevista pelo governo federal, de R\$ 41 milhões, e o grande aumento no valor dos investimentos se deve ao fortalecimento do programa. “Estamos ampliando a atuação do PRONAF no Estado e promovendo uma articulação cada vez mais intensa com nossos

parceiros, com o governo, as prefeituras e instituições como DEAGRO, PRONESE e FETASE” (BNB, 2006).

No estado de Sergipe (Tabela 3), no período compreendido 2002 a 2006, foram beneficiados 118.278 agricultores familiares, destes, 66.848 foram homens e 51.430 mulheres, correspondendo a um total de 124.102 operações e um valor contratado de R\$ 182.299.467,39 (BNB, 2007).

TABELA 3. Contratação com o PRONAF – Estado de Sergipe, 2006.

	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Mulheres (nº)	7.597	4.715	10.789	11.051	17.278	51.430
Operações (nº)	7.625	4.793	10.820	11.100	17.438	51.776
Valor contratado (R\$)	5.388.442,44	6.217.333,85	14.300.636,59	16.059.615,79	26.280.360,21	68.246.388,88
Homens (nº)	12.265	9.311	10.820	15.321	19.131	66.848
Operações (nº)	12.353	9.707	14.950	15.640	19.676	72.326
Valor contratado (R\$)	13.542.054,95	19.787.562,92	29.036.157,10	35.094.617,89	46.592.685,65	144.053.078,51

Período: 2002-2006

Valores em R\$ 1,00

Fonte: BNB, 2007.

Constatou-se (Figura 13) uma queda acentuada das operações no período 2002 - 2003 para homens e mulheres; a partir daí houve uma evolução de contratos por sexo nos planos correspondentes ao período 2003 – 2006, entretanto a distância dos contratos entre homens e mulheres ainda é grande.

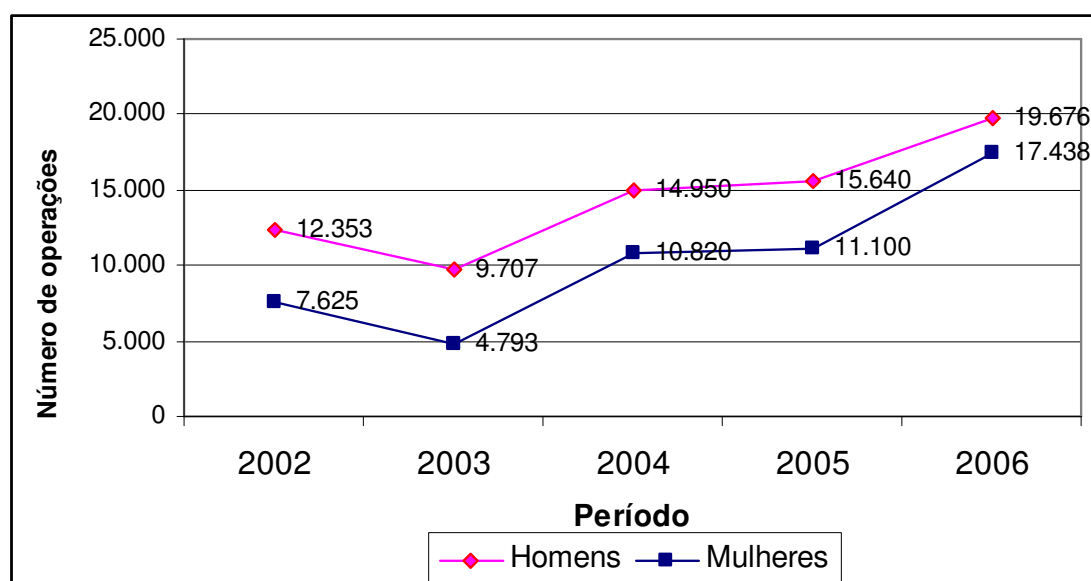


FIGURA 13. Número de operações do PRONAF por sexo, em Sergipe, 2006.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados fornecidos pelo BNB, 2007.

No mesmo período, em Malhador (SE), um total de 2045 agricultores familiares foram beneficiados, correspondendo a 1355 homens e 690 mulheres (Tabela 4). Com esses dados constatou-se que somente 50,92% das mulheres foram beneficiadas em relação aos homens no mesmo período.

TABELA 4. Contratação com o PRONAF – Malhador / SE.

Período: 2002-2006

	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Mulheres (nº)	33	36	82	120	419	690
Operações (nº)	33	36	84	121	423	697
Valor contratado (R\$)	53.550,53	75.902,60	174.639,91	154.550,33	593.427,93	1.052.071,30
Homens (nº)	136	163	261	269	526	1.355
Operações (nº)	148	168	270	279	535	1.400
Valor contratado (R\$)	478.449,82	494.351,56	751.767,76	663.565,30	1.099.057,21	3.487.191,65

Valores em R\$ 1,00

Fonte: BNB, 2007.

No que se refere ao número de operações efetuadas com o PRONAF no município de Malhador (Figura 14), verifica-se uma melhora contínua e acentuada no ano 2004, e de forma mais significativa em 2006. Convém salientar que os avanços só aconteceram graças à mobilização das organizações de mulheres em diversos níveis no país, no entanto muito há de se fazer para alcançar uma posição que favoreça as agricultoras familiares não somente no aspecto quantitativo, mas também qualitativo.

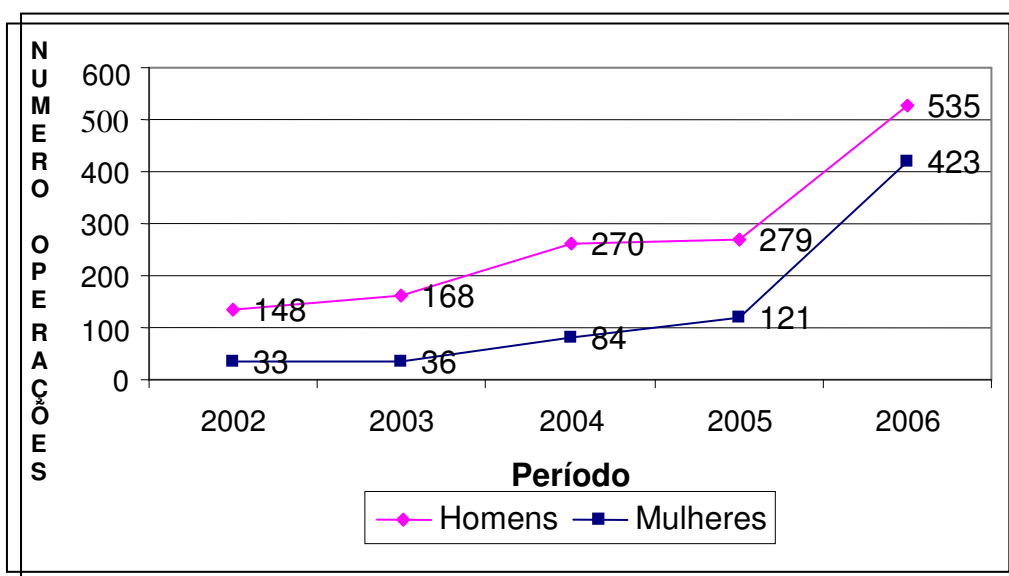


FIGURA 14. Número de operações do PRONAF por sexo, em Malhador - SE, 2006.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados fornecidos pelo BNB, 2007.

Em se tratando do PA Dandara, foi constatado que o PRONAF beneficiou de forma geral os agricultores e agricultoras daquele assentamento disponibilizando recursos públicos a

juros menores do que são aplicados pelo sistema financeiro, favorecendo o pagamento em prazos longos e descontos que estimulam a adimplência.

Constatou-se também que as famílias receberam um montante de recurso em 3 parcelas distintas, na linha A/C, assim distribuídas: 1ª parcela, em 2003, no valor de R\$12.495,00 incluindo R\$1.000,00 de financiamento para assistência técnica, através do BNB de Laranjeiras; 2ª parcela, em 2003, no valor de R\$3.000,00 para custeio financiado pelo BB de Moita Bonita; e a 3ª parcela, em 2004, no valor de R\$3.000,00 para custeio através do BNB.

Entre as atividades desenvolvidas pelos (as) agricultores (as) familiares se destacaram:

- Aquisição de equipamentos de irrigação e instalação;
- Plantio de culturas permanentes como laranja, goiaba, graviola e banana;
- Plantio de culturas temporárias: quiabo, inhame, batata doce, macaxeira, milho, alface, couve, melancia e abóbora.

A criação de pequenos, médios e grandes animais é independente do PRONAF, criam-se os animais com recursos próprios do agricultor e da família. Observou-se que as famílias têm procurado investir mais na agricultura, diversificando o plantio em culturas temporárias e permanentes.

No que se referem às mulheres chefes de famílias, todas foram contempladas, mas em se tratando do PRONAF Mulher, a situação se agrava. A pesquisa indicou que somente 35,29% foram orientadas a respeito do programa e apenas 23,52% foram beneficiadas em 2004 com uma quantia de R\$1.000,00 que utilizaram com aquisição de animais, investindo mais na pecuária, principalmente na bovinocultura de leite.

Para a maioria das mulheres o acesso ao crédito é a única possibilidade de permanência produtiva na terra conquistada. Depois da luta pela terra, enfrentam uma outra batalha: a obtenção do crédito com juros baixos, liberados em tempo hábil. Uma crítica efetuada ao PRONAF pelos (as) agricultores (as) é quanto à linha de financiamento que não se atualiza, possuindo um teto sempre no mesmo valor.

Na opinião das mulheres entrevistadas, a baixa demanda da linha de crédito do PRONAF Mulher está relacionada com fatores, tais como: endividamento do marido com relação ao PRONAF, desconhecimento sobre o PRONAF Mulher, medo de se endividar, falta de tempo e dificuldades para se deslocarem e obterem informações e até falta de documentação pessoal básica ou incompleta.

Esse resultado se assemelha com resultados dos estudos do NEAD (2006), quando afirma que a pouca participação das mulheres com relação ao acesso do crédito PRONAF Mulher, se atribui a diversos fatores: a) endividamento do marido, uma vez que dentro do

PRONAF, o crédito é para a unidade familiar; b) pouca autonomia econômica e possibilidade de gerenciamento dos recursos que são frutos do seu trabalho, uma vez que não domina os espaços de gestão e comercialização da sua produção; c) faltam orientações por parte dos técnicos das instituições credenciadas, ou mesmo prestadoras de assistência técnica; d) falta de documentação pessoal básica ou incompleta que influenciam nas oportunidades de oferta de garantias como contrapartida ao crédito.

Esse último fator vem coincidir com o SIPRA (janeiro de 2004) que constata que 43.900 mulheres no Brasil não possuem CPF. Quem não possui os documentos civis básicos encontra dificuldades no acesso aos direitos civis, políticos e sociais. Chega-se a restringir a liberdade de ir e vir fora dos limites da comunidade (NEAD, 2006).

Embora o número de operações e, montante de recursos financiados pelo PRONAF, tenham sido reduzidos para as mulheres do assentamento Dandara, em relação a outros assentamentos de RA e municípios do Estado, o programa é considerado pelas mulheres como um dos mais importantes porque de certa forma beneficiou as famílias através dos companheiros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente estudo foi possível descrever o trabalho das mulheres nos agroecossistemas do Assentamento Dandara e fazer as considerações tomando-se por base que “as estratégias de desenvolvimento devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões sociais e econômicas” para serem sustentáveis.

A passagem das mulheres e suas famílias do acampamento para o assentamento promoveram um lugar social - “novos horizontes” em aspectos econômicos, sociais e políticos, o que trouxe conseqüências promissoras não somente para suas vidas, mas, para o município onde estão inseridas. O acesso a terra, a habitação e ao crédito em alguns casos atuam até como mecanismos de consolidação ou reconstituições familiares, antes desfeitos ou ameaçados pela necessidade de deslocamento das pessoas para buscar alternativas de sobrevivência em outros locais.

Por outro lado, as políticas públicas, como transporte, saneamento básico (coleta de lixo, abastecimento de água para consumo doméstico, rede de esgoto...) e educação estão ausentes do assentamento. Essa situação tem sido cobrada ao poder público, embora na prática, na sua maioria, têm deixado um fosso de defasagem à população que desprovida de recursos financeiros se vêem à margem dessas ações.

Os movimentos sociais, ao longo dos tempos demonstram que esses processos têm sido mediados a partir de muitas negociações, o que constitui um sacrificado aprendizado de cidadania para os indivíduos que lutam por seus direitos, pois a falta de implementação dessas políticas traz conseqüências desastrosas para todos e todas que compõem o assentamento.

Um aspecto positivo das políticas públicas trata, em particular, do PRONAF, considerado pelas mulheres como um programa importante para a agricultura familiar, por ter beneficiado por meio de financiamentos projetos para todas as famílias assentadas; mas, em se tratando do PRONAF Mulher, poucas foram beneficiadas e essa pouca participação se deve a falta de conhecimento sobre a operacionalização do programa e a situação de inadimplência dos maridos e companheiros. Evidencia-se, portanto, a necessidade não só de maior participação dos grupos dos quais as mulheres fazem parte, bem como a busca pelo conhecimento das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, como forma de contribuir para uma melhoria da qualidade de vida da mulher e sua família.

No que se refere ao sistema de produção e o trabalho da mulher na agricultura familiar, constata-se que são pequenas propriedades rurais, onde se cultivam inúmeras espécies

vegetais, sendo que a banana, a macaxeira, o inhame e a batata-doce provêm maior retorno econômico. É na unidade produtiva que a família utiliza sua autonomia para estabelecer os processos de trabalho, organizando o espaço e combinando variadas espécies vegetais e animais, de forma a garantir sua produção e reprodução. Há uma forte relação de dependência entre a produção familiar e o uso de recursos naturais especialmente no que concerne ao uso do solo, água, fauna e vegetação. Esses recursos vão influenciar não só no retorno econômico, mas, também na questão ambiental, logo afetará a qualidade de vida de todos e a sustentabilidade nos agroecossistemas.

Considerando que a agricultura é uma atividade que causa impactos ambientais, é necessário buscar tecnologias e sistema de produção menos agressivos, de maneira que a utilização dos recursos naturais sejam o mínimo possível. Para tanto, a capacitação dos técnicos e das famílias assentadas são indispensáveis; daí, a necessidade também de uma análise na condução e qualidade da assistência técnica exercida pelo CECAC/MST, inclusive no que se refere a assistência técnica para as mulheres.

As dificuldades das mulheres, em relação ao processo de organização e poder, se atribuem às esferas estruturais e culturais, mas, percebe-se também, como ponto de estrangulamento, a ausência de uma liderança capacitada como mecanismo de sustentação do grupo constituído. Na formação e capacitação técnica é urgente disponibilizar as mesmas oportunidades para mulheres e homens a fim de que ambos possam exercer a livre democracia e assim superarem as desigualdades.

Quanto à participação das mulheres no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Malhador, faz-se necessário uma maior incorporação e participação das mulheres, a fim de que as suas expectativas sejam de fato atendidas, embora dentro das limitações do sindicato, conforme opinião das próprias mulheres e do coordenador do CECAC, questões relevantes como, por exemplo, orientação e acompanhamento dos processos de aposentadoria sejam efetivados.

No entanto, em se tratando das dificuldades vivenciadas pelas mulheres nos agroecossistemas, há sinais evidentes que muito há por fazer. Um trabalho alicerçado em metodologias participativas, onde a mulher se faça presente, dialogue, opine e decida juntamente com os homens deve ser incentivado e exercido para o desenvolvimento não somente da mulher enquanto agricultora e cidadã, mas por extensão contribua efetivamente para todas as famílias inseridas no processo.

Outra consideração que merece destaque trata da educação do campo, pública, universal, em todos os níveis e modalidades de ensino, não sexista, que tenha como referência de projeto

político pedagógico a construção do desenvolvimento rural sustentado, haja vista a carência em todos os níveis da educação no assentamento.

É importante evidenciar, que não é suficiente um levantamento e análise de problemas econômicos, sociais e ambientais, mas principalmente que se busquem estratégias para soluções a curto ou médio prazo dos problemas que gradativamente se acumulam no assentamento.

Quanto ao uso dos recursos naturais, torna-se extremamente necessário que medidas integradas e contínuas sejam efetivadas. Entre elas, àquelas relacionadas ao uso e manejo do solo, uso de agrotóxicos, queimadas, destino do lixo, adequação na abertura de estradas rurais e adequação no uso do rio Jacarecica, para que não ocorra a degradação ambiental, tanto nos sistemas naturais como nos sistemas manejados pelo homem.

Para viver o cotidiano de maneira coerente com base em uma sociedade democrática e sustentável é preciso repensar sobre o consumismo exagerado, o desperdício, enfim, se não houver uma postura consciente reparando os danos e evitando outros, a qualidade de vida estará comprometida hoje e no amanhã.

Enquanto a sociedade juntamente com os programas e políticas de governo não permitirem a superação das desigualdades, não for mais justa na distribuição de suas riquezas e enquanto todos (as) cidadãos e cidadãs não usufruírem de direitos civis e oportunidades iguais de estudo, de trabalho, o desenvolvimento da mulher ocorrerá para poucas.

Finalmente, para que toda e qualquer proposta de mudança se materialize é essencial um repensar de postura, não basta ter conhecimento e consciência das dificuldades, é fundamental participação, integração e o comprometimento daqueles (as) que fazem as instituições, em prol de um mundo melhor para todos, onde o meio ambiente seja preservado, a cidadania exercida, e as relações sociais justas.

Esse processo requer tempo, mudanças de paradigmas, persistência e vontade política. Há, portanto um desafio a vencer, a transformação da realidade atual em prol dessa e das gerações que virão.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. As relações de gênero na confederação nacional de trabalhadores rurais (CONTAG). In: ROCHA, M. I. B.(org) **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios** Campinas ABEP - NEPO/UNICAMP-CEDEPLAR/UFGM, 2000.

AGENDA 21 BRASILEIRA. **Bases para discussão comissão de políticas de desenvolvimento sustentável e da Agenda 21 nacional.** Brasília: MMA/MMUD, 2000. 196p

ALENCAR, E. Associativismo rural e participação. **Textos acadêmicos.** Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. 80p.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J. ; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura.** Idéias, ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1995. p.33-35.

ALTIERI, M. A **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável.** 4.ed. Montevideu: Nordan – Comunidad, 1999. 325p.

ALVES FILHO, I. **Memorial dos Palmares.** Rio de Janeiro: Xenon, 1988. Disponível em: <<http://www.santaluzialimeira.com.br/zumbi/zumbi0.htm>> Acesso em: 24 abr.2006.

ARRUDA, M. B. **Ecosistemas brasileiros.** Brasília: IBAMA, 2001. 49 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS – Abag. **Segurança Alimentar: uma abordagem de agribusiness.** São Paulo: Edições Abag, 1993. 160p.

AZEVEDO, J. F. **Associativismo e agroecossistemas: um estudo em N. Sra. Da Glória (SE).** Dissertação apresentada no mestrado em agroecossistemas. São Cristóvão-SE: NEREN – UFS, 2006. 107p.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB. **Informações das contratações e operações do PRONAF no estado de Sergipe e em Malhador.** Período 2002 – 2006. Aracaju, 2007.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL-BNB. **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar.** PRONAF, 2006.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas.** 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 127p.

BIOLCHI, M.A.; SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e Previdência Rural no Rio Grande do Sul.** Efeitos da Implementação do Sistema de Aposentadorias e Pensões aos Trabalhadores Rurais. UFRGS, 2000. 9p.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER L.A.C. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense. 2ª reimpressão, 2001. 87p.

CAMPANHOLA, C.; SILVA J.G. **O novo rural brasileiro: Políticas públicas.** v.4. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. 175p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER J. A. **Agroecologia e extensão rural.** Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA / SAF / DATER IICA, 2004. 155p.

CAPORAL, F.R. **Superando a Revolução Verde:** A transição agroecológica do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. R.S. 2004. 23p.

CAPRA, F. **As conexões ocultas:** ciência para uma vida sustentável. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2002. 296p.

CARNEIRO, M. J. **Mulheres no Campo:** notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. Estudos Sociedade e Agricultura, 2, junho, 1994. 8p.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Gênero e meio ambiente.** 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO UNCEF, 2005. 144p.

COHIDRO – Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe – vinculada a Secretaria do Estado da Agricultura. **Levantamento topográfico planimétrico. Mapa de localização do projeto de assentamento Dandara.** 2002, 1p.

CONWAY, G. R. **The properties of agroecosystems.** Agricultural systems. Londres: HED. n. 24. 1987. p. 95-117.

COSTA, C. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade.** Editora Moderna. São Paulo, Brasil. 2002. 307p.

CTTC – Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania. Agricultura familiar e o desafio da sustentabilidade. **Oficina social.** Rio de Janeiro, 2001. 143p

CUNHA, A. D. C. **Relações de gênero na agricultura familiar no projeto de irrigação de São Gonçalo.** 1998 p.211.

CURADO, F. F; GOMES, L. J. **Dimensão Sócio-ambiental em Assentamentos Rurais.** Ciência no Campo. Nordeste Rural, 2007. 4p. Disponível em: <http://www.nordesterrural.com.br/nordesterrural/matler.asp?newsId=4939>

DENARDI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas:** alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre. v.2 n.3 jul. - set/2001. 6p.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE – DEAGRO/SE. **Relatório de atividades da unidade operativa de Malhador,** 2006.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE – DEAGRO/SE. **Plano de trabalho da unidade local de Malhador de 2005-2006.** Sergipe, 2006. 29p.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE – DEAGRO/SE. **Relatório de atividades do PRONAF**. Período 2003-2006. Aracaju – Sergipe, 2006. 14p.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO ESTADO DE SERGIPE – DER-SE. **Sistema viário do município de Malhador**, 1996. 1p.

DINIZ, J. A. F. **A condição camponesa em Sergipe. Desigualdade e persistência da agricultura familiar**. Aracaju: NPGeo-UFS, 1996. 222p.

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE - EMDAGRO **Plano de Trabalho de Malhador**. Sergipe, 1997. 12p.

FARIA, N.; NOBRE, M. **A produção do viver**. São Paulo: SOF, 2003. 104p.

FEDERAÇÃO DE ORGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL - FASE. **Proposta**. Revista trimestral de debate da FASE. Dez/Mar 2005. Ano 28/29 n. 103/104. 98p.

FERREIRA, A.B.H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, 1975. p.739 e1047.

FERNANDES, B. M. **A ocupação como forma de acesso à terra**. Disponível em: <<http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.ppt>> São Paulo, 2002. Acesso em: 21 abr. 2007.

FERNANDES, B. M. **Da “clonagem” a “autofagia”**: o dilema da reforma agrária no Brasil. UNESP, 2006. 2p.

FIGUEIREDO, A. **História de Malhador**. Aracaju: SECRASE, 1979. 53p.

FLORES, M. **Agricultura familiar e o desafio da sustentabilidade**. Oficina Social. Centro de tecnologia trabalho e cidadania. Rio de Janeiro, 2001. 77p.

FONTES, E. M. C. M. **Agricultura e meio ambiente: sustentabilidade agrícola**. Olericultura na sub-Bacia do rio Jacarecica/SE. Universidade Federal de Sergipe. Dissertação de Mestrado, 2003. p 221.

FORATTINI, O. P. **Ecologia epidemiologia e sociedade**. Artes médicas: Edusp. São Paulo, 1992.

FREIRE, R. M.; NORONHA, A. G. B. In: **Enfoque de gênero sobre segurança alimentar e renda familiar em um assentamento rural**. Federação de órgãos para assistência social e educacional FASE. Proposta - Revista trimestral de debate da fase. Dez/Mar 2005. Ano 28/29 n° 103/104 p77-85.

GARCIA, M. F. **A luta pela terra sob o enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. UNESP. Presidente Prudente, 2004. 168p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2.ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2001. 637p.

- GOMES, L. J. **Extrativismo e Comercialização da Fava-D'anta** (Dimorphandra sp): um estudo de caso na região de Cerrado de Minas Gerais. Lavras-M.G, 1998. 158p.
- GOMES, L. J. **Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)**. Aracaju, 2006. p.1-2.
- GRAZIANO, J. S. **O novo rural brasileiro**. Instituto e Economia. UNICAMP, 1997. p.1-32.
- GRAZIANO, F. N. **Tamanho não é documento**. Art. publicado em 13-02-07. Jornal de São Paulo. 2007. 4p.
- GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Federação de órgãos para assistência social e educacional-FASE. Petrópolis: Vozes, 1987. 90p.
- HOLANDA, F. S. R. A ética ambiental e a sustentabilidade de agroecossistemas. **Revista ciências ambientais & desenvolvimento**. v.1. n. 1. jul-set/2004. ISSN 1807-5576.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **CENSO DEMOGRÁFICO, 2000**. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.IBGE.COM.BR](http://www.ibge.com.br)>.ACESSO EM: 21 MAR. 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **RESERVA LEGAL**. VERSÃO 2, N.2 (INFORMATIVO TÉCNICO). BRASÍLIA, 2002. 48P.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**. Relatório nacional de acompanhamento. Brasília, 2005.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA-. **Divisão dos territórios no estado de Sergipe**, 2006. 1 CD-ROM.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA-Nº de **Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária** no Estado de Sergipe, 2007.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA- **II Plano regional de reforma agrária do estado de Sergipe – PRRA**, 2004. p.129.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA (2002). **Portaria de reconhecimento INCRA/SR - 23/ Nº 0022 de 26 de setembro de 2002**. 3p.
- KAGEYAMA, A. **O novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: Agricultura e políticas públicas. DELGADO, G. C. et. al. Brasília: IPEA, 1990 p. 113-223.
- KAGEYAMA, A; BERGAMASCO, S. **Novos Dados sobre a produção familiar no campo**. Versão preliminar, 1989.
- LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 494p.

LUZ, C., SOUZA D. F, CARDOSO E.M.T., TELES L.; RIBEIROS. Um olhar de gênero sobre as relações sociais no campo. **Informe agropecuário**, Belo Horizonte, 2003. v. 24, n.220. p.103-111.

MARTINS, S. R. **A responsabilidade acadêmica na sustentabilidade do desenvolvimento: As ciências agrárias e (falta de) percepção dos ecossistemas**. Rio Grande do Sul, 2003. p.40 - 65.

MEDEIROS, L. S. **Reforma Agrária: Concepções, Controvérsias e Questões**. Caderno Temático nº 1. Rio de Janeiro, 1994.59p.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (ORGS). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre. Rio de Janeiro: UFRGS/ CPDA, 1999.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad Ltda. 2004. 308p.

MELO, H.; SABBATO, A. O feminino no mundo rural: um olhar pela PNAD/IBGE. In: **Congresso mundial de sociologia rural; Congresso brasileiro de economia e sociologia rural, 2000**. Rio de Janeiro. Anais. Brasília: SOBER, 2000 1 CD-ROM.

MENEZES, A. V. C. **Estado e Organização do Espaço do Semi-árido Sergipano**. Espaços para Contribuição de todos. In: Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre- vol. 2 nº4, 2001. Aracaju, UFS/ NPGEIO, 1999.

METZEN, E.et al. **Quality of life as affected by areas of residence**. Columbia: university of Missouri, 1980. 116p. (Research bulletin, 1036)

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (MPS). **Cartilha de procedimentos de comprovação da atividade rural**. Brasília, 2004. 24p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Cirandas do Pronaf para mulheres**. Brasília: Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural, 2005. 180 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), 2006. 259p

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Impactos dos assentamentos**. Um estudo sobre o meio rural brasileiro. NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: UNESP, 2004. 391p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Jornal da agricultura familiar**. NEAD, 2000, 2004, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E Combate à Fome- Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Informações Bolsa Família**. Brasil- Sergipe- Malhador (MDS, 2007). [http:// www.mds.gov.br/programas/transferecia de renda/programa bolsa-familia](http://www.mds.gov.br/programas/transferecia%20de%20renda/programa%20bolsa-familia). Acessado em 4 e 5/8/2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **A luta pela terra e o MST**. Expresso Popular, SP, 2001. 256p.

MOTA, D. M. da, SILVA JÚNIOR, J. F. da; GOMES, J. B. V. Lógicas de reprodução social de uma população tradicional de catadores de mangaba no litoral sul sergipano. In: **Anais do Simpósio brasileiro sobre a cultura da mangaba**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003.

NOGUEIRA, C. M. **O trabalho duplicado**. A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 240p.

OLIVEIRA, A. G. **Uma experiência de colonização no Cotinguiba sergipano**: as fazendas comunitárias prhocasianas. Recife – PE. UFPE, 1985 (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, P. S. **Introdução à sociologia**. 25.ed. São Paulo: Ática, 2004. 264p.

OLIVEIRA, S. Violência contra a mulher tolerância nenhuma. In: Violência contra a mulher: as relações de poder e as mulheres enquanto sujeitos sociais. **Cadernos de textos**. Central única dos trabalhadores. Secretaria nacional sobre a mulher trabalhadora – SNMT/CUT. São Paulo/Brasil, 2005. 42p.

PAULUS, G; SCHLINDWEIN, S. L. **Agricultura Sustentável ou (re) construção do significado de agricultura?** Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, V. 2. n° 3 julho / set / 2001. 16p.

PINHEIRO, M. L. S. **Conferência Magna “Equidade de gênero e políticas públicas”**. Seminário internacional equidade de gênero e desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. São Luís, 2004. p.31-35.

ROMEIRO, A. R. A. **A Capacidade de geração de renda dos assentamentos**- Principais Indicadores Sócio- Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária, Projeto BRA 87/022, janeiro de 1992. Universidade Aberta. Nordeste p.3

ROMEIRO, A. R. **Reforma Agrária e Distribuição de Renda**. In: A Questão Agrária Hoje. Org. STEDRE, J. P. Porto Alegre, Ed.da Universidade UFRGS, 1994p. 105-136.

RÓS, C. A. **A Sobrevida do latifúndio**. Economia Posse da Terra. Retrato do Brasil, 2005. p.91-107.

ROSA, S. L. C. Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável. In: **Cadernos da oficina social**. Agricultura familiar e o desafio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2001. p 75-90.

SCHLIINDWEIN, S. L.; D’AGOSTINI, L. R. Sobre o conceito de agroecossistemas. In **Encontro da sociedade brasileira de sistemas de produção**. Anais. Florianópolis: SBSP, 2003.19p.

SCHNEIDER, S. et al. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF**- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Perfis municipais**. Malhador-Sergipe: SEPLANTEC, 1997 e 2000. 75 p.

SECRETARIA NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA-SNMT/CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. São Paulo, 2005. p.31.

SENA, M. G. C. **Entre a roça e o pomar: um estudo das transformações nas unidades de produção familiar do Recôncavo Baiano**. Araraquara: UNESP, 1991. 164p. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista.

SENA, M. G. C.; CANTO, A. M. M. E. **As inovações tecnológicas e seu impacto na sustentabilidade da agricultura familiar e na promoção da equidade de gênero**. Trabalho apresentado no GT2 no VI Encontro da sociedade brasileira de sistemas de produção. Aracaju, 2004. 14p.

SENA, M. G.C. A participação das mulheres e sua importância nos segmentos da cadeia produtiva da mandioca. **Revista Bahia agrícola**. v.5, nº3, julho, 2003. (ISSN1414-2368).

SILIPRANDI, E. **Desafios para a extensão rural: o “social” na transição agroecológica**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, nº3, jul/set, 2002.p.38-46

SILIPRANDI, E. **Mulheres rurais e políticas de desenvolvimento: Considerações a partir da extensão rural**. EMATER/R.S., Brasil - 2000. 15p.

SILVA, R.M. **Assentamentos de pequenos produtores rurais em Sergipe (1945-1992)**. Aracaju – Secretaria de estado da agricultura, do abastecimento e da irrigação, 1996. 66p.

SILVA, R. M; LOPES, E. S. A. **Os Conflitos da Reforma Agrária em Sergipe**. Aracaju: UFS/ EDUFS. 1996. 175p.

SIRVINSKAS, L. P. **Manual de direito ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva. 2003.431p.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER). **A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas**. XLIV CONGRESSO DA SOBER. Questões agrárias, educação no campo e desenvolvimento. Fortaleza, 2006. 24p.

WANDERLEY, M. de N.B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Congresso internacional de americanistas. Quito, Equador, 1997.

XAVIER, S. F.; DOLORES, D. G. **Desenvolvimento rural sustentável: Uma perspectiva agroecológica**. Agroecologia e Desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, v.2, nº2, abril/jun. 2001. p. 17-23.

ANEXOS

ANEXO 1
ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO TÉCNICO NO ASSENTAMENTO
DANDARA-MALHADOR (SE)

1. Informações gerais

Formação profissional

Tempo de trabalho no assentamento

Funcionamento da assistência técnica local / instituição responsável

Descrição da localização do assentamento

Traçado do croqui do assentamento

Distância do assentamento à sede do município

Comunidades próximas com as quais mantêm vizinhança

Conhecimento das famílias assentadas / procedência

2. Grupos e associações

Nº de grupos / participantes

Grupos de mulheres e processo de organização

Atividades desenvolvidas nos grupos

Funcionamento dos grupos e dificuldades

3. Sistema de produção

Principais culturas exploradas pelas famílias

Área do lote

Capacitação das mulheres na área agrícola

Contratação da mão de obra para o trabalho agrícola

Valor da diária paga ao homem (R\$)

Valor da diária paga à mulher em (R\$)

Atividades desenvolvidas pela mulher na agricultura

Condições de trabalho da mulher

Outras atividades desenvolvidas pela mulher

Processo de comercialização

Crédito bancário e as políticas públicas (PRONAF)

PRONAF Mulher

Dificuldades verificadas no sistema de produção

4. Meio ambiente

Realidade do assentamento

Utilização dos recursos naturais

Procedência da água para consumo doméstico

Saneamento ambiental : acesso ao saneamento

água tratada

uso de agrotóxicos

lixo – produção - destino

Desmatamento e queimadas

5. Escolaridade das famílias assentadas

Existência e funcionamento de escolas (acesso à educação formal)

Grau de escolaridade dos assentados

Dificuldades

6. Saúde

Acesso aos postos de saúde e hospitais

Doenças mais comuns que acometem à população

Doenças que causam mortalidade

Políticas públicas na área de saúde para a mulher

7. Outras questões relevantes do assentamento

ANEXO 2
ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO LÍDER NO ASSENTAMENTO
DANDARA-MALHADOR(SE)

1. Informações gerais da associação

Nome do grupo / associação
Endereço da sede
Data de fundação
Nº de sócios
Objetivo do grupo / associação

2. Aspectos históricos e demográficos do assentamento

História do assentamento
Localização e área dos lotes
Distância do assentamento à sede municipal
Condições de acesso e meios de transporte
Municípios e comunidades vizinhos
Procedência das famílias assentadas

3. Associativismo

Local, dia e horário que costuma reunir os associados
Número de reuniões efetuadas / mês
Assuntos tratados nas reuniões
Parcerias com outras instituições
Como se dá a participação das mulheres no grupo
Principais realizações da associação (2005 – 2006)
Programa ou projetos da associação em prol da mulher
Existência de grupo organizado constituído por mulheres / funcionamento
Dificuldades da associação / assentamento / famílias assentadas

4. Meio ambiente

Existia mata na implantação do assentamento?

As famílias retiram madeira da mata?

Como as famílias utilizam o rio Jacarecica?

Como era o rio Jacarecica no princípio do assentamento?

Qual a procedência da água para consumo doméstico e para a agricultura?

Qual o destino do lixo que as famílias produzem?

As famílias participam de palestras ou treinamentos sobre educação ambiental?

Qual a relação das famílias assentadas com o meio ambiente?

Quais instituições orientam as famílias assentadas sobre educação ambiental?

5. Sistema de produção e trabalho

Qual a área do lote por família?

Quais as culturas consideradas principais?

Para plantar as famílias precisam desmatar e fazer queimadas?

As famílias cultivam hortaliças? Se positivo predomina a horta doméstica ou comercial?

As famílias criam animais? Qual o de maior preferência?

As famílias utilizam adubos químicos nas plantações?

O que costumam fazer com os sacos ou vasilhames dos agrotóxicos?

As famílias foram orientadas como usar os defensivos químicos?

Quem presta assistência técnica e como funciona?

As famílias contratam mão de obra?

Qual o preço (R\$) da diária do homem?

Qual o preço (R\$) da diária da mulher executando o mesmo trabalho do homem?

Quais as principais fontes de renda das famílias assentadas?

Qual a média de salários mínimos por família?

Quais as práticas desenvolvidas pela mulher na agricultura?

As famílias dispõem de casa de farinha?

Como se dá o processo de comercialização dos produtos das famílias?

Quais as dificuldades vivenciadas pelas mulheres enquanto agricultoras familiares?

6. Políticas públicas

Quais são as políticas públicas que favorecem as famílias do assentamento?

Quais os benefícios proporcionados pelo PRONAF enquanto política pública ?

Quais as ações desenvolvidas para as mulheres com o PRONAF Mulher ?

7. Saúde

Acesso aos postos de saúde e hospitais

Doenças mais comuns que acometem à população

Políticas públicas na área de saúde para a mulher

8. Escolaridade das famílias assentadas

Existência e funcionamento de escolas (acesso à educação formal)

Políticas públicas na área de educação para as mulheres

9. Outras questões relevantes do assentamento Dandara

ANEXO 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO ÀS MULHERES NO ASSENTAMENTO DANDARA-MALHADOR (SE)

1. Identificação

- . Nome
- Tempo que reside no assentamento
- Procedência: Campo () Cidade ()
- Município
- Profissão anterior
- Grau de escolaridade
- Como a senhora e sua família chegaram no assentamento?
- Profissão do esposo/ companheiro
- Grau de escolaridade
- Idade
- Dependentes que moram na mesma casa:

<i>Nome</i>	<i>Sexo</i>	<i>Idade</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Trabalha (campo ou cidade)</i>

2. Grupos e associações

Grupos existentes atualmente no assentamento:

Existiu ou existe grupo constituído somente por mulheres?

Participa do grupo ou associação do assentamento? De que forma?

Participa do Sindicato de Trabalhadores Rurais? De que forma?

Os dias e horários são convenientes para as mulheres participarem das reuniões?

Quais as atividades desenvolvidas pela associação ?

Qual a atitude dos homens em relação a participação das mulheres?

As mulheres enfrentam dificuldades nos grupos?

Em caso positivo, quais são essas dificuldades?

Como vê o relacionamento das mulheres com outras famílias?

Já participou de palestras ou treinamentos sobre quais assunto?

Participa ou participou de mutirões? De que forma?

Como descreveria sua vida hoje no assentamento, em relação ao passado?

Pretende morar sempre neste assentamento?

3. Sistema de produção e trabalho

Qual a área do lote?

Quem é o proprietário (a) do lote?

Quais as culturas trabalhadas no lote?

Quais as culturas consideradas principais e por quê?

Para plantar precisou desmatar e fazer queimadas?

Cultiva hortaliças? Horta doméstica ou comercial?

Criam animais? Quais os de maior preferência?

Utiliza adubos químicos nas plantações?

O que costuma fazer com os sacos ou vasilhames dos agrotóxicos?

Foi orientada como usar os defensivos químicos?

Como funciona a assistência técnica?

Faz financiamento para produção?

O que produz na propriedade é para consumo familiar ou comercial?

Contrata mão de obra? De que forma?

Qual o preço (R\$) da diária do homem?

Qual o preço (R\$) da diária da mulher executando o mesmo trabalho do homem?

Quais as fontes de renda da família?

Qual a média de salários da família?

Quais as práticas desenvolvidas na agricultura?

Quais outras atividades desenvolvidas pela mulher?

Como se dá a rotina diária da mulher e do homem no assentamento?

Como se dá o processo de comercialização dos produtos e onde ocorre?

Quais as dificuldades das mulheres enquanto agricultoras familiares?

4. Meio ambiente

Existia mata na implantação do assentamento?

As famílias retiram madeira da mata? Para que?

Como utiliza o rio Jacarecica?

Qual a procedência da água para consumo doméstico e para a agricultura?

Como trata o lixo e qual o seu destino?

Já participou de palestra ou treinamentos sobre educação ambiental?

Qual sua relação com o meio ambiente?

5. Políticas públicas (PRONAF)

De que forma o PRONAF beneficiou sua família?

Conhece o PRONAF Mulher?

Foi beneficiada pelo PRONAF Mulher? De que forma?

Outros programas de governo que beneficiam sua família?

6. Saúde

Qual posto de saúde ou hospital procurado?

Doenças mais comuns que acometem à mulher .

Costumam usar remédios caseiros ou receitados por médicos?

Como funcionam as políticas públicas (saúde) para a mulher ?

Quem presta os primeiros socorros em casos de acidentes na família?

7. Característica da habitação

Nº de cômodos

Tipo de construção

Tipo de piso

Tipo de cobertura

Tem sanitário: Dentro de casa () Junto da casa () Próximo da casa ()

Não tem sanitário ()

Fossa ()

Tipo de iluminação: Elétrica () Querosene () Outros ()

Tipo de fogão usado: Fogão a gás () Fogão à lenha () Outros ()

8. Escolaridade das famílias assentadas

Existência e funcionamento de escolas (acesso à educação formal)

Grau de escolaridade da família

Como funcionam as políticas públicas na área de educação para as mulheres?

9. Outras questões relevantes relacionadas às mulheres...

OBRIGADA PELA ATENÇÃO!

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)